UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PAULO KEISHI ICHIMURA KOHARA

Determinantes inconscientes da letalidade policial

São Paulo
2019

PAULO KEISHI ICHIMURA KOHARA

Determinantes inconscientes da letalidade policial

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Endo

São Paulo
2019

Nome: KOHARA, Paulo Keishi Ichimura

Título: Determinantes inconscientes da letalidade policial

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências. Área de concentração: Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Prof. Dra. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Profa. Dra. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Profa. Dra. _____

Instituição _____

Assinatura _____

Profa. Dr. _____

Instituição _____

Assinatura _____

À Cora, Martina e Paulo.
Pelo aprendizado sobre o valor imensurável de cada vida.

AGRADECIMENTOS

Ao Paulo Endo. Sua influência sobre meu trabalho, iniciada há 14 anos e que passou pela orientação de meu mestrado no fim da década passada, vai muito além dessa tese e certamente seguirá após o término dela.

À Cristina Vicentin, pela orientação no início do percurso dessa pesquisa. Sua generosidade intelectual e a convivência, ainda que por pouco tempo, foi de um aprendizado enorme.

À Pascale Molinier, pela orientação durante o período de estágio doutoral em Paris, pela excelência de suas contribuições acadêmicas e pelo gentil acolhimento, sem o qual essa experiência não teria sido possível.

Aos parceiros e parceiras de grupo, Adriana, André, Ana Cecília, Heloísa, Juliana, Lilian, Luciano, Pedro, Rose, Tânia, Ulisses e Wilson. De maneira mais breve ou mais presente, foi ótimo partilhar essa jornada com vocês.

À Flavia Schilling e Edson Sousa, pela leitura atenta e pela troca durante (no caso de Flávia também após) o exame de qualificação.

Às colegas e aos colegas de Centro de Atendimento Multidisciplinar, pelo aprendizado conjunto nesses últimos nove anos. À Associação dos Servidores e Servidoras da Defensoria Pública do Estado de São Paulo pelo suporte quando foi necessário. Aos demais integrantes e usuários da Defensoria Pública de São Paulo que tive a oportunidade de conhecer nesse período e que contribuíram para minha formação, humana e profissional. Apesar de ter vivido na Defensoria os maiores sabores de minha carreira, o assédio e a injustiça, foi também graças a atividade ali desenvolvida que tive a oportunidade de encontrar boa parte das pessoas mais admiráveis que conheci na vida e por isso serei sempre grato.

À minha mãe, Neusa, pelo exemplo e pelo amor incondicional que forjaram meu caráter, resistência e segurança para enfrentar os mais duros desafios.

À minha esposa Daiane, pelo afeto, pelo companheirismo, pela escuta, por me lembrar do que é importante, por compartilhar comigo o desafio da maternidade/paternidade. Por me fazer tentar ser melhor a cada dia.

À Cora e à Martina, por me ensinarem o sentido da vida e me lembrarem dele quando eu esqueço.

*“A tarefa de uma crítica da violência pode ser definida como a apresentação de suas relações com o direito e com a justiça”
(BENJAMIM, 1921, p. 160).*

RESUMO

KOHARA, Paulo Keishi Ichimura. **Determinantes inconscientes da letalidade policial**. 2019. 153 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Os altos índices de letalidade da ação policial no país, divulgados por secretarias de segurança pública, denunciados por organizações de defesa dos direitos humanos, noticiados pela imprensa e questionados por organismos internacionais, ainda hoje persistem e resistem como ferida no processo de construção de um Estado Democrático de Direito brasileiro. Diante da impunidade e do crescente número de vítimas – apesar das críticas, recomendações e alternativas existentes para fazer frente ao problema –, o presente estudo objetivou identificar determinantes inconscientes que contribuem para a perpetuação e intensificação dessa violência. Partindo da análise do processamento das mortes pelo Sistema de Justiça Criminal, o estudo inaugura ainda metodologia própria que coloca a escuta psicanalítica, mesmo fora de seu quadro de referência original, em favor da investigação do fenômeno. Tendo como enquadre um processo judicial real em que policiais acusados pelo crime de homicídio no exercício de sua função foram absolvidos pelo Tribunal de Justiça, a escuta de atores do Sistema de Justiça cuja posição restou vencida nesse processo, suas associações e perspectivas, é interpretada, não apenas à luz de referenciais teóricos da metapsicologia psicanalítica, mas também de trabalhos da teoria social de Norbert Elias e de autores dedicados ao estudo da polícia, da violência ou do Sistema de Justiça Criminal. Paradoxalmente, o que se destaca nessa escuta é um silêncio, fio condutor da análise e que sintetiza a ausência de efeitos que a morte da vítima teve sobre o sistema e sobre os sujeitos que o compõem. Os determinantes inconscientes da letalidade policial poderiam então ser identificados em quatro frentes: nas condições normativas, organizacionais e institucionais que garantem a articulação entre impunidade e legalidade; nos aspectos ideológicos e históricos da construção do “processo civilizador” brasileiro; nos processos sociais e subjetivos de legitimação da violência; e, por fim, em um inconsciente jurídico, a partir do qual o processo judicial emerge como sintoma de um trauma coletivo que o extrapola e para o qual ele será sempre insuficiente. Conclui-se que os processos de perpetuação e promoção da letalidade de Estado estão intrinsecamente relacionados a processos comuns da formação do

sujeito na sociedade brasileira. O caráter traumático dessa violência não representada, faz com que nas estruturas de nossas instituições e na mais íntima construção de nossas subjetividades, residam não só núcleos de resistência à mudança da política de Segurança Pública, mas também as forças garantidoras da banalização do homicídio na sociedade brasileira e de suas práticas de extermínio.

Palavras-chave: Violência policial. Homicídio. Segurança Pública. Psicanálise. Justiça.

ABSTRACT

KOHARA, Paulo Keishi Ichimura. **Unconscious determinants of police lethality**. 2019. 153 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The high rates of the use of deadly force in police action in Brazil (released by public security departments, denounced by human rights organizations, reported by the press, questioned by international bodies and studies by researchers from different disciplines, approaches and institutional affiliations) still persist and resist as a wound to the process of building a Brazilian Democratic State of Law. In face of impunity and the growing number of victims, despite numerous criticisms, recommendations and alternatives available to address the problem, this research aimed to identify unconscious determinants that contribute to the perpetuation and intensification of this violence. Based on the analysis of the processing of these deaths by the Criminal Justice System, this dissertation also inaugurates its own methodology that places the psychoanalytical listening, though outside its original frame of reference, in favor of research of this social phenomenon. Having as a background a real lawsuit in which police officers accused of murder in the exercise of their function were acquitted by the Court of Appeals, the hearing of actors of the Justice System whose position was overturned in this lawsuit (their associations and perspectives) is interpreted in light of psychoanalytic metapsychology, Norbert Elias's sociological theory and researches of police, violence or the Criminal Justice System. Paradoxically, what stands out in this listening is silence, a common thread of the analysis which synthesizes the absence of effects that the death of the victim had on the system and on the subjects that compose it. Thus, the unconscious determinants of police lethality could be identified on four fronts: under normative, organizational and institutional conditions that ensure the link between impunity and legality; in the ideological and historical aspects of the Brazilian "civilizing process"; in the social and subjective processes of legitimizing violence; and finally, in a juridical unconscious, from which the lawsuit emerges as a symptom of a collective trauma that overcomes it and for which it will always be insufficient. It is concluded that the processes of perpetuation and promotion of state lethality are intrinsically related with common processes of subject formation in Brazilian society. The traumatic nature of this unrepresented violence causes (in the structures of our institutions and in the most intimate construction of our subjectivities)

is not only the resistance to change in Public Security policy, but also the forces that ensure the banality of homicide in Brazilian society and their extermination practices.

Keywords: Police violence. Homicide. Public security. Psychoanalysis. Justice.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. DETERMINANTES INCONSCIENTES DA LETALIDADE POLICIAL: DELIMITANDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO	20
2.1. Sobre a dinâmica inconsciente do fenômeno social.....	24
2.2. Construção de um método de escuta do inconsciente.....	29
2.2.1. Clínica, transferência e enquadre.....	31
2.3. Um método de escuta do inconsciente jurídico.....	37
2.3.1. O processo judicial	42
3. A ESCUTA DO PROCESSO JUDICIAL	51
3.1. Impunidade legal e enquadramento subjetivo	53
3.2. Ideologia, Justiça e “processo civilizador”	62
3.3. Legitimação da violência e processos de subjetivação.....	77
3.4. Inconsciente jurídico: vítimas, trauma e repetição.....	91
CONCLUSÃO	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110

1. INTRODUÇÃO

Em novembro de 1968, no enterro do investigador Davi Parré, São Paulo, policiais gritavam para registro da imprensa “para cada policial morto, dez bandidos hão de morrer” (SOUZA, 2018, MANSO, 2012). O evento antecipou e anunciou para o país o início das atividades do Esquadrão da Morte em São Paulo. Entre 1963 e 1975, grupos de extermínio formados por policiais, somente no Rio de Janeiro e em São Paulo, mataram ao menos 854 pessoas - mais do que os 20 anos de regime militar (MANSO, 2012). O delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, líder do esquadrão, não foi condenado por nenhum dos 69 casos de execução atribuídos ao grupo (FERNANDES, 2018).

Em 2 de outubro de 1992, 111 detentos foram executados em uma intervenção da Polícia Militar para reprimir uma rebelião ocorrida na Casa de Detenção Carandiru. Em 28 de novembro de 2018, a 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou o julgamento que condenara 74 policiais envolvidos nas execuções. Destes, 58 haviam sido promovidos após o massacre (ADORNO, 2018b).

Em 23 de julho de 1993, 40 crianças e adolescentes que dormiam nos arredores da Igreja da Candelária foram alvos de disparos que resultaram nas mortes de seis jovens com idades entre 11 e 17 anos e dois adultos. A chacina, planejada pelo policial militar Marcus Vinícius Emmanuel Borges, ocorreu após os jovens, em dia anterior, terem reagido a prisão de um de seus colegas, chegando a quebrar a janela de uma viatura (BARBOSA, 2016). Em 12 de junho de 2000, um dos sobreviventes da Chacina da Candelária, Sandro Barbosa do Nascimento, após sequestro do ônibus 174 noticiado em tempo real pela imprensa, morreu dentro de um carro da PM, asfixiado. Sandro havia entrado vivo e desarmado no camburão. Dos sete indiciados pelo envolvimento na Chacina da Candelária, apenas 3 foram condenados e todos se encontram em liberdade. Os policiais envolvidos na morte de Sandro foram absolvidos. A defesa dos policiais alegou que Sandro sufocou-se. Nos debates defendeu a morte de criminosos e “bandidos sem solução” (ESCÓSSIA; FIGUEIREDO, 2002).

Entre 12 e 26 de maio de 2006, 564 pessoas foram mortas por arma de fogo no estado de São Paulo. Os Crimes de Maio tiveram início com ataques da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) dentro e fora das penitenciárias contra agentes de segurança pública e foram seguidos por uma retaliação da polícia que

deixou 505 civis mortos, muitos dos quais sem qualquer ligação com atos criminosos. Apesar da dificuldade em muitos dos casos de se apurar as circunstâncias do óbito ou mesmo a identidade dos mortos, foram identificados indícios de participação de policiais em ao menos 122 casos. Na versão mais difundida da história, os ataques do PCC foram disparados quando a Secretaria de Administração Penitenciária decidiu transferir 765 presos para a penitenciária 2 de Presidente Venceslau, de segurança máxima, incluído Marcos Willians Herba Camacho, o Marcola, considerado pela polícia líder do PCC (ADORNO, 2015). Estudo realizado pela Clínica Internacional de Direitos Humanos de Harvard, dos Estados Unidos, e a ONG Justiça Global (2011), no entanto, apontaram que os ataques do PCC estariam ligados a um episódio de corrupção policial. Um ano antes o enteado de Marcola fora sequestrado por policiais civis e solto somente ante pagamento de resgate do líder da facção. Na véspera dos ataques, Marcola, aos policiais do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado, teria feito referência ao episódio como razão da ação do PCC: “Não vai ficar barato”. Em 16 de maio de 2019, as Mães de Maio, em lançamento do livro por elas organizado “Memorial dos Nossos Filhos Vivos”, ainda protestavam por Justiça. No protesto, Débora Silva, mãe de Edson Rogério Silva dos Santos, morto no caminho para uma farmácia, coordenadora e uma das fundadoras do movimento, declarava “A gente não teve avanço na justiça. (...) Quanto aos culpados e suspeitos, nada mudou, nada foi feito” (VALIM; GOMES; PRADO, 2019).

Em maio de 2010, Hélio Barreira Ribeiro, de 47 anos, foi morto por policiais ao aparecer na janela de casa segurando uma furadeira. E fevereiro de 2014, Gleberson Nascimento Alves, 28 anos, e Alan de Souza Pereira, 20 anos, foram mortos por policiais que confundiram uma peça de moto que carregavam com uma arma. Em outubro de 2015, Tiago Guimarães Dingo, 24 anos, foi morto por um sargento da PM que confundiu um macaco hidráulico com uma arma (ZUAZO, 2019). Em setembro de 2018, Rodrigo Alexandre da Silva Serrano, 26 anos, dois filhos, um de quatro anos e outro de 10 meses, foi morto por disparos de policiais militares que confundiram seu guarda-chuvas com um fuzil (MOURA, 2018). Três dos seis policiais envolvidos nessas mortes foram absolvidos, sendo dois deles antes mesmo de ir a júri popular. Dois aguardam julgamento, pelas mortes ocorridas em 2014 e 2015. A morte de Rodrigo ainda está em fase de inquérito policial, não havendo denúncia do Ministério Público, até o momento da escrita desta tese, contra o autor do disparo.

Em 2 de abril de 2015, Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, foi morto com um tiro na cabeça disparado por um policial militar enquanto estava sentado na entrada de sua casa, no Complexo do Alemão, zona-norte do Rio de Janeiro (BETIM, 2015). Em novembro de 2016 o caso foi arquivado pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – um dos problemas apontados na denúncia apresentada pelo Ministério Público é que a perícia não foi capaz de precisar qual policial fez o disparo. Em entrevista, a mãe de Eduardo declarou após o julgamento: “A Justiça foi covarde. Tive meu filho arrancado dos meus braços e a Justiça deu carta branca para o policial fazer mais uma vítima. (...) O que a Justiça disse é que pode matar e nada vai acontecer” (FERNANDES, 2016).

Em 6 de abril de 2019, Evaldo dos Santos Rosa, 51 anos, músico, acompanhado da esposa, do filho de 7 anos e de uma afilhada de 13, foi morto em seu carro a caminho de um chá de bebê. Os autores dos 80 disparos contra o seu carro que culminaram em sua morte eram militares do Exército brasileiro (HERINGER; QUEIROGA, 2019). Luciano Macedo, catador de material reciclável que tentou ajudar a família e também foi atingido pelos militares faleceu doze dias depois (COELHO; GIMENEZ, 2019). Seis dias após, o Presidente da República Jair Bolsonaro declarou: “O Exército não matou ninguém. O Exército é do povo. A gente não pode acusar o povo de assassino. Houve um incidente. Houve uma morte. Lamentamos ser um cidadão trabalhador, honesto” (ONOFRE, 2019). Em 23 de maio de 2019, por decisão do Superior Tribunal Militar (apenas uma ministra votou de forma divergente), o pelotão acusado pela morte de Evaldo que se encontrava preso desde a morte de Evaldo foi libertado e responde ao processo em liberdade (AFFONSO, 2019).

...

Meio século após o enterro do investigador Davi Parré, não são somente “bandidos” que morrem alvo dos disparos dos policiais e a proporção não é mais dez para um. No primeiro trimestre de 2019, em São Paulo, foram 46 civis mortos para cada policial morto, consideradas apenas as mortes em serviço (BOEHM, 2019). Em 2018, último ano de que se tem registros, 6.160 pessoas foram mortas por policiais, o maior número de mortes já registrado no país (VELASCO; REIS, 2019). Desde 2013, quando foram 2.212 (FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2018, p. 26), o número de mortes decorrentes de intervenção policial cresce ininterruptamente

(um aumento de incríveis 178,48%). O problema do alto índice de pessoas mortas em decorrência da ação policial é um problema atual, relevante e, infelizmente, não é recente. Tentativas de descrevê-lo e explicá-lo extrapolam o âmbito da pesquisa acadêmica e permeiam diversos setores, como imprensa, instituições do Sistema de Justiça, organismos internacionais, organizações não governamentais e sociedade civil. Face a multiplicidade de discursos, as pessoas reagem às diferentes narrativas sobre o tema que lhes é apresentada formulando teses mais ou menos complexas para inscrever e normalizar o fenômeno como parte do que é viver no Brasil.

Os altos índices de letalidade da ação policial no país ainda hoje persistem e resistem como ferida no inacabado processo de construção de um efetivo Estado Democrático de Direito brasileiro. A farta produção de dados e argumentos sobre o tema da letalidade policial e a chaga que ela representa no processo civilizatório nacional não tem resultado em uma melhora do quadro. Pior do que isso, durante o desenvolvimento da presente pesquisa (2015-2019) o que pudemos acompanhar foi justamente um movimento no sentido oposto, com o agravamento desse fenômeno acompanhado pela intensificação de seu uso político, com grande sucesso eleitoral. No Congresso Nacional, a “bancada da bala”, grupo de políticos suprapartidário reconhecido, entre outras pautas afins, por defender a letalidade policial como método efetivo de segurança pública, elegeu em 2018 18 senadores. Na legislatura anterior não havia representantes no Senado (REBELLO, 2018). Na Câmara, o número de deputados passou de 36 para 102 (CARVALHO 2018). O atual governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, desconhecido candidato no início do processo eleitoral, apostou em sua campanha, com sucesso, em um discurso agressivo na área de segurança pública, na qual se destacou sua propalada autorização para que policiais pudessem “abater” pessoas que estivessem portando um fuzil (FRANCO, 2018). E em 2018 Jair Bolsonaro¹ foi eleito Presidente da República.

Diante do desafio de melhor compreender esse fenômeno, a presente pesquisa objetiva, a partir da análise do processamento dessas mortes pelo Sistema de Justiça

¹ Em que pese a eleição de Jair Bolsonaro à presidência ser fundada em variáveis muito mais complexas e cuja análise extrapola em muito os fins desta pesquisa, considerando a clareza com que o então candidato sempre se manifestou sobre o tema ao longo de toda sua trajetória política, trata-se aqui de destacar a autorização das urnas à violência de Estado. Ainda que não seja possível afirmar que a promessa de mais violência seduza ou convença a todos, ou mesmo à maioria, dos eleitores do atual presidente, estes, no mínimo, a consideram uma política admissível ou de menor importância. O que em todos os casos significa muito.

Criminal, construir uma nova matriz interpretativa para o fenômeno, identificando determinantes inconscientes que contribuem para a perpetuação e intensificação desse problema, com vistas a produção de um saber que possa, a um só tempo, iluminar pontos cegos do debate e incidir propositivamente, ainda que no futuro, para o enfrentamento da questão.

A tese divide-se em duas partes. A primeira será dedicada à delimitação do escopo do problema, seja com relação aos dados conhecidos sobre a letalidade policial no país, seja com relação às bases de nossa perspectiva de análise, definindo e conceituando o que ora estamos nomeando como determinantes inconscientes. Fazem parte de nossas referências a psicanálise e a sociologia de Norbert Elias, sendo que, no decorrer do capítulo, procurará se demonstrar como elas se articulam no sentido de configurar um campo de investigação sobre a letalidade policial. Ainda no mesmo capítulo, procuraremos apresentar e fundamentar nosso método de pesquisa, criado especificamente para os fins desse estudo. Sucintamente, o método consiste na utilização do processo judicial como enquadre da escuta do sujeito, colaborador desta pesquisa. Discorreremos sobre como o uso da escuta psicanalítica como método de investigação em um contexto não clínico foi possível, e a maneira como o processo judicial pôde ser utilizado a um só tempo como disparador, catalisador e mediador da escuta do sujeito.

Já a segunda parte trará a análise do que estamos nomeando como determinantes inconscientes da letalidade policial. Nosso estudo de caso tem como objeto um processo judicial real, apresentado ao fim do capítulo anterior, no qual policiais foram réus, acusados de matar no exercício de sua função. A “escuta do processo” passou, para além da análise dos autos, pela escuta do promotor e do juiz que atuaram no caso e que, respectivamente, apresentaram denúncia e pronunciaram os acusados. Posteriormente o entendimento desses dois profissionais foi contrariado com a reforma da decisão judicial pelo Tribunal de Justiça, corte de segunda instância, e os acusados foram absolvidos sumariamente (antes de ir a júri popular). A peculiaridade do processo escolhido para análise é que na grande maioria dos casos que resultam na não condenação dos agentes de Estado não há divergência entre os atores do Sistema de Justiça criminal. Estes comumente são arquivados antes mesmo da denúncia, a pedido do Ministério Público², ou, em menor número, terminam com a

² Cabe destacar, desde já, que o Ministério Público, para além do papel acusatório e privativo que desempenha em qualquer ação penal, o que inclui os casos em que os são acusados policiais, possui

absolvição dos réus pelo júri popular – no qual ainda que o resultado do processo divirja do entendimento desses atores, trata-se de decisão de um colegiado de leigos que pode ser motivada por razões alheias à técnica jurídica e à lógica que orienta seus integrantes. O resultado dessa escuta, paradoxalmente, teve o silêncio como seu principal produto e sua principal riqueza. Da expectativa inicial de que uma nova narrativa do processo judicial pudesse ser construída a partir da escuta de nossos colaboradores e de que dela uma nova compreensão sobre as causas da letalidade policial emergisse, o que restou foi silêncio – o silêncio sepulcral da narrativa. O que a escuta do processo revelou é que, no que pertine à morte, não há narrativa. O que o processo judicial opera, em tudo que ele toca e o que inclui os profissionais que dele partilham, é justamente o silenciamento da narrativa sobre a morte. E no que se refere a contribuição do presente trabalho, é o silenciamento das mortes das vítimas do Estado brasileiro pelo processo judicial, não intencional, não consciente, um dos principais fatores que permitem sua infinita repetição. A análise desse silenciamento subdivide-se em quatro tópicos, articulando o material colhido a outras pesquisas e ensaios teóricos não necessariamente vinculados ao tema da letalidade policial.

No primeiro deles, partindo da análise de como a impunidade de um assassinato cometido por um agente de Estado pode, em muitos casos, ser resultado do devido processo legal preconizado por um Estado Democrático de Direito, procuramos demonstrar como esse sistema institucional/organizacional reflete-se na dinâmica subjetiva e inconsciente de seus atores. Do direito de defesa, passando pelas dificuldades operacionais no campo da investigação/processamento dos crimes e pela relação entre as corporações que compõem o Sistema de Justiça Criminal, constrói-se um aparato discursivo comum, que a um só tempo é capaz de acomodar divergências (intelectuais ou ideológicas) e garantir ao sujeito recursos para lidar com a morte injusta e violenta. Aos sujeitos que mais diretamente integram esse conjunto, como trabalhadores que operam as engrenagens desse Sistema, cobra-se um pertencimento identitário que antecede ao corporativismo e une a todos na perpetuação das instituições e de seu funcionamento.

No segundo tópico de nossa análise, apresentamos a influência dos aspectos ideológicos e do “processo civilizador”³ brasileiro para produção dessas mortes.

a função de exercer o controle externo da atividade policial (Constituição Federal, inciso VII, artigo 129, Lei Complementar 75/1993, Resolução CNMP 20/2007).

³ Conforme referencial eliasiano.

Articulando os apontamentos de nossos colaboradores a um resgate histórico da legitimação da violência estatal e da construção de nossas polícias, propõe-se uma meta-análise do componente ideológico, na qual, ao invés de centrarmos nossos esforços em identificar eventuais lacunas da ideologia que sustenta a legitimação das mortes decorrentes de intervenção policial, procuramos revelar aspectos menos visíveis que trouxeram a sociedade brasileira a incluir essa pauta no debate político. Buscamos demonstrar como a própria discussão contemporânea em torno da letalidade policial, para além da ideologia que a defende, pode ser lida como sintoma de uma configuração social mais ampla que sustenta o homicídio como estratégia legítima de socialização. Partindo de uma análise eliasiana na qual as configurações sociais estão inerentemente conectadas com os processos de formação subjetiva e com a internalização do autocontrole das pulsões violentas, verificamos como no processo de constituição do Estado brasileiro o horror à violência letal é, no mínimo, bastante relativo. O uso da violência como forma de resolução dos conflitos, como ferramenta de exercício do poder ou mesmo como estratégia de sobrevivência, em um contexto no qual o monopólio do uso legítimo da força não se estabeleceu ou ocorreu de maneira frágil (ora não sendo legítimo, ora não sendo monopólio e muitas vezes não sendo em favor do Estado) forjou subjetividades das quais não foi exigida a interdição da violência. Com o uso da violência letal relativizado, o enfrentamento de seu uso injustificado pelo conjunto da sociedade também o é.

O terceiro eixo de nossa análise tem como foco desenvolver como a legitimação da violência estabelecida nas relações sociais opera como processo de subjetivação e, conseqüentemente, como produtora de sujeitos mais suscetíveis a matar. Em complemento às reflexões apresentadas no tópico anterior, detalhamos os mecanismos pelos quais a figuração social é capaz de constituir subjetividades violentas, dessa vez apoiada não apenas nas construções conceituais de Elias, mas também em conceitos forjados dentro do próprio campo de estudo da criminologia e das violências policiais, em especial, o conceito de sujeição criminal de Michel Misse. As reflexões ao longo de nosso argumento sobre como violências coletiva e individual, simbólica e real, se articulam na produção de indivíduos e coletividades violentas, nos remete, por fim, à discussão dos aspectos intrapsíquicos (mas não necessariamente individuais) da expressão da violência, com a qual contamos com o aporte da reflexão psicanalítica. A partir do olhar sobre a violência herdada e constitutiva do sujeito e sua relação com a violência atual e manifesta, operada pelo indivíduo como passagem ao

ato, revela-se o impossível do controle da violência letal em um contexto no qual ela é autorizada.

Apoiado pelas análises precedentes, o quarto e último eixo de nossa análise discute, a partir da redução formal operada pelo processo judicial no tratamento das controvérsias criminais, como o sistema de justiça criminal se constitui como campo de análise do inconsciente. Corroborando a tese de Shoshana Felman (2014), pela qual as repetições jurídicas se assentariam em um inconsciente estrutural do Direito, analisamos o silenciamento da morte das vítimas da letalidade policial operado pelos processos judiciais em sua condição de resposta a um trauma coletivo. A partir dessa análise, o julgamento dos casos é tomado como uma tentativa de narrar o trauma, um ato linguístico de intervenção cultural e social sobre algo que excede a representação pretendida. Sem conseguir operar sobre o trauma coletivo que o sustenta, os julgamentos são fadados à repetição traumática, repetição que, no caso da violência de Estado, é reiteração do ato violento que mata pela segunda vez a vítima, lhe negando a história de sua morte. De outro lado, pelo julgamento e por todo ritual nele implicado, se atualiza uma oportunidade de acesso ao que resta adormecido desse inconsciente político e alguma interpretação (e elaboração) do trauma coletivo torna-se possível.

Por fim, à guisa de conclusão, sistematizamos como os processos de perpetuação e promoção da letalidade de Estado estão intimamente relacionados com os processos de formação do sujeito em sua intrínseca relação com a dinâmica social. Nesse processo de individuação e internalização de uma dinâmica social indiferente ao homicídio, quando não produtora de práticas de extermínio, residem não só núcleos de resistência a mudança, como forças garantidoras de uma repetição da violência letal legitimada. Propomos, no entanto, que a devida interpretação desse trauma coletivo, que nos aprisiona a uma lógica homicida de socialização e que vem se agravando nas últimas décadas, pode em muito contribuir para a efetiva criação e implantação de ações que subvertam esse cenário.

2. DETERMINANTES INCONSCIENTES DA LETALIDADE POLICIAL: DELIMITANDO O CAMPO DE INVESTIGAÇÃO

O campo de investigação sobre a violência policial é amplo e o enfoque não usual de nossa abordagem exige que delimitemos com quais aspectos desse fenômeno dialogaremos. Uma das linhas de compreensão da violência policial no país refere-se à sua análise como efeito de um contexto mais amplo da violência da sociedade brasileira. Sendo a polícia a instituição responsável pelo uso da força física quando necessário e sendo o resultado letal um efeito possível desse uso, diante de uma criminalidade violenta, teríamos uma polícia violenta. De fato, segundo o Observatório de Homicídios do Instituto Igarapé (2019), o Brasil segue como o país com o maior número absoluto de homicídios, sendo que segundo o último Atlas da Violência (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA – e FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP –, 2019, p. 5), nos encontramos no maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país. O país é o quinto que mais mata suas mulheres do mundo (WASELFISZ, 2015a, p. 27) sendo que entre 2007 e 2017 o número de homicídios de mulheres no país aumentou em 30,7% (IPEA e FBSP, 2019, p. 35). Relatório publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais sobre a Violência Letal Contra as Crianças e Adolescentes do Brasil em 2015, apontava que o país era o que mais matava suas crianças e adolescentes (WASELFISZ, 2015b, p. 90), sendo que a taxa de homicídios de crianças e jovens entre 1980 e 2014 apresentou um aumento de 485% (WASELFISZ, 2017, p. 2). Em 2017, o país ainda foi líder em número de assassinatos de jovens negros do sexo masculino, pessoas LGBTI, defensoras e defensores de direitos humanos, grupos ligados à defesa da terra, população tradicionais e policiais (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018). Em apenas três semanas, mais pessoas morreram assassinadas no país do que a quantidade de pessoas mortas em todos os ataques terroristas no mundo nos cinco primeiros meses de 2017 (IPEA e FBSP, 2017, p. 55). Entretanto, se é indispensável analisar a letalidade policial à luz do contexto mais amplo de violência letal na sociedade brasileira, é necessário destacar que mesmo diante de números gerais alarmantes a letalidade policial se sobressai. Segundo dados do Monitor da Violência⁴ (VELASCO E REIS, 2019), enquanto entre 2017 e

⁴ Projeto resultado da parceria entre G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública iniciado em setembro de 2017..

2018 o país verificou uma queda de 13% nas mortes violentas, o número de pessoas mortas pela polícia aumentou em 18%. Segundo dados do último Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2018, p.6), entre 2016 e 2017, enquanto o número de policiais mortos apresentou uma queda de 4,9% o número de pessoas mortas em intervenções policiais cresceu 21%. Os dados sugerem que para além de uma reação legítima a um contexto violento, a letalidade policial no Brasil se constitui como fenômeno autônomo, que merece investigação específica para ser compreendida.

Outra vertente de compreensão do fenômeno, relaciona a especificidade da violência policial com as heranças militares, oriundas de um regime autoritário, que permaneceriam presentes na jovem democracia brasileira. Se no plano formal são possíveis rupturas mais nítidas, quando consideramos, por exemplo, a Constituição de 1988 como um marco da redemocratização no país, no cotidiano das organizações é esperado que essa mudança ocorra de forma paulatina, em especial no campo da segurança pública, peça central no exercício do poder de um regime ditatorial. Decorre dessa interpretação a importância em investimentos na formação do policial, em especial no que se refere à temática dos direitos humanos, bem como a adequação das normas infraconstitucionais reguladoras da atividade policial ao paradigma da Constituição Cidadã. Todavia, se o patamar elevado de mortes decorrentes de intervenção policial pode, complementarmente aos altos índices de violência no país, ser explicado pelas heranças ditatoriais e militares, e são salutares as ações para mitigar esses efeitos, mais uma vez, o fenômeno da letalidade policial brasileira na atualidade se diferencia. A tendência que encontramos com relação a incidência da letalidade policial no país, conforme aponta anualmente o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018, p. 26), é de crescimento e não de diminuição, ou no mínimo, de estagnação, que seria esperado se suas causas derivassem exclusivamente de uma herança histórica. Além disso, a comparação internacional mais uma vez contraria a expectativa de que uma cultura beligerante de matriz militar seja suficiente para explicar o fenômeno: comparados, dados do FBI e do Centro de Inteligência da Polícia Militar de São Paulo indicavam que só a polícia paulista matava em média, por ano, 1,53 vezes mais pessoas do que todas as polícias dos Estados Unidos com uma população 7,5 vezes menor (CARAMANTE, 2015). Em comparação com as 6.160 pessoas mortas decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2018, 992 pessoas foram mortas nos Estados Unidos (WASHINGTON POST, 2019). Isto em comparação com um país que debate o problema da violência de sua polícia (que possui, como no

Brasil, um viés discriminatório), possui uma cultura militar importante, inclusive nas corporações policiais, e que tem uma população civil armada em muitos estados. Crescimento e excesso de mortes que resistem, à primeira vista, a explicações que limitem nosso problema a uma herança cultural militar-ditatorial.

Um terceiro vértice explicativo associa o fenômeno à questão da desigualdade social e ao racismo no país. Das 330 intervenções policiais que resultaram em morte de civis na cidade de São Paulo em 2014, 91% ocorreram fora de seu centro expandido. Enquanto isso os dez Distritos Administrativos mais ricos de São Paulo registraram apenas 14 das 396 mortes decorrentes dessas intervenções (BARROS, BARCELOS e SILVA, 2015). Entre 2007 e 2017, enquanto houve o crescimento de 33,1% na taxa de homicídios de negros, a taxa de homicídios de não negros cresceu apenas 3,3% (IPEA e FBSP, 2019, p. 59). Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o assassinato de jovens, instituída no Senado, após ouvir mais de 200 pessoas em 29 audiências públicas realizadas em vários estados, assume a expressão “Genocídio da população negra” reconhecendo ser ela alvo preferencial da violência letal, aprofundando-se especificamente na violência perpetrada pelo Estado (BRASIL, 2016). A importância dessa constatação é que ao caracterizarmos qualitativamente a letalidade policial, é preciso reconhecer que existem lugares e pessoas mais vulneráveis que outros, características que não podem ser negligenciadas em qualquer tentativa de se esclarecer a questão. No entanto, mais uma vez o estudo comparado nos obriga a ponderar que o Brasil não é o único que padece da desigualdade social e racial. Ainda segundo dados do FBSP (2016, p. 21), em 2015 a taxa de letalidade da polícia brasileira era 45% maior que a da polícia sul-africana, país também extremamente desigual e violento (com taxa de homicídios superior à brasileira). Enquanto Honduras apresentava taxa de homicídios 2,4 vezes maior que o Brasil, sua taxa de letalidade policial ainda assim era inferior a brasileira (1.2/100.000 em Honduras contra 1.6/100.00 no Brasil). Se a correlação entre desigualdade social, racismo e violência letal, intuitivamente, aparenta ser esperada, o que destacamos é que a letalidade policial não está e não deveria estar automaticamente vinculada a essa associação. O Estado é justamente aquele que dispõe de recursos (e em tese tem a obrigação) para proteger os mais vulneráveis. Só o fato dele não obter sucesso nessa tarefa já seria razão para um debate sobre as polícias e sobre sua política de segurança pública. Porém, para além disso, se ele

atua em sentido oposto, como no Brasil, é imperioso que se investiguem as razões e que se inverta essa tendência.

Uma quarta frente de explicação do problema associa-o à impunidade. De acordo com dados do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos da Defensoria Pública de São Paulo divulgados pela imprensa, mais de 90% das mortes decorrentes de intervenção policial são arquivados sem nem mesmo ir a julgamento (ALESSI, 2016). De 510 casos de autos de resistência ocorridos no Rio de Janeiro entre 2010 e 2011, com 707 mortos, 355 viraram inquéritos, destes, 19 se transformaram em processos efetivos, dos quais apenas três chegaram à fase de julgamento (PERES, NETO e DOMENICI, 2015). A anulação do julgamento que condenou em primeira instância 74 policiais militares envolvidos no massacre do Carandiru pela 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que ganhou ampla repercussão da imprensa em setembro de 2016, é emblemática de um padrão institucional que funciona diariamente. É possível que, efetivamente, esta seja a principal variável dos índices alarmantes de letalidade policial no país. O que merece destaque com relação a impunidade, no entanto, é que esse diagnóstico, com ampla repercussão, possui no mínimo 20 anos, sendo reiterado por diversos organismos internacionais (Human Rights Watch em 1997 e 2009, ONU em 2001, 2007, 2010 e 2016, Anistia Internacional em 2005, 2007, 2015 e 2016, Comissão Interamericana de Direitos Humanos 2011, 2017), atravessando governos de matrizes ideológicas distintas, sem que o quadro se altere. No Brasil, a impunidade da violência letal da polícia ganha status de política de Estado, constante ao longo dos regimes políticos, imune à democracia. São muitos os que apontaram (e apontam) o problema e apresentam alternativas de solução. À nossa questão, cabe a tentativa de contribuir para o esclarecimento de por que, até hoje, elas não são efetivamente aplicadas.

Dentro do largo espectro de variáveis envolvidas no fenômeno da letalidade policial, destacamos quatro características sobre as quais debruçaremos nossa investigação: 1) seu excesso face às demais formas de violência presentes no país; 2) sua tendência de crescimento dentro de um estado democrático sucessor de um regime autoritário recente; 3) seu papel na dinâmica da desigualdade social e racial brasileira; 4) sua impunidade, resistente ao esclarecimento e à instituição do Estado Democrático de Direito brasileiro. A partir desses pontos, pretendemos instituir uma nova abordagem do problema, qual seja, a da identificação de determinantes inconscientes que contribuem para a perpetuação e promoção do fenômeno.

O desafio de investigar a dinâmica inconsciente de um fenômeno social complexo, como é o caso da letalidade policial, no entanto, do ponto de vista metodológico, não apresenta um caminho já trilhado. Não existindo na literatura metodologia específica consolidada que atendesse ao propósito de nossas questões, propomos então um método novo. Desse modo, antes de apresentarmos efetivamente nossa análise, dedicaremos o presente capítulo a apresentar as razões que justificam o interesse pela dinâmica inconsciente da letalidade policial, as bases teóricas da metodologia proposta e, por fim, o método.

2.1. Sobre a dinâmica inconsciente do fenômeno social

Diante dos paradoxos que caracterizam a letalidade policial no Brasil, a compreensão de que não são, exclusivamente, processos conscientes e racionais que a mobilizam é de fundamental importância para decifrarmos sua lógica de funcionamento. Inerente a todo fenômeno social, Norbert Elias (1939a/1990, p. 204), um dos mais influentes sociólogos do século XX, descreve em sua obra “O Processo Civilizador” como ocorreriam, de maneira geral, esses processos:

planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. *Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isolados, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem sui generis, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador.* (itálico do autor)

Influenciado pela leitura da obra freudiana, Elias descreve o “processo civilizador” não como um processo esclarecido rumo a um nível cada vez maior de desenvolvimento (que a nomenclatura poderia fazer crer), mas sim decorrente das relações de interdependência entre as pessoas, seus planos e ações, impulsos emocionais e racionais. Não há uma intencionalidade, não há um plano. Se há um caráter evolutivo nesse processo, este se refere ao tamanho e a complexidade de relações de interdependência. Elias (1939b/1994, p.21-3) destaca que cada pessoa vive em permanente dependência funcional de outras pessoas, em uma teia humana de funções que a aprisiona e limita sua liberdade de escolha. Segundo o autor, “é essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela

e nada mais, que chamamos ‘sociedade’” (p. 23). Por consequência, como destacam Costa e Endo (2014, p. 22):

As regularidades das relações não surgem nem em função de uma entidade social, que se apresenta como supra-individual, nem devem ser buscadas na consciência dos indivíduos, enquanto seres que seriam, em si mesmos, independentes de onde estão inseridos. Sua estrutura encontra-se no *entre* as partes, *entre* o complexo de funções que elas assumem uma em relação a outra e ao todo. É preciso começar a pensar, então, não mais na antítese de entidades isoladas e estruturas totalizadas, mas em termos de relações e funções. (itálico dos autores)

Elias identifica ainda que um padrão de conduta motivado por relações de interdependência, com o passar das gerações, gera modificações na estrutura da personalidade dos indivíduos. Em estudos de longa duração sobre a história dos costumes de países como a França (ELIAS, 2001) e a Alemanha (ELIAS, 1997), o autor identifica, no primeiro caso, que os dispositivos de autocontrole dos impulsos presentes na subjetividade dos integrantes das sociedades “civilizadas” contemporâneas tiveram origem em determinado período histórico, em que a sociedade de corte francesa teria sido a maior expoente. O autor demonstra que foram necessárias gerações, mas a contenção dos impulsos agressivos, que inicialmente possuía uma finalidade pragmática e consciente na consolidação do monopólio legítimo da força dos estados nacionais recém-criados em torno da realeza, passou a ser transmitida pelos costumes como *habitus*. Elias significa por *habitus* um saber social incorporado pelos membros individuais de uma determinada sociedade, que passam a exercê-los como seus. Em um tempo em que não havia mais indivíduo vivo que tivesse experimentado a liberdade de poder dar vazão aos seus instintos agressivos, os mecanismos de autocontrole internalizaram-se como parte da estrutura da personalidade e foram naturalizados como premissa das relações estabelecidas em uma sociedade “civilizada” - da qual a nossa democracia é herdeira. Resgatar a origem histórica de que a paz social e a interdição dos instintos agressivos individuais, valorizada em abstrato nos regimes democráticos contemporâneos, têm origem em momento de consolidação do monopólio estatal do uso legítimo da força nos estados nacionais europeus é relevante para compreendermos que o tema do assassinato e do uso da violência, mais do que um tópico, está na própria essência da constituição do Estado e das subjetividades contemporâneas. De outro lado, se esse *habitus* moldado pelo “processo civilizador” gerou formas de autocontrole dos impulsos pelo indivíduo, é preciso destacar que ao demonstrar como a biografia nacional impacta

nesse processo, Elias nos informa também como o *habitus* é influenciado pelas experiências singulares de cada nação ou de seus grupos constituintes. Desse modo, são diferentes as formas como o controle dessa economia dos instintos se darão.

Outra contribuição importante de Elias para pensarmos a dinâmica inconsciente do fenômeno social no que se refere a violência é o conceito de *ethos* guerreiro. Esse *ethos*, na perspectiva eliasiana, seria formado pela sedimentação de determinadas figurações de relações guerreiras existentes por gerações e incorporadas ao *habitus* dos indivíduos. Ainda que essa figuração possa remontar a períodos anteriores, menos que sua origem, Elias destaca o momento em que essas relações são substituídas por relações de corte, com consequente alteração no *habitus*. Mas para que o *ethos* guerreiro não seja compreendido apenas como abstração conceitual cabe destacar, nos termos de Elias (1994, p. 129-30), que:

o guerreiro da Idade Média não amava só a guerra, vivia dela. Passava a juventude preparando-se para isso. Ao chegar a idade apropriada, era armado cavaleiro e fazia a guerra enquanto as forças lhe permitiam até a velhice. Sua vida não tinha outra função. Seu lugar de moradia era uma torre de vigia, uma fortaleza, simultaneamente arma de ataque e defesa. Se por acidente, por exceção, vivia em paz, precisava pelo menos da ilusão da guerra. Lutava em torneios e estes, muitas vezes, pouco diferiam de autênticas batalhas.

A ruptura desse padrão de vida para a contenção dos instintos vigente na sociedade de corte, por sua vez derivada da gradual monopolização do uso da força nos Estados nacionais, impõe aos indivíduos uma severa mudança – e consequentemente uma grande resistência. A Alemanha, dentre os casos estudados por Elias, é o caso mais notável de preservação do *ethos* guerreiro, mesmo com o advento das figurações modernas. Inicialmente próprio da então dominante aristocracia alemã e ligado a tradição familiar, esse *ethos* é caracterizado por valores militares de símbolos conceituais como coragem, obediência, honra e disciplina, responsabilidade e lealdade (ELIAS, 1997, p. 167), além da valorização das habilidades de guerra. Complementarmente, é caracterizado também pela “manutenção da desigualdade entre as pessoas, para julgar que os mais fortes são os melhores e, assim, para a implacável dureza da vida” (ELIAS, 1997, p. 66). A possibilidade de resolução dos conflitos pelo uso da força não é interdita, mas

regrada⁵. De outro lado a violência não é necessariamente sinal de uma falta de autocontrole, mas, ao contrário, pode constituir-se como índice de alto valor identitário. Enquanto a crescente monopolização da violência pelo Estado foi suprimindo esse tipo de relação na maioria dos países, Elias nota que esse padrão persistiu na Alemanha e em algumas outras sociedades até o século XX como sinal de pertença às classes superiores (ELIAS, 1997, p. 58).

Para circunscrever a investigação sobre a dinâmica inconsciente de um fenômeno social, e mais especificamente da letalidade policial, as contribuições eliasianas são essenciais por permitirem um rompimento da dicotomia entre indivíduo e sociedade, estabelecendo um campo de pesquisa que não resultará em um estudo sociológico ou psicológico do problema, mas em algo que se dá nessa interface. De outro lado esse mesmo campo circunscrito por Elias, onde a cisão entre indivíduo e sociedade se rarefaz, ecoa a afirmação feita por Freud (2011, p.10) no início de sua obra “Psicologia das massas e análise do eu”, de que a psicologia individual (da perspectiva da psicanálise) é, também, desde o início psicologia social. A estrutura de personalidade que Elias tinha em mente durante quase toda a sua obra, era a postulada por Freud. E esta, já na psicanálise, era mais do que psicologia individual.

A clínica psicanalítica dos neuróticos associada a um extenso estudo da bibliografia antropológica de seu tempo, fez com que Freud desse a violência e especificamente ao assassinato um status central em seu pensamento social. Para que seja compreensível, ao leitor pouco familiarizado com a psicanálise, o modo como Freud apresenta sua tese com relação às origens das organizações sociais e sua relação com a violência e com o assassinato, é importante destacar que sua proposição parte da conclusão de que a complexidade de alguns processos psíquicos bastante primitivos (presente no comportamento das crianças neuróticas, por exemplo) e comuns na clínica psicanalítica não poderiam ter sido aprendidas conscientemente na cultura de maneira similar por cada indivíduo distante de si no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, seguindo os achados de sua clínica, tais processos seriam demasiado complexos para serem explicados como mera disposição comum dos seres vivos a reagir da mesma forma frente às mesmas experiências. Reforçada sua percepção pela correspondência das manifestações

⁵ Como no caso dos *satisfaktionsfähig* - capazes de exigir e dar satisfação num duelo (ELIAS, 1997, p. 58). Apesar da resolução do conflito pela via violenta, existiam regras sociais explícitas sobre aqueles que poderiam fazer uso dessa violência, em que contexto e de que maneira.

neuróticas com achados da literatura antropológica de seu tempo, que tornavam ainda mais improvável uma explicação que prescindisse de uma causa comum, Freud postula que seria necessária uma “herança arcaica”, que permitisse a transmissão inconsciente de restos mnêmicos de eventos marcantes ocorridos na história da espécie (FREUD, 1937-9/2014, p. 139-42). Em “Totem e Tabu”, Freud (1913/1974, p. 170) apresenta sua tese sobre qual seria o evento fundamental que teria resultado no início das organizações sociais, das restrições morais e da religião, que o acompanharia durante toda sua obra e que influencia até hoje o pensamento psicanalítico sobre o campo social:

Certo dia, os irmãos que tinham sido expulsos retornaram juntos, mataram e devoraram o pai, colocando assim um fim à horda patriarcal. Unidos, tiveram a coragem de fazê-lo e foram bem sucedidos no que lhes teria sido impossível fazer individualmente. (Algum avanço cultural, talvez o domínio de uma nova arma, proporcionou-lhes um senso de força superior.) Selvagens canibais como eram, não é preciso dizer que não apenas matavam, mas também devoravam a vítima. O violento pai primevo fora sem dúvida o temido e invejado modelo de cada um do grupo de irmãos: e, pelo ato de devorá-lo, realizavam a identificação com ele, cada um deles adquirindo uma parte de sua força. A refeição totêmica, que é talvez o mais antigo festival da humanidade, seria assim uma repetição, e uma comemoração desse ato memorável e criminoso, que foi o começo de tantas coisas: da organização social, das restrições morais e da religião.

São muitos os desdobramentos da tese freudiana do parricídio como ato fundador da cultura. Ao que contribui para delimitação de nosso campo de investigação, cabe destacar que, em Freud, a possibilidade de fundação da cultura e do próprio psiquismo, assenta-se em uma interdição internalizada do assassinato, que em algum momento de nossa espécie foi livre de qualquer regramento e implicava, em termos coletivos, na limitação a pequenos agrupamentos, dada instabilidade de poder do líder da horda, sempre ameaçada de ser substituída pela via violenta. Essa interdição por sua vez, só seria possível a partir de um assassinato coletivo, que mais do que conceitualmente, Freud afirma que em algum momento da história de nossa espécie deve ter sido ato repetido em diversos grupos por diversas vezes, tamanho o lastro que identifica na herança arcaica de nosso psiquismo. A partir da tese freudiana, podemos depreender que sobre os efeitos desse assassinato coletivo, que ao tempo em que interdita o assassinato individual, possibilitam a existência de coletividades cada vez maiores (ao custo de uma regulação intrapsíquica mais complexa da economia dos instintos), repousam as diversas organizações sociais até hoje, bem como as diversas configurações do Eu no atrito do sujeito com a cultura. A luta física

pela sobrevivência e pela possibilidade de gozo, vivida num tempo remoto de nossa espécie e inscrita na herança arcaica de nosso psiquismo, seria reeditada, geração após geração, como luta interna do Eu frente à pressão dos instintos e às limitações das regras sociais (cuja tensão faz evoluir ao longo da história concomitantemente os dispositivos de interdição e os recursos do Eu em burlá-las).

Tal como Elias, mas por um caminho de investigação inverso, Freud afasta-se de uma cisão entre indivíduo/sociedade para argumentar sobre sua ligação – ligação esta inconsciente. As teses eliasiana e freudiana, de modos distintos e complementares, circunscrevem uma dinâmica inconsciente dos processos sociais, individuais e do processo histórico. No que se refere especificamente ao problema da letalidade policial no Brasil contemporâneo, suas concepções devem nos afastar, de antemão, de qualquer idealização do Estado Democrático de Direito como ápice de uma coletividade moralmente mais desenvolvida. Apoiados nesses autores, trataremos o Estado Democrático de Direito, em suas diferentes expressões nacionais, como resultado histórico de uma das formas possíveis de repressão, mais ou menos bem-sucedida, de uma violência letal latente, repressão esta operada também de forma violenta (mais ou menos sofisticada, mais ou menos internalizada) por cada sociedade, nação ou comunidade. Por consequência, não se perguntará o porquê das instituições democráticas brasileiras não funcionarem com relação ao controle de suas polícias. Não partimos da premissa que o Estado brasileiro trabalhe nesse sentido, e de maneira mais ampla, que qualquer Estado Democrático de Direito esteja necessariamente vinculado a essa premissa. O que se perguntará é, antes disso, como o Estado brasileiro, suas instituições e as pessoas que a elas representam lidam com o assassinato. A partir daí analisaremos “se” e “quanto” efetivamente faz sentido o controle da violência letal das polícias pelo Estado no Brasil.

2.2. Construção de um método de escuta do inconsciente

Apreender o fenômeno do assassinato cometido por policiais sem ser capturado por discursos prontos acerca dessa violência é o primeiro desafio que se impõe à nossa proposta. No campo da violência, como destaca Endo (2005, p.265),

as muitas falas do crime advindas dos poderes públicos, das vítimas e das corporações policiais [...] ambicionam afirmar a verdade definitiva sobre o que

é a violência, o crime e a dor [...]. [Temos] então um discurso aferrado a si mesmo, inseguro da própria verdade frágil que veicula, ela também imersa na dúvida, e que, por isso, tende a se proclamar repetitivamente e à exaustão, tornando irrisória a presença do interlocutor.

Para superar esse obstáculo, recorremos a técnica psicanalítica. A psicanálise, debruçada originalmente sobre o tratamento de enfermidades, instituiu um dispositivo de investigação próprio que, metonimicamente, poderia ser descrito como escuta psicanalítica. Se seus feitos terapêuticos ficaram conhecidos como cura pela fala, estes só são possíveis a partir de uma escuta não convencional, na qual o material acessado pelo psicanalista em seu dispositivo de investigação difere dos diálogos cotidianos ocorridos nas mais diversas esferas da vida e também das interações não-cotidianas das pesquisas em ciências humanas em que se propõe a escuta pelo dispositivo da entrevista. O paradigma dessa escuta nasce de um material antes não considerado pela medicina e pela ciência como possível fonte de conhecimento sobre as enfermidades: os sonhos. Pedra angular da psicanálise, “A interpretação dos sonhos” de Freud (1900/1996) revela a possibilidade de um testemunho inconsciente, na qual o orador não tem, a princípio, consciência da verdade que sua fala veicula. É essa característica de inovadora qualificação do testemunho que Felman (2000, p.26-7) destaca na análise do método freudiano apresentado em 1900:

As inovações de Freud como clínico originam-se, com efeito, na sua preocupação em não ignorar o testemunho do paciente – como os doutores de medicina estavam acostumados a fazer em casos de ‘histeria’ –, mesmo quando o médico não entende esse testemunho [...]. Ao contrário, é assumindo, por sua vez, a posição do paciente e estabelecendo uma permutabilidade entre médico e paciente [...] que Freud cria a dimensão clínica revolucionária do *diálogo psicanalítico*, um tipo inédito de diálogo no qual [...] *são necessários dois para testemunhar o inconsciente* [...]. Nesse sentido, a psicanálise repensa profundamente e renova radicalmente o próprio conceito de testemunho, ao sugerir e ao reconhecer, pela primeira vez na história da cultura, que não é necessário *possuir* ou *ser dono da verdade* para *testemunhar* sobre ela de forma eficiente; que o discurso, enquanto tal, é testemunhal sem o saber e aquele que fala, constantemente testemunha uma verdade que [...] é, essencialmente, *inacessível* para o próprio orador. (itálicos da autora)

Portanto, a escuta psicanalítica, se instaurada, ao contrário de repetir as verdades definitivas vocalizadas pelos diferentes atores envolvidos com a violência letal, estará interessada por aquilo que escapa a intenção dos oradores e que só pode ser percebida diante da presença essencial de um interlocutor que os escuta – “*são necessários dois para testemunhar o inconsciente*”.

Tivemos como objetivo promover uma escuta, nos termos propostos pela psicanálise, que pudesse resultar em um material novo sobre a letalidade policial, de testemunho do inconsciente. Este, para além da perspectiva psicanalítica, apresentou-se como matéria-prima também para uma análise histórica de inspiração eliasiana. Na construção de sua teoria sociológica, Elias ficou conhecido como um pesquisador dos hábitos e costumes, em investigações debruçadas sobre longos períodos históricos que pudessem acompanhar o desenvolvimento destes. A matéria prima de sua pesquisa eram documentos e narrativas que, tal como os sonhos, eram até então desprezados, que falavam do cotidiano da sociedade e não de seus grandes feitos. Assim, desenvolveu um método em que também pôde encontrar algo que estava além das “verdades definitivas” dos documentos históricos oficiais e, em cada caso, desvelar a dinâmica inconscientemente em curso no processo “civilizador” de cada alvo de sua investigação. Nesse sentido, o material obtido da escuta de nossos colaboradores apresenta-se também como algo que se opõe as “verdades oficiais” dos processos judiciais e permitem acessar narrativas normalmente desprezadas, quando não intencionalmente reprimidas pelo ordenamento jurídico.

Informadas as razões que nos fizeram recorrer a escuta psicanalítica como método, antes de apresentarmos a metodologia específica desta pesquisa, resta-nos esclarecer aos leitores familiarizados ou não com a psicanálise (aos primeiros para superar eventuais objeções a metodologia proposta e aos demais para que possam ter melhor inteligibilidade do que se propõe) os fundamentos que nos permitem transportar o dispositivo da escuta psicanalítica de sua finalidade terapêutica original para uma de coleta de dados.

2.2.1. Clínica, transferência e enquadre

A proposição de uma escuta psicanalítica, ainda que fora de seu contexto original, não pode prescindir de determinadas condições de enquadramento, sob pena de esvaziamento do dispositivo. Por essa razão, Luciano Elia (2000, p.24) chega a afirmar que toda pesquisa em psicanálise, mesmo fora de um contexto terapêutico, é uma pesquisa *clínica*, pois:

o modo pelo qual o saber em questão será produzido obedecerá [...] a lógica do saber inconsciente, implicará a transferência e será elaborado a partir da instalação do dispositivo, interditando, por exemplo, que uma hipótese conceitual prévia à escuta venha a ser colocada à prova experimental [...] na

qual ela seria verificada ou refutada. Na psicanálise, em decorrência das exigências estruturais do dispositivo através do qual ela opera, o contexto da descoberta coincide com o contexto da verificação. [ELIA, 2000, p. 24].

Optar pelo método psicanalítico de escuta significa abdicar de hipóteses conceituais prévias a serem colocadas à prova experimental, o que implica em dizer, no contexto dessa pesquisa, que para além do cuidado de não ser capturado pelas verdades definitivas veiculadas pela fala dos diversos atores envolvidos na questão da letalidade policial, nossas próprias verdades deverão ser interditadas no momento da escuta. Cabe ressaltar que a abdicação de hipóteses conceituais prévias não é tarefa simples, uma vez que elas podem estar vinculadas a visões de mundo profundamente arraigadas ao sujeito. Não à toa a segunda regra fundamental da psicanálise é que o analista seja analisado. Não é possível fazer uso da técnica psicanalítica e se dispor a uma escuta sem pré-julgamentos, se o psicanalista não teve, minimamente, acesso à sua própria dinâmica inconsciente e a como suas perspectivas de mundo podem ser por ela viesada. Ao submetermos o material analisado ao crivo da comunidade científica, esperamos ter sido bem-sucedidos nessa tarefa. No entanto, essa não é a única exigência. Conforme destaca o autor, o saber produzido deverá implicar a *transferência*.

A transferência é um dos pilares do método psicanalítico e, desde Freud, sua descrição recebeu a contribuição de diversos autores e escolas psicanalíticas que em muito complexificaram o conceito. Apesar das variações com relação a sua extensão, é possível entender que transferência, conforme apresentam Laplanche e Pontalis (2008, p. 514), “Designa em psicanálise o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles e, eminentemente, no quadro da relação analítica”. Tal definição traz duas ideias importantes acerca da transferência: a primeira de que se trataria de um processo de atualização de desejos inconscientes; a segunda de que ela ocorreria, eminentemente, no quadro da relação analítica. Abordaremos as duas questões, porém em ordem inversa.

Ao pretendermos utilizar da escuta psicanalítica fora do quadro da relação analítica podemos ser, com razão, questionados sobre a eficácia do dispositivo fora de seu enquadre de origem. Seria possível a atualização de desejos inconscientes sobre objetos de um quadro (enquadre) não analítico? Em estudo anterior (KOHARA, 2009), dedicado a análise da prática psicanalítica em instituições não psicanalíticas,

chegamos à conclusão que sim, restando confrontar nosso argumento com relação a uma possível adaptação do dispositivo ao contexto de pesquisa, não enfrentado naquele momento.

O quadro da relação analítica a que se referem Laplanche e Pontalis, pode ser, de maneira bastante concreta, descrito nos seguintes termos:

Uma relação que se prolonga durante anos, com a manutenção de um conjunto de normas ou atitudes, não é outra coisa senão a própria definição de *instituição*. O enquadramento é, portanto, uma instituição, dentro de cujos parâmetros ou no bojo da qual ocorrem fenômenos a que denominamos comportamentos. (BLEGER, 1988, p. 312-3)

O enquadre da relação analítica pode ser lido como uma instituição, como o faz Bleger, se pudermos compreender que apesar da singularidade dos postulados psicanalíticos, não deixam de se tratar de um conjunto de normas ou atitudes que se mantêm ao longo do tempo. A diferença significativa entre o atendimento psicanalítico clássico e a pesquisa, portanto, é a relativização da prioridade referencial da instituição psicanalítica no estabelecimento dessas normas e atitudes, que cede espaço para parâmetros esperados de uma pesquisa acadêmica. O pesquisador-psicanalista responde não só às demandas dos sujeitos com quem irá dialogar, mas também à demanda da comunidade científica em que se insere, referente ao que se espera de sua produção intelectual. O conjunto de normas ou atitudes que constituem o enquadre passa a ser estabelecido não apenas para salvaguardar o tratamento psicanalítico, mas inclui interesses e funções próprias do novo contexto.

Mas para além de sua função descritivo-prescritiva, relativizada em um contexto de pesquisa, existe uma outra função do enquadre para que se possibilite uma escuta psicanalítica:

o enquadre analítico [...] é, de fato, uma grade, quer dizer, um espaço autotélico cujo fechamento engendraria signos de uma visualidade puramente figural. Desse ponto de vista, evidencia-se, com frequência, por ocasião de um primeiro “encontro” [...], que o analista adquira *no enquadre* a percepção mais aguçada do *paciente* e forme nele – a partir de elementos dispersos – a construção mais pertinente, sem dúvida, *do que teve lugar*. [...] **seria impossível pensar a *situação analítica* sem um enquadre que estructure as condições de apresentação do estrangeiro e de significância da estranheza.** (FÉDIDA, 1996, p. 71, negrito nosso)

Ao nos apresentar que, na situação analítica, o enquadre é o que permite “as condições de apresentação do estrangeiro e de significância da estranheza”, Fédida abre caminho para uma análise do enquadre que nos dá margem para construir um

conjunto de normas e atitudes, em pesquisa, que, ainda que não obedeça estritamente às condições descritivo-prescritivas da clínica psicanalítica clássica, permita aguçar nossa percepção do inconsciente.

O segundo aspecto presente na definição de Laplanche e Pontalis acerca da transferência que merece desenvolvimento, refere-se à atualização de desejos inconscientes.

As primeiras formulações de Freud que dizem respeito ao fenômeno da transferência ocorrem ainda no período da técnica catártica, anterior a fundação da psicanálise. Freud percebe que afetos não provocados pelo médico eram transferidos para sua figura e se constituíam como resistência ao tratamento. Fruto do recalque, no passado, de um desejo proibido, em seu entendimento, tratar-se-ia de uma falsa conexão entre esses afetos (e as defesas consequentemente despertadas) e a figura atual do médico (FREUD, 1893-5/1974; LAGACHE, 1951/1990). Anos mais tarde, num dos artigos dedicados à técnica, Freud (1912a/1976, p. 34) evidencia o caráter libidinal da transferência: esta resultaria de investimentos libidinais insatisfeitos que encontrariam vazão em “protótipos” ou “clichês estereotípicos”. A partir dessa descrição temos que a transferência é o processo que faz *um* médico tornar-se *meu* objeto de investimento libidinal, ou seja, o processo que permite que signos sociais compartilhados se tornem objetos de desejo particulares.

Já em 1909, Sándor Ferenczi, um dos mais próximos e talentosos colaboradores de Freud, em seu artigo *Transferência e Introjeção* (1909/1991), propõe que o mecanismo transferencial não se restringe à situação analítica. O autor considera que são os mesmos mecanismos psíquicos que estão em jogo quando o neurótico atua na transferência ou quando ele se engaja em algum grupo ideológico. Tratar-se-ia em ambos os casos do deslocamento de tendências recalçadas, inconscientes, para uma outra esfera, “onde elas podem ser vividas sem culpa” (Ferenczi, 1909/1991, p.78-79). Para trabalhar nesse campo, Ferenczi nos oferece o conceito de *introjeção* que teria os mesmos mecanismos da transferência só que fora da situação analítica. Ferenczi entende a introjeção como uma extensão do Eu, uma expansão do intrapsíquico que converte os objetos em Eu para aplacar conflitos. O intrapsíquico apropria-se do extrapsíquico. Sob essa formulação, a transferência poderia ser perseguida tranquilamente em um contexto de pesquisa, uma vez que não

seria apenas na situação analítica que ocorreria a redução da realidade a objetos indiscriminados de realização libidinal.

Entretanto, se o conceito de introjeção ferencziano tira da clínica psicanalítica a exclusividade sobre a manifestação da transferência, é inegável que sob seu enquadre ela tem condições privilegiadas para acontecer, uma vez que somente nessas condições ela pôde ser descoberta. Assim, Laplanche (1993) sustenta a hipótese de que a situação analítica pode ser tomada como uma formação inconsciente, como um lugar privilegiado de manifestação deste, tal como o sonho, as fantasias, o lapso, o chiste e o ato falho. No caso da situação analítica, é justamente pela manifestação da transferência que poderíamos considerá-la uma formação inconsciente. O que a diferencia das demais formações inconscientes, contudo, é o fato de ser uma “formação artificial”, em que o inconsciente não se manifesta espontaneamente, mas é convidado a se manifestar pelas condições oferecidas pelo setting analítico.

Para explicar os aspectos da situação analítica que favoreceriam a transferência, Laplanche a compara com o funcionamento do sonho. Um elemento importante que a comparação com o sonho nos oferece para formulação de nosso próprio enquadre de pesquisa é a condição de isolamento. O sonho repousa no sono e tem como seu guardião o Eu; este cumpre a importante função de permitir que o sonho aconteça, processando os estímulos que surgem durante o sono de maneira que eles não nos despertem. Situação similar ocorre no enquadre psicanalítico clássico. A transferência repousa no isolamento do ambiente analítico e tem como guardiões o enquadramento e o analista. É pelo enquadramento e pela ação do analista que o analisando pode ter assegurado o isolamento da situação analítica. Durante o processo, acontecimentos da vida forçam os limites do enquadre, impõem-se como demandas mais urgentes do que a análise. Cabe ao analista processar esses acontecimentos e, tal como faz o Eu com os estímulos que ocorrem durante o sono, fazer deles material a ser trabalhado dentro da dimensão analítica e transferencial. São essas condições que perseguiremos na construção de nosso enquadre de pesquisa.

Outro elemento que a proposição de Laplanche (1993) nos oferece, se refere a como o desejo se manifesta no sonho e na transferência. Tal como o sonho, que utiliza os restos diurnos da realidade externa para construir suas cenas, a transferência faz uso de todos os elementos que o ambiente analítico oferece (inclusive o próprio corpo

do analista) para se constituir, configurando-se entre as demandas da realidade psíquica e os elementos oferecidos pela realidade externa. Para nossos fins, essa característica da transferência implica que, caso tenhamos sucesso em fazer emergir uma relação transferencial, ou uma escuta psicanalítica, todo material que se apresente deverá ser passível de análise, posto que passível de apropriação transferencial.

Por fim, o último elemento do conceito de transferência trabalhado por Laplanche (1993) que nos é relevante, ainda em comparação ao sonho, é que este, para além de sua interpretação pelo psicanalista, é lugar de realização do desejo. Mais que isso, é também lugar de fabricação do desejo, pelo rearranjo das pulsões. Ao pensarmos a transferência também nesses termos, isso implica entender que para além de sua interpretação, sua manifestação é realização e produção de desejo. Por consequência o conhecimento produzido a partir da transferência, para o sujeito, ou sobre o sujeito, no processo de escuta, não aplica um saber e sim enseja sua produção. Como resume Elia (p. 32):

em sua estrutura metodológica [da psicanálise], a clínica não é lugar de aplicação de saber mas de sua produção, o que significa que, havendo produção de saber, há necessariamente condições para a prática clínica, uma vez que o saber produzido, não tendo caráter especulativo, foi gerado a partir de uma experiência em que o sujeito está necessariamente implicado [ELIA, 2000, p. 32].

O saber produzido na transferência exige sujeitos implicados na experiência. Desse modo, o conhecimento produzido nessa relação, nessa escuta, mais do que revelar uma verdade passada e escondida, faz emergir uma verdade até então desconhecida. Como destaca Endo (2005, p. 265), “Pôr-se à escuta supõe, portanto, um princípio de ignorância mútuo – de quem fala e de quem escuta para que o que ainda não se sabe possa advir”. Promover essa implicação talvez seja o maior desafio no estabelecimento de nossa metodologia, uma vez que a implicação do sujeito com a pesquisa é, a princípio, frágil, resultando normalmente em racionalizações sobre a prática que informa ou sobre a qual é chamado a opinar. Em que pese a riqueza desse conteúdo para fins de pesquisa não possa ser menosprezada, pretendemos que nosso procedimento consiga ir além dela, convocando o sujeito para uma implicação maior com sua fala e favorecendo as intervenções do pesquisador em suscité-la.

Ancorado no que a metodologia da escuta psicanalítica pôde nos oferecer, a construção de nosso método de pesquisa centra-se fundamentalmente na produção

de um enquadre que não apenas permita a identificação da transferência, mas também facilite sua emergência. Para tanto, construímos um procedimento que nos permitisse:

- a) Abdicar de hipóteses apriorísticas sobre a letalidade policial, que um roteiro pré-determinado de entrevista estruturada ou semiestruturada feito pelo pesquisador poderia implicar;
- b) Estabelecer um conjunto de constantes que facilitasse a identificação de manifestações singulares do sujeito, assim como o próprio enquadre psicanalítico clássico facilita a identificação da transferência pelo analista;
- c) Promover e facilitar artificialmente a emergência da transferência:
 - a. pelo isolamento da relação promovido pelas constantes do enquadre e pela utilização dos recursos do pesquisador em sua experiência de escuta psicanalítica no decorrer do encontro;
 - b. pela implicação daquele que fala no problema da investigação, de modo que para além das formulações racionais sobre o tema, este seja convocado a recordar, associar e a reconhecer sua manifestação como ato;

Cabe destacar que os elementos que organizam o momento de realização da escuta e que procuramos aqui detalhar, não se confundem nem tampouco limitam o momento de análise desse material, na qual a psicanálise não será o único referencial utilizado. Passemos agora a apresentar nosso método de pesquisa.

2.3. Um método de escuta do inconsciente jurídico

Para os fins da presente pesquisa, a princípio, não nos restringiremos a noção psicanalítica de inconsciente, a fim de contemplar também as contribuições de uma análise sociológica do problema (ainda que de uma sociologia com influência psicanalítica). Sendo assim, definimos como determinantes inconscientes, variáveis que compõem a tomada de decisão ou o resultado de um conjunto de ações de sujeitos, grupos ou instituições em face de um problema, mas os quais estes não possuem total esclarecimento, consciência ou controle.

Tendo como alvo a compreensão do fenômeno da letalidade policial, também não nos restringiremos às polícias, ou aos policiais, como objeto exclusivo de estudo. Isto porque, ao fazê-lo, cindiríamos artificialmente uma organização que para cumprir

sua função social, o faz dentro de um sistema maior e numa relação de interdependência com as demais organizações que o compõe. Mais do que isso, nesse sistema, o sistema de justiça criminal, enquanto da polícia segue se esperando o uso da força em nome do Estado e a possibilidade do resultado letal dessa intervenção em parte dos casos, o que diferenciaria essa atuação no regime democrático seria a capacidade das demais organizações de controle conterem ou restringirem ao mínimo necessário esse uso da força. Portanto, a identificação de determinantes inconscientes da letalidade policial necessariamente excede a polícia, atingindo também, e talvez principalmente, os atores do sistema de justiça criminal responsáveis pela apuração e processamento dessas mortes.

A pesquisa se inicia com um estudo de campo exploratório para uma primeira compreensão do processamento dos homicídios cometidos por policiais. A partir da leitura de inquéritos policiais e processos judiciais e do diálogo informal com diversos atores desse sistema, identificamos que o número de processos envolvendo policiais era bastante reduzido em relação ao total de processos, apesar dos altos índices de letalidade policial do Estado – constatação que ecoava a situação observada por Misse (2013, p. 45) no Rio de Janeiro, onde 99,2% de todos os inquéritos envolvendo letalidade policial eram arquivados. Havia um interesse inicial em dimensionar o dano causado por essas mortes⁶, o impacto em suas vítimas ocultas⁷, porém o

⁶ Durante o desenvolvimento da pesquisa, acompanhamos o caso de uma série de mortes em que os acusados eram policiais militares, mas com os rumos tomados pela pesquisa esse material acabou sendo descartado. As vítimas eram doze homens, com idade entre 17 e 30 anos. Segundo a irmã de uma delas "Eles [os assassinos] usavam touca ninja, mas dava para ver a farda e os coturnos dos soldados" (SOUZA, 2014). Em uma audiência pública para debater a chacina e na qual estivemos presentes, moradores dos bairros onde ocorreram as mortes expuseram o medo que sentiam dos policiais que passaram a fazer rondas e abordagens na região – na ocasião 5 policiais já estavam presos preventivamente suspeitos de envolvimento nos crimes, entretanto entre os moradores circulava a informação que havia mais policiais envolvidos ainda nas ruas. A mãe de uma das vítimas que não quis se identificar na audiência ou fazer uso da palavra relatou para uma equipe da imprensa que cobria o evento: "O que eu quero é que os culpados paguem pela morte do meu filho. Vim aqui ver se tinha alguma resposta, mas por enquanto não tem nada. E não tenho esperança de que vai mudar nada. Estou sem fé. Só acredito em Deus". Um ano depois, um líder comunitário da região, presente naquela audiência pública, relata, em outra audiência pública a que estivemos presentes, que a maioria dos familiares das vítimas daquela chacina mudaram da região e a comunidade não tinha qualquer informação sobre o processamento do caso. Mais um ano e os policiais que estavam presos na época da audiência pública foram condenados pelo homicídio de uma das vítimas daquela noite. Devido ao tempo que permaneceram presos antes do julgamento e ao fato do júri popular ter excluído a qualificadoras que constavam da acusação (motivo torpe e fútil e recurso que dificultou a defesa da vítima), os agora ex-policiais (foram expulsos da Polícia Militar durante o processo) cumprem a pena em liberdade. Apenas familiares dos réus, estudantes de direito e o autor desta pesquisa acompanhavam o júri em que foi proferida a decisão.

⁷ Nos termos de Soares, Miranda e Borges (2006, p.25): "‘ocultas’ porque são invisíveis para a sociedade civil e para o poder público. É pouco o que se conhece sobre parentes e amigos que perderam seus familiares por mortes violentas. Não sabemos quem são e, muito menos, como reagem

desenvolvimento da pesquisa acabou deslocando nosso interesse dos efeitos da letalidade policial para suas causas.

A pesquisa exploratória e a constatação de que a escassez de processos judiciais nos quais os policiais são réus era também a realidade em nosso campo, teve como impacto que abdicássemos definitivamente de combinar nossa análise a uma metodologia quantitativa de pesquisa. Em sentido oposto, mas de forma coerente com a tradição psicanalítica de produção de conhecimento, optou-se pela análise em profundidade do caso singular. Assim, elegeu-se um processo judicial sobre o qual se debruçou nossa “escuta analítica”. O processo escolhido, melhor detalhado no próximo tópico, teve como réus policiais acusados por crime de homicídio ocorrido no exercício da função. No que se refere ao seu interesse para nossa investigação sobre o Sistema de Justiça Criminal, no caso, os réus foram absolvidos sumariamente em segunda instância, após manifestação favorável do procurador de justiça pela absolvição. Isso significa que, diferentemente do que ocorre na maioria dos inquéritos envolvendo policiais, houve documentada divergência de interpretação entre os atores do Sistema de Justiça sobre os fatos narrados e houve ao menos um juiz e um promotor que entendiam que o caso deveria ter seguimento, mas que foram contrariados por seus pares (evidentemente diferente do que ocorre nos casos de arquivamento, mas também diferente do que ocorre quando a absolvição advém do júri popular, na qual são leigos em matéria jurídica que contrariam a interpretação da acusação).

Para além da análise dos autos do processo judicial escolhido, convidou-se o juiz e o promotor do caso para que falassem de sua participação, impressões e associações a partir do processo judicial eleito, sendo-lhes oferecido como material de apoio:

- a) acesso ao conteúdo integral do processo judicial por escrito;
- b) acesso às suas manifestações no processo judicial por escrito;
- c) acesso a partes específicas do processo, ainda que de outros atores, por escrito;

e sentem a perda das pessoas amadas. Sem essas informações, nada podemos sugerir e, por isso, pouco pode ser feito ou cobrado aos executivos federais, estaduais e municipais”. Além dos familiares e amigos, o rol de vítimas ocultas inclui testemunhas e a comunidade onde ocorrem as mortes violentas, sobre os quais pouco se sabe.

d) narrativa/resumo do processo elaborado pelo entrevistador que poderá ser interrompida livremente pelo entrevistado a qualquer momento.

Os diálogos foram gravados em áudio mediante prévia e expressa autorização dos sujeitos da pesquisa. Preliminarmente, os colaboradores foram apresentados ao objetivo da pesquisa (de investigação sobre o processamento de homicídios cometidos por policiais), seu método (diálogo sobre processo judicial no qual teve participação), à formação do pesquisador (psicólogo) e à abordagem (psicanalítica) do problema. Foi esclarecido ainda de que a participação na pesquisa era voluntária e poderia ser revista a qualquer momento. Por fim foi informado que caso alguma passagem da entrevista seja utilizada para fins de análise, será preservado o anonimato de todos os colaboradores da pesquisa.

Após concordar em participar da pesquisa, os colaboradores foram convidados a recordar do processo em questão e a expressar de maneira livre suas lembranças com relação ao caso em geral e em relação a produção de suas manifestações em especial. Foram estimulados ainda a expressar, durante o encontro, qualquer associação que lhe ocorresse com relação ou não ao processo, decorrentes ou não de uma lembrança em especial, ou caso não se recorde de nada, exclusivamente em razão do contato com os documentos como objetos novos de análise. As questões e apontamentos por parte do pesquisador se dão a partir das falas de seu interlocutor e sem a existência de roteiro previamente definido.

Diante das premissas metodológicas estabelecidas na seção anterior, a condução dos diálogos com os diversos atores do processo judicial escolhido visou, sempre que possível, a associação livre do interlocutor, após o estabelecimento do enquadre inicial. Este por sua vez, foi organizado a partir de um processo judicial real, no qual os sujeitos da pesquisa estiveram implicados e cumpriram funções específicas para que fosse atingido o resultado final.

A opção por conduzir a escuta a partir de um processo judicial real em detrimento de uma entrevista livre sem essas balizas, além de estimular a implicação, atende a outros interesses importantes com relação ao enquadre que pretendemos. Enquanto no *setting* clássico o psicanalista se depara com uma pessoa que demanda cura e, por esse motivo, tem todo interesse em falar, ou nos termos de Felman, em testemunhar, o mesmo não ocorre necessariamente quando se trata dos sujeitos de uma pesquisa, que no mais das vezes atendem a uma demanda que é do

pesquisador. No primeiro caso a pessoa vai em direção ao psicanalista com a demanda de falar sobre seu problema, com o qual está implicada. No segundo caso o pesquisador psicanalista vai em direção à pessoa, que recebe a demanda de falar sobre o problema com o qual é o pesquisador psicanalista quem está implicado. Se podemos supor que a mera proposição da escuta seja suficiente para que encontros testemunhais ocorram no caso de familiares de vítimas, mobilizadas que estariam pela perda de um ente querido, o mesmo não se pode supor no caso de outros atores cujo papel na trama assente-se em sua identidade profissional. A apresentação de um processo judicial como enquadre dessa interação, busca resolver simultaneamente a diversos quesitos de nossa pretensão:

- 1) estabelece uma constância e um isolamento artificial da relação sem a necessidade do pesquisador lançar mão de um roteiro de pesquisa que o vinculasse a hipóteses apriorísticas sobre o tema, ou que desestimulassem uma fala espontânea;
- 2) facilita a identificação da emergência de manifestações singulares do sujeito, uma vez que a partir de um mesmo material base permite que o sujeito possa falar daquilo que lhe convier;
- 3) realiza a explícita convocação da fala do sujeito diante do processo, em detrimento de falas estereotipadas, distantes ou repetitivas sobre o tema em abstrato;
- 4) permite uma análise simultânea das relações de interdependência entre as diferentes funções envolvidas, por estabelecer um objeto real (o processo judicial) que os vincula.

Para além da cultura policial que cerca o fato, o processo judicial atribui legitimidade a esses assassinatos, que são cancelados por uma verdade oficial e legal. Sua função na transmissão institucional da prática do assassinato estatal e na constituição de subjetividades foram investigadas por meio dessa metodologia.

Cabe destacar que os crimes dolosos contra a vida são de competência do Tribunal do Júri, mesmo quando cometidos por policiais militares. Para uma

condenação, é necessário, portanto, o julgamento de um júri popular civil, para além da convicção do juiz. Entretanto, antes que um homicídio chegue a apreciação do júri são necessárias diversas etapas preliminares nas quais a manifestação dos operadores do direito, fundamentadas em um lugar institucionalmente técnico, são essenciais e podem gerar o encerramento do caso sem quaisquer consequências jurídicas aos autores do homicídio - o que, como destacamos, ocorre na maioria das vezes.

O processo judicial eleito para investigação não chegou à fase do júri popular, o que, nesse primeiro momento, nos poupa de uma discussão, que poderia ser suscitada a partir das percepções dos integrantes do júri, referente ao lugar da violência policial junto à opinião pública. No entanto, todas as fases possíveis antes da apreciação do caso pelo júri popular foram por percorridos, o que nos permitiu explorar a complexidade das relações de interdependência entre os atores e instituições envolvidos no processamento dessas mortes. Também é característica relevante do processo o tempo de duração entre a morte e a decisão final (15 anos e 8 meses). Apresentaremos agora o processo alvo de nossa análise, a fim de que este constitua-se como enquadre também para o leitor dos resultados desse trabalho. Os nomes e alguns detalhes do caso foram alterados para preservar o anonimato dos participantes, uma vez que apesar do processo ser público as manifestações colhidas durante a pesquisa não o são.

2.3.1. O processo judicial

Silva⁸ foi morto por dois policiais. No Boletim de Ocorrência (BO) emitido no dia seguinte consta, como natureza da ocorrência "Roubo / resistência seguida de morte". Segundo os policiais, após perseguição de um veículo roubado, este choca-se contra um muro e do carro saem dois indivíduos, dentre eles Silva, efetuando disparos de arma de fogo contra as guarnições. Os policiais revidam, Silva é atingido, o outro foge. Silva é socorrido pelos policiais, levado a um Pronto Socorro, mas não resiste.

A ocorrência desdobra-se na abertura de um Inquérito Policial Militar (IPM), para apurar a conduta dos policiais no âmbito da justiça militar, e um Inquérito Policial (IP), no âmbito da justiça comum para apurar, em tese, o roubo e o assassinato de

⁸ Nome fictício.

Silva. Ouvidos em ambos os inquéritos os policiais repetem o que fora relatado no BO. A vítima do roubo declara reconhecer Silva como um dos autores do crime.

No exame necroscópico realizado no dia seguinte ao do falecimento, o perito declara que existem múltiplas escoriações na face e no tronco do corpo de Silva. Constata múltiplas fraturas abrangendo todas as regiões da calota craniana, vários coágulos sanguíneos e compressão da substância cerebral por espancamento. Identifica ainda que Silva foi atingido por um projétil que atravessou seu tórax e provocou lesão na base de seu coração. Segundo o perito, Silva morreu devido ao traumatismo craniano e pela anemia aguda por hemorragia causada pela lesão do coração.

O relatório de conclusão do IPM, dois meses depois⁹, atesta que "os policiais militares são convincentes e congruentes em suas declarações quanto a forma em que ocorreram os fatos, deixando claro que somente utilizaram do armamento que portavam em revide a injusta agressão". Apontam que as testemunhas ouvidas, vítimas do roubo, reconheceram Silva como um dos autores do delito, bem como a arma utilizada por Silva, e conclui que apesar de haver indícios de crime militar, deixa de indiciar os policiais por não haver provas materiais "concretas e suficientes" para identificar o autor do disparo que atingiu Silva. Conclui ainda não vislumbrar transgressão disciplinar por parte dos policiais. Em uma semana o relatório é remetido à Justiça Militar Estadual.

Um mês depois, o promotor militar manifesta-se no sentido de remessa do processo a Justiça Comum, referindo texto do Código Penal Militar que estabelece que crimes dolosos contra a vida e cometidos contra civil são da competência da justiça comum (art. 9o, parágrafo único). O Juiz-Auditor acolhe a manifestação da promotoria e, duas semanas depois, encaminha o IPM à Justiça Comum.

Já na Justiça Comum, o promotor de justiça requisita ao juízo, duas semanas e meia depois, informações sobre o IP instaurado a partir do BO que consta do IPM. Duas semanas e meia depois, o Distrito Policial é oficiado. Mais duas semanas se passam e o delegado de polícia responsável informa que, para apuração dos fatos, foi instaurado processo na Vara Criminal (cuja competência está vinculada a apuração

⁹ O resumo narrado aos participantes da pesquisa, quando solicitado, não apresentou a referência temporal dessa forma, e sim enunciando objetivamente as datas em que cada procedimento ocorreu. Optamos por substituir nessa versão as datas como mais um modo de preservar a identidade dos participantes da pesquisa.

do roubo, visto que os crimes contra a vida são de competência Vara do Júri, para onde o IPM foi distribuído). Duas semanas depois, o promotor requisita cópia do inquérito noticiado pela autoridade policial, o que não é feito pelo delegado responsável sob a justificativa de que a delegacia não dispunha de verba para tirar cópias reprográficas dos autos. Um mês depois o promotor redireciona sua requisição a Vara Criminal responsável pelo IP. Acolhendo o pedido do promotor, vinte dias depois, a Vara do Júri encaminha o pedido à Vara Criminal, o reitera três meses e meio depois, e seis meses após o pedido (nove meses e uma semana após o interesse inicial no teor do IP), as cópias dos autos são remetidas à Vara do Júri.

Do IP constam, além das informações contidas no IPM, a tentativa infrutífera de identificar o outro autor do roubo, a perícia com relação à arma apreendida com Silva, prejudicada com relação a afirmar se havia vestígios de disparos recentes visto que o exame ocorreu 2 meses depois dos supostos disparos, e o exame de residuografia metálica, que atestou negativo para presença de partículas metálicas produzidas por detonação de arma em ambas as mãos dos policiais envolvidos e de Silva.

Uma semana depois, o promotor requisita a Delegacia de Polícia, dentre outros, a juntada do laudo pericial do veículo, a oitiva dos familiares da vítima para que apontem quem seria a pessoa que estava junto com Silva no dia e local dos fatos e o esclarecimento por parte do perito se Silva teria condições de sair do veículo correndo e atirando, face as fraturas indicadas na perícia.

O laudo pericial do veículo, realizado em cinco dias após o fato e que havia sido encaminhado pelo setor de perícias sete meses após sua realização, informa que o veículo se encontrava quase que totalmente “depenado”, sem a maioria de seus componentes. O vidro para-brisa estava trincado com marcas de impacto em quatro pontos.

Cinco meses e meio após o pedido do promotor, um ano e sete meses após o fato, os pais de Silva são ouvidos pela polícia civil. A mãe declara que Silva estava de férias do trabalho. Não possuía vícios, não saía “até altas horas da noite”, não frequentava “bailes noturnos”. Seus amigos eram religiosos. No dia dos fatos saiu de casa para comprar comida com o carro do pai e voltaria logo. Não voltou. Ligou para conhecidos e amigos e ninguém sabia onde estava Silva. No dia seguinte foi procurar informações na igreja e ao voltar foi informada por uma vizinha que uma ligação anônima para sua casa havia lhe dito que Silva estava preso e desligou. A mãe de

Silva passou então a telefonar para as delegacias. Nenhuma informação lhe foi prestada, tendo sido orientada a procurar pessoalmente no dia seguinte, uma segunda-feira. Já na segunda, após não obter nenhuma informação na delegacia de polícia, foi até um dos cemitérios da cidade onde encontraram o corpo de Silva. Posteriormente soube que, antes de sumir, Silva foi a casa de um amigo, não informando quais amigos seriam. Relata ainda que no domingo o irmão de Silva encontrou o carro do pai, com que Silva havia saído, abandonado em um posto de gasolina, mas ninguém tinha notícias do filho. Informa que o filho nunca teve problemas com a polícia ou com a justiça. Na declaração do pai, além das informações prestadas pela mãe, este informa que um conhecido da família teria lido em um jornal sobre a morte de Silva e informado a família, por isso após não encontrar Silva na Delegacia, dirigiram-se ao cemitério. Afirmar que seu filho era uma pessoa muito boa, que todos os vizinhos gostavam dele e que ele nunca teve nenhum problema com a justiça ou com a polícia.

Três dias depois são ouvidos os dois melhores amigos de Silva. Conheciam-no há muitos anos da igreja que frequentavam. Estavam sempre juntos. Foi na casa deles que Silva passara antes do posto de gasolina, para buscar fotos de uma viagem que fizeram juntos. Ao sair Silva disse que voltaria após levar as fotos para a mãe para que fossem comer um lanche. Silva não voltou. Também não estava em sua casa. Souberam do desaparecimento de Silva no domingo e do falecimento na segunda. Não sabiam de outros amigos de Silva, apenas conhecidos da igreja. Os três andavam sempre juntos em suas horas de lazer. Silva não tinha vícios, não bebia, não fumava. Não gostava de ir a bailes, boates, barzinhos ou discotecas.

No dia seguinte são ouvidos a vizinha e o irmão de Silva. A vizinha confirma que recebeu o telefonema em que uma voz desconhecida afirmava que Silva estava preso. Conhecia-o desde os 13 anos de idade, considerava-o tranquilo, trabalhador e relata que todos os vizinhos gostavam muito dele. O irmão reitera os relatos dos pais e amigos de Silva.

Dois anos depois do pedido, o perito responde ao questionamento da promotoria informando que Silva não teria condições de sair do carro após ter sofrido os ferimentos referidos no laudo.

Um ano e cinco meses após a resposta, o Ministério Público requisita a oitiva do perito para que esclarecesse, dentre outros, por que fez constar o termo espancamento no laudo necroscópico, se eram evidentes os sinais de espancamento,

por que foi afastada a hipótese de lesão decorrente de acidente automobilístico e por que razão era impossível à vítima sair do veículo.

Três anos e dois meses depois, diante da ausência de respostas do Instituto Médico Legal (IML) quanto à apresentação do perito para a oitiva, a Delegacia de Polícia reitera ofício ao IML com o mesmo pedido.

Passam-se mais sete meses e, ainda sem resposta do IML, é feita nova reiteração do pedido de apresentação do perito pela Delegacia de Polícia.

Passa-se mais um ano e o IML responde não poder apresentar o perito, pois o mesmo havia se aposentado quatro anos e oito meses antes. Diante da resposta do IML, a delegacia procede então a intimação pessoal do perito para a oitiva.

Seis meses depois da resposta do IML, quatro anos e quatro meses após o pedido da promotoria e cinco anos e três meses após sua aposentadoria, é realizada a oitiva do perito pela Delegacia. Este esclarece que constou no laudo a palavra "espancamento" tendo em vista o tipo de lesão verificada no momento da necropsia e que em momento algum foi sugerido acidente automobilístico. Que a vítima não teria condições de sair do carro porque possivelmente já estaria morta.

Três meses depois a promotoria, diante dos esclarecimentos do perito, solicita nova oitiva dos policiais militares envolvidos.

Cinco meses depois, os policiais, em depoimento, apenas ratificam as declarações prestadas anteriormente.

Dez meses depois do novo depoimento, dez anos e cinco meses após o fato, o Ministério Público apresenta denúncia contra os policiais militares. Com base nas informações colhidas até então, segundo a tese ministerial, os policiais militares, após já terem reduzido Silva à impossibilidade de defesa, efetuaram um disparo de arma de fogo contra ele e passaram a desferir diversos socos e chutes contra sua cabeça, causando-lhe traumatismo craniano e múltiplas fraturas na calota craniana. Ainda segundo a denúncia, o crime teria sido cometido mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, devido a superioridade numérica dos policiais, o que se constituiria numa qualificadora da pena em caso de condenação. Solicita a promotoria que no processo sejam ouvidas como testemunhas da acusação os pais, irmão, amigos e vizinha da vítima, já referidas no IP, bem como o proprietário do veículo roubado.

Duas semanas depois o juiz de direito recebe a denúncia, concordando que os elementos colhidos no IP dão embasamento às afirmações do Ministério Público. Ressalta que ainda não é possível embasar a procedência das alegações por não

terem sido estas colhidas sob a égide do contraditório, deferindo as requisições do quanto às testemunhas.

Dois meses depois, a defesa apresenta sua Resposta à Acusação, argumentando pela improcedência da ação penal e total inocência dos acusados. Argumenta a defesa que Silva fora alvejado quando desferia disparos de arma de fogo contra os policiais, o que seria comprovado pelo fato de ter sido com ele apreendido uma arma de fogo com numeração suprimida e cápsulas deflagradas. Destaca ainda que Silva fora reconhecido pela vítima do roubo com um dos autores. Desqualifica o depoimento dos pais da vítima alegando que para um pai e uma mãe, por pior que seja o filho, ele sempre será inocente. Requisita que sejam ouvidas como testemunhas a vítima do roubo, o perito que realizou o exame necroscópico e mais sete testemunhas nominalmente descritas, que compareceriam espontaneamente a audiência de instrução sem a necessidade de intimação pessoal e que não foram ouvidas no IP nem qualificadas na Resposta à Acusação. Por fim, anexa documentos que referendariam conduta profissional exemplar dos acusados.

Três dias depois, o Ministério Público manifesta-se pela continuidade da instrução do processo, visto que os genéricos argumentos da defesa seriam incapazes de propiciar a absolvição sumária dos policiais militares.

Sete meses depois da última manifestação processual, nove anos e nove meses depois do depoimento na delegacia, onze anos e três meses depois de sua morte, os pais e irmão de Silva são novamente ouvidos, agora na qualidade de testemunhas de acusação. Já não residem no mesmo município.

O pai relata: “certo dia eu trabalhava, à noite cheguei em casa, a minha esposa falou para mim que o Silva tinha dois dias (chora), que não comparecia em casa (chora visivelmente emocionado)”. Reforça que o filho era trabalhador e religioso. Questionado, informa confirma que as delegacias não o informaram sobre o paradeiro de seu filho, mesmo ele portando documentos de identificação.

A mãe também reforça que seu filho era trabalhador. Relembra que passou o domingo procurando o filho, do telefonema recebido pela vizinha e conta que foi saber o que havia ocorrido com o filho pelo jornal, somente na segunda.

Ele estava com o documento na carteira e os documentos presos na delegacia. Por que não avisaram a gente? Ficaram quase cinco dias. O que aconteceu? Que até então está na certidão de óbito dele. Os policiais que mataram ele, porque tem afundamento de crânio. Ele não tinha nada nas mãos, uma pessoa que está apanhando tem que se defender, não tinha nada,

só estava afundado o crânio e ainda deram um tiro no peito, está na certidão de óbito que foi por espancamento. Isso que eu sei que aconteceu.

Questionada sobre se tinha conhecimento de processos que envolviam seu filho responde: “Desde esse tempo nunca soube mais nada, até hoje”.

O irmão declara também estranhar o afundamento do crânio por espancamento, considerando que se houve troca de tiros com a polícia e por esse motivo Silva foi alvejado, não deveria ter ocorrido mais nada. Questionado sobre más companhias do irmão, relatou que havia uns vizinhos que poderiam estar envolvidos com o crime e com os quais Silva "até ficava com eles". Supõe que o irmão pode ter morrido de "laranja" por ter acompanhado esses vizinhos e levado a pior.

Um ano e oito meses depois, um dos amigos de Silva que prestou depoimento no IP volta a ser ouvido. A demora se deu porque a testemunha também se mudou, tendo sido o prazo necessário para ser encontrada. Em seu depoimento nada acrescentou ao que foi declarado no IP. O outro amigo sequer chegou a ser localizado, apesar de ser irmão da testemunha ouvida. A vizinha que prestou depoimento no IP faleceu.

Cinco meses depois, treze anos e quatro meses depois do fato, foi realizada a audiência de instrução e julgamento. Presentes, além do juiz, promotor e advogado de defesa, os réus, o perito que realizou o exame necroscópico e três testemunhas de defesa. O perito, questionado novamente sobre o espancamento, declara que fez constar o termo porque havia notícias da ocorrência de espancamento. Entretanto, declara que as lesões constatadas não permitem afirmar se elas foram causadas por espancamento ou por outra causa. Declara que é possível que tenham ocorrido em razão de choques causados em um acidente de veículo, de violência física ou de qualquer outro agente de ação contundente. Como fazia muito tempo que realizara a perícia não se lembrava de como a notícia do espancamento chegou ao seu conhecimento. As testemunhas de defesa declararam que se tratavam de bons policiais, de boa conduta e que nada sabiam dos fatos referentes ao processo. Os réus voltaram a declarar a versão contida no IP, destacando que um dos policiais, ao constatar que estava baleada, aguardou junto a vítima a chegada de socorro, prestado por outra viatura. Negaram as agressões físicas. Declararam informações familiares, como tempo de casamento, número e idade dos filhos. Um deles não era mais policial militar, tendo se exonerado a pedido.

Quatro meses depois da audiência, o Ministério Público solicita a pronúncia dos réus, para que sejam julgados pelo Tribunal do Júri. O promotor aponta que a materialidade delitiva é demonstrada pelo laudo do exame necroscópico. Quanto aos indícios de autoria, questiona o último esclarecimento do perito, visto que em nenhum documento do encaminhamento do corpo para a perícia havia notícia de espancamento, de modo que a conclusão só poderia derivar das análises das lesões. Ademais, as fotografias do veículo mostram que a colisão não foi de grande violência e seria incapaz de produzir na vítima os ferimentos descritos na perícia. Por fim, destaca a afirmação da perícia de que a vítima não teria condições de sair do carro após ter sofrido os ferimentos constatados no laudo, o que diverge com a versão apresentada pela defesa de que os ferimentos poderiam ser decorrentes do acidente automobilístico e ao mesmo tempo a vítima sair do carro atirando contra os policiais. Portanto, a alegação de legítima defesa careceria de demonstração cabal que justificasse eventual absolvição sumária, devendo então o caso ser remetido, por pronúncia, ao Tribunal do Júri para julgamento e decisão sobre as versões apresentadas nos autos.

Uma semana depois, são apresentados os Memoriais de Defesa. A defesa argumenta a tese de legítima defesa e pede a impronúncia dos acusados. Questiona que, por erro do Estado, não houve perícia no veículo roubado, confrontando a tese sobre a violência da colisão com a hipótese de que seria possível uma colisão em baixa velocidade gerar danos severos ao corpo humano e cita para isso artigos disponíveis na internet sobre colisões de veículos. Aponta que não há provas de que os policiais desferiram chutes e socos contra a vítima como afirma o Ministério Público, destacando o esclarecimento do perito de que não era possível afirmar a origem das lesões. De outro lado ressalta que "não se nega que houve o revide progressivo no uso de arma de fogo na forma moderada por parte dos policiais militares que repeliram injusta agressão" e que a vítima teria falecido por ter sido atingida por um projétil de arma de fogo.

Dois meses e meio depois, os policiais são pronunciados para que sejam julgados pelo Tribunal do Júri. O magistrado julga admissível o prosseguimento da acusação de que Silva sofreu ferimentos causados por disparo de arma de fogo e por espancamento, tendo morrido em razão desses ferimentos, que os réus foram os autores do disparo e do espancamento e que o crime foi praticado mediante uso de recurso que dificultou a defesa da vítima, dada a superioridade numérica dos policiais.

Com relação ao espancamento, considerou que o esclarecimento do perito, se não afirma a existência do espancamento também não a afasta. Haveria então uma dúvida intransponível, dados os argumentos da defesa e da acusação, que o impediria de afirmar, "com necessária e exigida certeza", a caracterização da alegada legítima defesa necessária para absolvição sumária dos réus. Destaca então, nos termos do artigo 386, VI do Código de Processo Penal, que somente os jurados poderiam absolver os réus em caso de persistência de "fundada dúvida".

Após quatro e oito meses a defesa dos réus (a partir de então com advogados distintos, por isso a diferença de prazos) apresentaram suas Razões de Recurso em Sentido Estrito. Reiteram os argumentos apresentados nos memoriais de defesa.

Uma semana depois da última manifestação da defesa, o Ministério Público apresenta suas Contrarrazões de Recurso em sentido estrito. No que é essencial, reitera os argumentos do pedido de pronúncia.

Dois meses depois, o juiz mantém sua decisão de pronúncia, encaminhando os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso interposto pelos acusados.

Três meses e meio depois, o Ministério Público, em segunda instância, acolhe os argumentos da defesa. Entendendo que o fundamento da acusação era a prova pericial e que esta foi desmentida pelo perito em juízo, não haveria razão alguma para não se aceitar como válidos os esclarecimentos dos policiais militares. Emite parecer pelo provimento do recurso.

Sete meses depois, quinze anos e oito meses depois da morte de Silva, o Tribunal de Justiça dá provimento aos recursos da defesa e absolve sumariamente os réus, acompanhando entendimento do procurador de justiça.

3. A ESCUTA DO PROCESSO JUDICIAL

Para além do estudo dos autos do processo, foram realizados dois encontros, com um promotor e um juiz que atuaram no caso apresentado. Ressalvamos que a responsabilidade pelos atos de um processo, vinculado a uma determinada Vara e Promotoria, não necessariamente são tomados por um único juiz ou promotor, considerando que os servidores públicos podem estar licenciados ou afastados de suas atribuições ordinárias por diferentes motivos. Isso implica muitas vezes, na primeira instância, que um mesmo processo pode ter a atuação de diferentes juízes e promotores, substituídos provisoriamente durante essas licenças ou afastamentos, além de eventual remoção ou exoneração do cargo que podem implicar em substituição mais perene. Os colaboradores ouvidos foram aqueles que mais se manifestaram no processo e também aqueles que tiveram sua interpretação dos fatos rejeitada ao final, com a reforma da pronúncia pelo Tribunal de Justiça.

Como anunciamos no capítulo anterior, a escuta dos colaboradores dessa pesquisa assenta-se sobre um processo judicial ordinário, cuja história contamos no final da última sessão¹⁰. Entretanto, cabe destacar que já naquele momento há um exercício de narrativa que implica o pesquisador. O processo judicial, *per se*, é uma anti-narrativa¹¹, um conjunto de documentos ordenados cronologicamente, no qual as informações (inclusive aquelas que dão notícia da existência e interpretação dos fatos por pessoas) se empilham, sem que um sujeito as apresente. A partir dele, houve um esforço em descrever a história de modo imparcial, de modo que ela pudesse servir de anteparo para a transferência e projeções de seus ouvintes/leitores. Aos nos lançarmos à escuta dos atores que, com suas manifestações, construíram aquele processo, imaginávamos poder reconstruir uma nova narrativa do processo, sem compromisso com a imparcialidade instrumental inicial e vinculando nossa posição às

¹⁰ A fim de preservar a identidade dos colaboradores o trabalho final não contará com a transcrição das entrevistas, visto que seus conteúdos, apesar de nossos esforços, poderiam permitir a identificação. No entanto, com intuito de contarmos com a colaboração da banca de qualificação em nossas análises nesse momento da pesquisa, acompanham o presente texto a transcrição das duas entrevistas realizadas (Anexos II e III).

¹¹ Se Benjamin (1985, p.203) já opunha a narrativa à fala ou escrita sobre um acontecimento revelado por meio de explicações e informações, o processo judicial elimina todo resto de marca subjetiva que pudesse haver na escolha das conjunções (eliminadas) que ligariam as informações, de sua ordem de apresentação, ou na seleção do que é relevante ou não informar. Nesse conjunto de informações empilhadas, sem entonação, sem ênfase, sem destaques, despachos e protocolos cartorários da burocracia estatal compartilham a igual insignificância dos papéis em que se informa que uma pessoa foi assassinada.

falas ouvidas em detrimento dos documentos lidos. Porém, o resultado obtido foi um pouco distinto de nossas expectativas.

Ao iniciarmos a tarefa de recontar o processo a partir da escuta do juiz e do promotor, nos demos conta de que o que primeiro nos ocorre não são falas, mas silêncio. Silêncio com relação a Silva. Em ambas as escutas o que testemunhamos não foi uma versão particular, ou uma narrativa pessoal, do que teria sido a história de Silva. Quando lembrado, sua história continuava sendo contada e reafirmada com o mesmo distanciamento que pudemos notar na leitura do processo judicial. Mesmo frente aos atores cuja interpretação foi no sentido de que a morte de Silva deveria, no mínimo, ser julgada pelo júri popular (no caso do promotor mais que isso, uma vez que era ele o responsável pela acusação visava demonstrar a ilegalidade do ato), nada da história de Silva pareceu tê-los tocado de modo singular, deixando marcas em sua memória. O que pudemos constatar é que sequer a autoridade narrativa “que mesmo um pobre diabo possui ao morrer” (Benjamin, 1985, p. 207) resiste a assepsia da morte promovida pelo processo judicial, não apenas formalmente, mas também nas pessoas envolvidas. Por meio deste, interdita-se a transmissão que a existência vivida¹² por Silva poderia deixar aos vivos no momento de sua morte.

Recontar o processo do assassinato de Silva a partir da escuta do processo é, portanto, recontar as balizas de um silêncio, de uma omissão. Silêncio esse, devemos confessar, que também só pôde ser percebido em um tempo posterior, o da análise que a pesquisa exige, e que passou despercebido durante a interação com nossos colaboradores. É a análise desse silêncio que organizará nossas considerações, ou em outras palavras, será esse silêncio analisador do que pôde ser falado.

Antevendo eventuais críticas quanto à ingenuidade da questão do silêncio relacionado a Silva, diante do funcionamento do direito que se afirma na exclusão da vítima como parte do processo legal, ressalvamos que nosso dispositivo de investigação buscava justamente encontrar aquilo que ordinariamente fica fora do processo, mas presente em seus operadores. O que é bem menos óbvio do que a ausência de consideração à vítima no processo é que esse mecanismo possa também operar, com sucesso, na exclusão da vítima da memória das pessoas que profissionalmente discursaram sobre sua morte. Se o ceticismo do leitor, ainda assim,

¹² Nos termos de Benjamin (1985, p. 207): “é no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e sobretudo sua existência vivida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assumem pela primeira vez uma forma transmissível”.

atribuir a uma normalidade corriqueira esse fenômeno, a uma insensibilidade profissional dos trabalhadores que processam a morte cotidianamente ou a uma empatia de quem também pouco se afeta com os homicídios com que eventualmente se depara, em sua vida ou nos noticiários, nossa análise também lhe é dirigida. Nossa questão não é dizer se há ou não insensibilidade e a gravidade de suas consequências. Elas existem. O que surpreende é como a invisibilidade dos corpos sobre os quais se edifica o crescente número de homicídios no país e vítimas letais de nosso Estado pôde operar em tantos – incluindo especialistas – e por tanto tempo. O que encontramos em nossa escuta e procuraremos demonstrar em nossa análise é que a maneira como se dá a naturalização dessa insensibilidade à morte, em especial quando cometida por agentes de Estado em exercício, está intimamente ligada aos determinantes inconscientes que fazem a letalidade policial prosperar no país.

3.1. Impunidade legal e enquadramento subjetivo

Parte da insensibilidade à morte de nossos interlocutores pode ser explicada por sua apreensão do funcionamento do Sistema de Justiça Criminal, tanto em seus aspectos legais, quanto em suas deficiências organizacionais. Com relação aos aspectos técnico-legais e algo que também foi destacado pelo juiz em sua fala, quando explicava seu processo de formação de convencimento com relação a pronúncia, cabe destacar que para que uma condenação ocorra é necessário que fiquem provadas a materialidade (se houve ou não o ato, nos nossos casos um assassinato), a autoria e a ilegalidade do crime. Observa o juiz em determinado momento:

o processo penal ele é o sistema de garantia do acusado. Aí é como eu lhe disse, é o embate do Estado querendo punir de um lado e o cidadão se defendendo do outro. O cidadão, seja ele policial, seja ele não policial, ele goza do direito de presunção de inocência. Então para que se possa de alguma forma o sistema evitar “injustiças”, ele tem que tentar buscar uma prova contundente, forte, de que o fato ocorreu realmente, porque o que a gente busca no processo é a verdade do processo, esse negócio de verdade real não existe, para nós. A verdade real é o que aconteceu e o que aconteceu exatamente não é o que o processo retrata. O processo tem uma verdade processual e essa verdade processual se busca com provas. Então você depende de uma atuação policial muito forte, muito firme, muito correta, muito honesta, decente, técnica, bem feita, de um lado, e você depende de uma atuação judicial também nesse sentido, efetiva. Isso é efetividade do processo, é você levar o processo com todas as garantias, com todas... a

efetividade do processo não é condenar réu. A efetividade é levá-lo corretamente até o final. Então para isso você precisa de um Ministério Público muito atuante, produzir uma prova bem produzida em juízo, para chegar num resultado.

A despeito do notório viés punitivista do sistema de justiça criminal brasileiro, é relevante que nessa passagem nosso colaborador ressalve que o processo penal tem por finalidade a garantia do direito do acusado. Nesse sentido, em tese, existem mais obstáculos à condenação do que à não condenação, uma vez que há o crivo de três instituições (Polícia, Ministério Público e Poder Judiciário), articuladas pela necessidade de uma consistente produção de provas, para que uma acusação resulte numa condenação. Por consequência, parte significativa da impunidade observada no arquivamento de processos ou absolvições sumárias de policiais autores de assassinatos é decorrente de garantias do indivíduo ao devido processo legal em sua acusação. Garantias de um estado democrático de direito¹³.

No caso de assassinatos cometidos por policiais, a questão em regra gira em torno de se provar a ilegalidade de sua conduta, uma vez que materialidade e autoria na maioria das vezes são notificadas pelo próprio agente público. Isso não significa que não existam homicídios cometidos por policiais em que não é admitida a autoria, mas evidentemente nesses casos não temos como distinguir seu tratamento da enorme cifra de homicídios não solucionados pela não identificação do(s) autor(es) que existem no Brasil (MISSE et al., 2010). No que se refere à questão da ilegalidade, o promotor ilustra a situação descrita pelo juiz quando fala de seu critério para o arquivamento dos casos. Ele informa que em todo processo, seja o autor policial ou não (exemplificando inclusive com um caso em que o autor não era um policial e que ele havia acabado de arquivar), sua decisão pelo arquivamento se baliza pela existência, ou não, de uma versão única para os fatos. Não existindo testemunha ou prova pericial que contradiga a versão apresentada pelo autor no inquérito, ele opina por seu arquivamento. Trata-se da situação da maioria dos casos envolvendo

¹³ Destacamos que, em nosso entendimento, a não punição decorrente do devido processo legal e da aplicação dos direitos do acusado é devida, o que nos inclui nesse aparente paradoxo de corroborar com a impunidade de muitos dos agentes envolvidos em episódios de letalidade policial. Porém, é digna de nota a seletividade da aplicação desses direitos, em um cenário de encarceramento em massa tal qual observamos no Brasil. Ainda que uma análise mais minuciosa sobre a questão em muito exceda o escopo do presente trabalho, suspeitamos que uma futura investigação sobre os determinantes inconscientes das práticas de encarceramento no país guardem grande relação com o fenômeno ora estudado.

policiais, entretanto ele faz uma ressalva quanto ao teor de seus arquivamentos, aprendido em sua experiência na promotoria:

Eu não falo mais que houve legítima defesa. A não ser que o caso for muito evidente, tal. Mas mesmo assim eu tomo cuidado. Eu falo o seguinte: eu estou arquivando por falta de provas da ocorrência de um crime, porque para que haja um crime, ele tem que ter dois elementos: que haja o fato mesmo, ou seja, o sujeito foi baleado, morreu, etc. e tal. O fato é típico, ou seja, previsto na lei como crime. É um homicídio. Mas ele tem que ser ilícito, ou seja, se o sujeito age em legítima defesa, não tem ilicitude na conduta dele. Então falo que: eu não tenho prova da ilicitude da conduta, apesar dele ser típico

Sua ressalva baseia-se em um aspecto legal relevante de que o arquivamento fundamentado na admissão da versão de legítima defesa obstaculiza uma reabertura do processo, mesmo que surjam novas provas ou indícios. Devido a essa experiência, ele passou a mudar a fundamentação de seus arquivamentos, mas trata-se de prática pessoal. Para nossos fins cabe o destaque de mais uma nuance do processo penal que respalda a não condenação de policiais autores de assassinatos.

À aplicação do processo penal como um sistema de garantia de direitos do acusado, soma-se algumas deficiências organizacionais do sistema em sua operacionalização. Dentre eles, três aspectos foram mencionados por nossos colaboradores: a deficiência nas investigações associadas a precariedade de recursos da Polícia Civil, a relação entre Polícia Civil e Polícia Militar (apontados pelo promotor) e a morosidade da apuração do crime (o caso disparador se destaca pelo prazo dilatado da fase de inquérito e chama atenção do juiz).

Em um momento em que falava da competência, dentro da Polícia Civil, sobre a investigação dos casos de letalidade policial o promotor comenta:

Geralmente é o DP que faz. A não ser quando a gente pede pra ir pra Homicídios. [...] Geralmente fica no DP da área onde ocorreu o fato. E aí... os DPs eles não investigam, os DPs, eles não têm condições de investigar nada. Você chega... tem DP que tem dois investigadores, como é que vai investigar o que? [...] A única coisa que eles têm lá é flagrante.

Considerando a necessidade de existência de provas que, eventualmente, possam contradizer a versão apresentada pelo policial quando reporta que matou uma pessoa no exercício da função, a precariedade de recursos da Polícia Civil, responsável pela investigação, inviabiliza que o relato seja apurado. Disso resulta que mesmo que a verdade de fato seja de que existem provas da inconsistência do relato policial, esta não se tornará uma verdade processual. Quando inocente, a não apuração do relato não prejudicará o policial, que seguirá em seu trabalho mesmo

sem a ratificação material de sua inocência. De outro lado, quando culpado, seu conhecimento do sistema lhe permite antever que sua impunidade é garantida com pouca ou nenhuma necessidade de ocultação do crime.

A dificuldade causada pela escassez de provas, observada pelo promotor, reflete realidade encontrada em todo país (MISSE, 2010). Em pesquisa sobre os homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro de 2001 a 2011, Misse (2013, p. 187) destaca que mesmo quando o processo de incriminação de policiais conta com uma posição diferenciada de delegados, promotores ou juízes, no sentido do rigor do processo, ou quando familiares das vítimas, movimentos sociais ou a mídia pressionam para que esse rigor ocorra, a efetiva apuração dos fatos esbarra na escassez de elementos probatórios, marcada principalmente pela ausência de testemunhas e de Exames do Local do Fato. A apuração mais rigorosa dos fatos fica então restrita aos poucos casos em que há uma testemunha (por vezes sobrevivente da tentativa de homicídio) ou em casos em que há alguma inconsistência entre o relato dos policiais e os Autos de Exame Cadavérico, ou Exame Necroscópico. Aos operadores do sistema, mais do que a convicção quanto à inocência ou culpa dos policiais, o arquivamento remete a incerteza, como afirma o promotor:

A gente não tem como saber se essas mortes, tirando uma ou outra, [...] se eles pegaram o sujeito, capturaram e mataram. [...] Geralmente é assim: você tem lá o sujeito, cometeu algum crime, tá com um carro roubado, ou acabou de cometer um crime, ou fez alguma coisa assim. Aí ele tá fugindo. Ele [...] é perseguido. É capturado [...]. Troca tiro. Morre. Aí a polícia pega e mostra: arma do sujeito. [...] Mostra lá os disparos de bala. Ah... o laudo está ok. [...] Você não sabe, se ele rendeu o sujeito e matou, ou se foi realmente uma troca de tiros... acho até que muitos são na troca de tiros. São. Porque hoje em dia [...] o pessoal do crime tá atirando nos policiais. Só que... você não sabe. A [...] real, a verdade é: você não sabe.

Se não é possível saber o que de fato ocorreu em todos os homicídios notificados por policiais como decorrentes da intervenção policial legítima, é possível saber que não é apenas a falta de recursos a razão da deficiência nas investigações. Em um momento em que início uma questão sobre a atuação da Polícia Civil na investigação de policiais militares, sou interrompido pelo promotor:

Pr: Não atua né?

Pe: Não atua?

Pr: Não é que não atua [...] A Polícia Civil, [...] geralmente nesses casos de resistência seguida de morte, o que ela vai fazer: ela lavra um procedimento lá, e aí começa a investigar. Eu noto que é muito protocolar. A não ser quando é um caso de chacina assim, aí muda um pouco a coisa. Mas é sempre pisando em ovos, viu. Por que o relacionamento... não é fácil entre as duas

não. Não é não. Por exemplo, você vai prender um Policial Civil, a gente geralmente não chama a Polícia Militar pra fazer, chama a Polícia Civil. E vice-versa. Pra não ter problema. Pra não ter melindre. Da Polícia Civil: "Pô, vocês puseram PM pra prender..." tem isso, sabe? [...]. Policial militar que tá em serviço, né? Quando não tá em serviço é outra história, porque ocorre lá, morte, eles vão apurar, tal, e chega que é PM. Tudo bem, eles fazem a investigação certo. Agora, esses casos de resistência seguida de morte [...] não, é uma coisa bem protocolar.

O promotor constata, para além da falta de recursos da Polícia Civil para realizar as investigações, uma falta de iniciativa em realizá-las. Atribui isso a relação entre as corporações, dada sua experiência com ambas. Algo como um acordo tácito entre as instituições a fim de evitar um conflito que não seria interessante para nenhum dos envolvidos. Chama atenção que esse acordo tácito acaba sendo avalizado também pelo Ministério Público quando encontra irregularidades de algum policial. Transmite-se a mensagem que os desvios individuais podem ser apurados, mas sempre com a devida cautela de que as instituições sejam preservadas. Uma inibição para a investigação que seria intrínseca a todos os casos envolvendo policiais. Mas a relação do Ministério Público com as duas polícias não é igual, como observa o promotor:

A PM seduz muito fácil os promotores. Fazem as operações conjuntas, ajudam muito, dão proteção muitas vezes. Quando tem ameaça, é PM que dá. Então assim... eles têm um respeito muito grande, não existe uma briga entre Ministério Público e Polícia Militar, então... a gente acaba sendo seduzido mais facilmente por eles... e eles estão mais dispostos a colaborar com gente. A Polícia Civil, muitas vezes é concorrente. Existe uma rixazinha entre nós e eles, porque a gente tem esse poder de requisitar diligência, de pegar no pé deles nas investigações, isso já é histórico e eles não gostam. [...]. Agora o que existe do Ministério Público com relação a Polícia Civil é desconfiança total por causa de corrupção. Então... eu tenho muita desconfiança. Então é difícil o promotor pegar e confiar muito, sabe? Ele tá sempre com um pé atrás.

Em São Paulo, os casos de assassinatos cometidos por policiais comumente estão associados a atuação da Polícia Militar, que apesar de ser conhecida por episódios de violência excessiva, tem poucos casos conhecidos de corrupção no estado. O promotor relata então uma vinculação entre as instituições Ministério Público e Polícia Militar que se configura como um obstáculo adicional no processo de incriminação de policiais. Essa vinculação chega até ao Poder Judiciário, no que é observada também pelo juiz:

Por que que se lutou, uma época, para tirar o julgamento de policial militar contra civil, para tirar isso da justiça castrense? Exatamente para você tirar o espírito de corpo da proteção do sistema. Aí você vai para o sistema civil e você encontra no próprio sistema civil o reflexo desse espírito de corpo. Que

continua protegendo com a mesma ideia, com a mesma concepção de que a polícia militar na verdade ela tem que combater o crime, ela tem que combater o inimigo, ela tem que combater a violência. E nisso ela acaba praticando violência também, mas a violência é legitimada. Esse que é o grande problema de tudo isso.

Antes de analisarmos o mérito do discurso de violência legitimada, comum as polícias, ao Ministério Público e ao judiciário, o espírito de corpo existente entre as instituições é em si, digno de atenção. Isto porque não podemos afirmar com certeza, que um discurso de combate a violência distinto seria capaz de dissolver esse espírito de corpo, ou se ele o antecede. O que pretendemos destacar nessas passagens, para além da importância de se corroborar as pesquisas anteriores sobre as deficiências do sistema de justiça criminal no tocante a responsabilização de policiais autores de homicídios, é um subtexto presente nas falas, referente ao pertencimento institucional e o consequente enquadramento subjetivo de onde elas partem. Mesmo quando críticas ao sistema, não é possível negligenciar que elas partem de atores que dele pertencem. Vejamos o que fala o juiz sobre o dilatado tempo de investigação do caso disparador de nosso encontro:

é evidente que esse é um caso que mostra que o sistema de alguma forma falhou, que alguma coisa falhou. Sem querer imputar responsabilidade, ou... ou... ou...ou sem querer... imputar...uma intenção nisso ou não, é uma coisa que teria que ser investigada. Mas... o sistema falhou, é evidente que o sistema falhou em deixar demorar tanto tempo assim.

É, de fato, evidente que, independentemente do resultado, a demora do processo em si já representa uma falha, seja pela demora na absolvição de acusados inocentes, seja pela responsabilização de autores culpados. Entretanto, nesse caso ou nas críticas feitas pelo promotor, apesar da consciência de eventuais problemas, o sistema se organiza de forma que, individualmente, qualquer um seja incapaz de alterar seu funcionamento, o que tem como efeito uma desimplicação com o caso concreto. O Sistema falhou, mas não há um agente responsável por essa falha. No processo judicial talvez encontremos a mais perfeita alegoria do conceito eliasiano de interdependência, no qual as diversas funções especializadas para o processamento dos crimes, exercidas por diferentes atores, resulta numa decisão capital para a vida de um conjunto de pessoas (réu, vítima e seus respectivos familiares), organiza subjetividades (por vezes crítica, por vezes reforçadoras do *status quo*), sem que haja uma intencionalidade pessoal, um plano racional, que controle os rumos dessa decisão. Observamos que a especialização no processamento jurídico de homicídios

desenvolve nos trabalhadores envolvidos¹⁴ uma normalização da morte, que já não os impacta como a uma pessoa que não que lide com assassinatos com frequência e que, por esse motivo, não compartilhe desse aparato discursivo de autopreservação.

A implicação com o caso concreto, em nosso caso com a morte de Silva, é então deslocada para um conflito do sujeito com o conjunto do qual se pertence. Observamos que a seleção de um processo judicial no qual a narrativa técnico-jurídica é heterogênea (com reforma da decisão de primeira instância) resultou em uma convocação dos sujeitos mais efetiva do que a retomada da morte de Silva. Nas escutas realizadas, não foi a morte, mas a ruptura de um discurso homogêneo que a explica, o que causou a mobilização dos sujeitos à fala. Como vemos exemplificado na fala do juiz:

É que eu fico constrangido de comentar uma decisão judicial. Eu tenho a minha [...] opinião pessoal sobre isso. Mas eu... fico muito constrangido porque... é uma decisão judicial, tomada livremente, dentro de um processo, num processo regular. Você vê tem um... uma opinião do Ministério Público, que é um outro órgão, você tem três desembargadores, concluindo de outra forma, quer dizer, é muito difícil você dizer: ele errou ou acertou? O juiz nunca é o que acerta, o juiz é o que dá a última palavra, ponto final, e no Estado Democrático nós respeitamos a última palavra. Isso não quer dizer que o juiz acerte. Agora como é um caso real, um caso meu, um caso concreto, você me deixa numa situação difícil de eu comentar. Principalmente porque foi contra a minha convicção. E o que eu posso dizer é que na minha convicção esse fato era suficiente para, pelo menos, deixar que os jurados julgassem. Eu não absolveria e continuo entendendo, mantendo minha posição, o venerando acórdão não me convenceu, as razões não me convenceram, eu continuo achando que é isso. Mas eu respeito, paciência... o sistema judicial é esse.

O que pudemos observar na reação do magistrado ao reconhecimento do caso foi a emergência de uma indignação (considerando que em seu entendimento os réus não deveriam ter sido absolvidos sumariamente) deslocada da ação policial para a ação judicial, por parte dos desembargadores no caso. O que mobilizou o constrangimento de seu senso de justiça não foram os fatos que levaram a morte de Silva, mas o descompasso com seus pares no que se refere a devida apuração desses crimes. De outro lado, mesmo a percepção de uma injustiça não abala sua convicção no sistema, que é reafirmado como “última palavra”.

Para além das deficiências e características de funcionamento que podem ser objetivamente criticadas, a impunidade legal possível e permitida pelo sistema de justiça criminal brasileiro se dá em um complexo discursivo em que princípios de um

¹⁴ Incluídos os servidores responsáveis por sustentar a burocracia do ritual jurídico, com quem pudemos conversar ao longo da viabilização da pesquisa

Estado Democrático convivem harmonicamente com a execução de pessoas por agentes do Estado, harmonia esta que serve a perpetuação das execuções. Considerando a amplitude do fenômeno, este não prescinde de um nível subjetivo de internalização pelos indivíduos em sua sustentação. Na articulação entre esse funcionamento organizacional e sua internalização subjetiva, opera-se a exclusão da voz das vítimas. Por meio da psicanálise pudemos conhecer que a constituição do sujeito, inclusive em sua singularidade, é indissociável de sua inserção em um registro sociocultural e de seu pertencimento em inúmeros grupos e instituições ao longo da vida¹⁵. É por meio da rede de significações sociais e de investimentos afetivos que o antecede, que o sujeito pode constituir-se e expressar seus desejos. Em troca, ao apropriar-se dessa rede de significações, o sujeito a perpetua, repetindo os enunciados que lhe foram emprestados. Ocorre que essas significações são sempre materializadas por meio de grupos e instituições de pertencimento, sendo evidentemente significativa em nossa sociedade aquelas que garantem nossa identidade profissional. Apesar de podermos divergir de nossos pares, subsiste uma *voz do conjunto*, um conjunto de enunciados de grupo ou instituição, repetidos, sem fissuras, pelos sujeitos a eles pertencente. Repetição esta que, ao mesmo tempo, reforça a identidade do sujeito (por meio do reforço de seu pertencimento institucional) e reforça a identidade do conjunto (por meio da perpetuação de seu discurso).

O espírito de corpo mencionado pelo juiz em sua crítica às absolvições da qual pessoalmente discordaria, reafirma-se então, num plano inconsciente, em sua própria conduta, como engrenagem do sistema em que o juiz dá a última palavra. A crença no sistema judicial como melhor maneira possível de resolução das controvérsias, em consonância com a crença em um ideal de Estado Democrático como melhor maneira possível de organização das pessoas, garante um pertencimento que acomoda eventuais desconfortos com situações concretamente injustas. É o pertencimento a esse conjunto (sistema judicial) o fiador, no plano subjetivo, dos sabores que o contato com eventuais injustiças pode promover e, no plano objetivo, do conformismo com as regras do sistema, aconteça o que acontecer. A harmonia desse conjunto, no entanto, depende do silenciamento de vozes estrangeiras. A voz da vítima é então

¹⁵Um desenvolvimento mais detalhado desse argumento dentro da metapsicologia pode ser encontrado em nosso estudo anterior (A instituição para o sujeito - metapsicologia da prática psicanalítica na instituição, parte 3, 2009) e nas obras de Aulagnier, P. (A violência da interpretação, 1975) e Kaës, R. (O grupo e o sujeito do grupo: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo, 1997).

substituída e amenizada por vozes dissonantes, dentro do próprio conjunto, sobre os rumos do sistema. Vozes que por sua vez precisam se validadas, ainda que por um subconjunto minoritário, não consistindo numa tensão entre tendências individuais e grupais¹⁶. Por consequência, o ideal de correção dos rumos, ora observados, seria endógeno, obedecendo um tempo próprio e subordinado às regras de manutenção do conjunto:

Eu penso, particularmente, é que os juízes têm que ter uma formação muito, muito, muito comprometida com o Estado de Direito, com as garantias constitucionais, com as garantias de direitos humanos. Que dizer, enquanto nós não mudarmos essa concepção, é impossível você avançar com qualquer sistema legal. Há esforços para isso? Há. Há hoje na formação de juízes, há uma intenção muito grande de se investir na formação de juízes com uma visão para direitos humanos. Nós... nós tivemos muitos anos, por exemplo, a questão dos direitos humanos, muitos anos completamente ignorada no sistema judiciário. Nós temos uma constituição de 88, que já admitia os tratados internacionais de direitos humanos compondo o nosso sistema na ordem constitucional, e isso demorou muito tempo para os juízes começarem a trabalhar com isso. Chegamos ao ponto do Supremo Tribunal Federal tomar uma decisão de afirmar que os tratados internacionais de direitos humanos não se incorporam a constituição brasileira. [...] Isso é muito significativo. Atualmente as faculdades de direito estão dando curso de direitos humanos, há muito pouco tempo os direitos humanos foram incorporados no concurso da Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB, há muito pouco tempo. Recentemente, na formação de juízes, foi incorporado estudo de direitos humanos. As faculdades de direito hoje lecionam direitos humanos em praticamente todos os cursos. Mas é uma coisa muito recente. Então isso vai demorar para que [...] o juiz incorpore, introjete essa consciência da necessidade da proteção de direitos humanos.

É evidentemente importante a incorporação dos Direitos Humanos na formação de magistrados, na jurisprudência, para habilitação de advogados e para formação jurídica em geral. Não colocamos isso em questão. No entanto cabe o destaque para o conformismo com uma solução de longo prazo, com uma solução depositada no futuro do conjunto, que se objetivamente pode ou não vir a ocorrer, hoje já garante a autorização para o extermínio em termos mais palatáveis e menos urgentes. Um tempo para resolução do problema certamente bastante distinto do tempo da vítima.

A compreensão do grau de acomodação que a instituição jurídico-policial permite a existência de vozes dissonantes sem promover crises organizacionais ou rupturas identitárias de seus partícipes é ainda relevante ao nosso problema por servir como eficiente mecanismo defensivo também a críticas externas. Garante que estas,

¹⁶ Em determinado momento, o juiz discorda de uma interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal, instância máxima do judiciário brasileiro, mas ressalta que o faz junto com outros juristas, ou seja, sem abdicar de um lugar institucional.

ainda que pouco discutidas, não estejam necessariamente fora do plano consciente de seus integrantes, ou mesmo que estejam, possam ser rapidamente assimiladas sem prejuízo de sua vinculação institucional. Além de prevenir o desinvestimento de seus membros, suscita no restante do tecido social a mesma crença de que a solução dos problemas pode ser endógena ao funcionamento do sistema judicial, inibindo proposições mais radicais. A cada sentença minoritária em favor de uma fundamentada incriminação policial, ratifica-se a imagem de um sistema imparcial que apenas possui falhas a serem corrigidas com o tempo.

Além de explicitar lacunas no sistema de apuração dos crimes cometidos por policiais, que, a despeito de uma intenção de impunidade, florescem na complexidade das relações existentes entre os diversos atores responsáveis pelo processamento desses crimes, procuramos demonstrar nesse tópico que, paradoxalmente, a consciência de seus integrantes sobre o papel do sistema de justiça criminal na impunidade da letalidade policial é sintoma de um dos principais processos inconsciente que a faz prosperar: o espírito de corpo existente entre defensores e detratores dos Direitos Humanos. Ambos os elementos apontam para uma impunidade legal que prescinde de uma ideologia do “bandido bom é bandido morto” para que os índices de letalidade sigam aumentando no país. O que não significa que o componente ideológico não deva ser analisado ou que não estivesse também presente na fala de nossos colaboradores.

3.2. Ideologia, Justiça e “processo civilizador”

Mobilizado pelo reconhecimento do caso e já não mais em uma entonação pedagógica acerca do processo judicial e do Sistema de Justiça, observa o juiz sobre a reforma de sua decisão, que absolveu sumariamente os policiais que mataram Silva:

É muito difícil você fazer qualquer crítica... o juiz ele é motivado [...] por certas visões da sociedade... por certa análise... é ideológica a decisão. Sempre, quer dizer, tem uma referência [...] Agora por que que um juiz vê de um jeito, outro juiz vê de outro, faz uma leitura diferente? Saindo desse caso para ir para outros: sempre há interferências ideológicas... sociais... de vida... visões de mundo... influenciam isso sempre.

Juiz e promotor abordam o tema da ideologia de seus pares, reconhecendo que boa parte deles, por razões ideológicas, é tolerante a execução de “bandidos” o que acaba tendo grande impacto em sua atuação processual, com grande tendência a

corroborar o relato do policial, quando não a apoiar a atuação repressiva da polícia independentemente das consequências. Trata-se de debate notório no meio jurídico que pode ser sintetizado da seguinte forma:

Os diferentes posicionamentos assumidos pelos juízes podem ser compreendidos também à luz da discussão jurídica sobre os princípios *indubio pro reo* ou *indubio pro societate*, isto é, sobre posicionar-se a favor do acusado ou da sociedade em caso de dúvida a respeito de uma condenação. [...] É com relação a este tipo de decisão que se aplica a distinção nativa entre juízes “garantistas” ou “linha-dura”, ou seja, os que se orientam pelo *indubio pro reo* ou *indubio pro societate*, respectivamente (MISSE, 2013, p. 159).

A visão de nossos dois colaboradores foi bastante crítica com relação a perspectiva “linha-dura”, na qual a técnica jurídica se curvaria em favor de um enfrentamento mais efetivo dos “bandidos”. Entretanto abordaram perspectivas distintas em suas análises que procuraremos desdobrar. Apresenta o juiz sua hipótese:

O sistema é formado de pessoas. Pessoas que são concebidas dentro de ideologias. Então você... nós temos aí uma ditadura militar, que forma toda uma ideologia de Segurança Nacional. Que depois se transmuda numa segurança urbana. Isso é carregado. Por mais legal que você faça, você tem que mudar essa concepção. Então o caminho para a gente conseguir enfrentar questões de violência policial, de abuso policial, de violência do Estado, de arbitrariedades do Estado, é mudar a concepção das pessoas. Nós temos que investir na concepção das pessoas. Então ser intransigente com abusos, ser intransigente com violência, com arbitrariedades... tem que partir de pessoas que fazem parte do sistema. Porque por mais que você crie um sistema legal de garantias, você não consegue implantar se as pessoas não seguem isso.

O juiz traz em sua fala uma perspectiva histórica para o problema. A tolerância ao abuso, à violência e à arbitrariedade teria origem histórica, remetendo especificamente a ideologia de Segurança Nacional da ditadura militar. O sistema de garantias legais do regime democrático não seria suficiente para assegurar uma efetividade contra essa herança histórica, que estaria arraigada nas pessoas que compõem o sistema. As contradições do sistema poderiam ser então analisadas pelo tensionamento entre o regime democrático, presente no ordenamento jurídico vigente, e um regime autocrático passado, presente na ideologia das pessoas que compõem o sistema e forjada à época do regime de exceção. Mas o que foi a ideologia da Segurança Nacional? Teria nossa tolerância à violência, ao abuso e à discricionariedade, efetivamente, esse marco seminal?

A Doutrina de Segurança Nacional, desenvolvida na Escola Superior de Guerra era a matriz ideológica do Regime Militar. Pilar da legitimação do uso da violência por parte do Estado contra o povo brasileiro, pode ser assim descrito:

O ponto de partida da Doutrina de Segurança Nacional foi a revisão do conceito de “defesa nacional”. Concebido tradicionalmente como proteção de fronteiras contra eventuais ataques externos, este conceito, ao final dos anos 1950, mudou para uma nova doutrina: a luta contra o inimigo principal, as “forças internas de agitação”. [...] Segundo Golbery¹⁷ a Doutrina de Segurança Nacional fazia uma comparação entre segurança e bem-estar social. Ou seja, se a “segurança nacional” está ameaçada, justifica-se o sacrifício do bem-estar social, que seria a limitação da liberdade, das garantias constitucionais, dos direitos da pessoa humana (COIMBRA, 2002, p. 31-2)

Tendo como bode expiatório os “comunistas”, em nome da “defesa nacional”, o Estado passou a utilizar de seu aparato de violência legal contra sua população civil. Em função dessa doutrina, os brasileiros passaram a ser divididos entre aqueles que ameaçavam e os que não ameaçavam a pátria, sendo que os primeiros foram alçados a categoria de inimigos, sobre cujos corpos estava autorizado todo e qualquer tipo de repressão e abuso. A partir do estabelecimento do inimigo interno, a Doutrina de Segurança Nacional hierarquizou a segurança nacional como um bem acima de todos os outros e em nome do qual os demais direitos deveriam ser suspensos. Já a “transmutação” da Segurança Nacional em segurança urbana é assim descrita por Hélio Bicudo (2000, p. 96):

As Polícias Militares passam, no momento em que se interrompe a guerrilha, ao enfrentamento do crime convencional. Vão desenvolver, então, sua guerra contra o crime, utilizando as mesmas práticas e valendo-se da mesma impunidade. Os métodos e o equipamento utilizado nas operações policiais apagam a linha de separação que havia entre operações militares e operações policiais. Como as políticas públicas não têm tido condições de encontrar soluções para a criminalidade, o crime é resolvido mediante a utilização de métodos militares, sob a inteira responsabilidade do aparelho militar central. O papel das Polícias Militares aparece, portanto bastante claro, qualificando as populações marginalizadas, as mais expostas a essa guerra, com o conceito – advindo ainda da ideologia da segurança nacional – de inimigo interno, que cumpre eliminar (BICUDO, 2000, p. 96).

A tese relatada pelo juiz é a argumentada por Bicudo, na qual a polícia, a despeito do ordenamento jurídico democrático, preservaria o método e a ideologia militares do regime de exceção, “utilizando as mesmas práticas e valendo-se da mesma impunidade” para atingir seus objetivos. Até julho de 2016 os Batalhões de

¹⁷ Golbery do Couto e Silva, autor do livro Geopolítica do Brasil, principal fonte da Doutrina de Segurança Nacional.

Polícia de Choque e o Regimento de Polícia Montada do estado de São Paulo tinham como atribuições “a execução de ações de controle de distúrbios civis e de contraguerrilha urbana” (SÃO PAULO, 2014), mesmo com a guerrilha tendo sido extinta ainda no período da ditadura militar. Ainda hoje a atribuição de contraguerrilha consta das páginas da ROTA (Rondas Ostensivas “Tobias de Aguiar”) no Facebook (RONDAS EXTENSIVAS “TOBIAS AGUIAR”, 2019a) e no site da Polícia Militar de São Paulo, fazendo referência às atribuições estabelecidas ao batalhão pelo Decreto 44.447, de 24/11/99 (RONDAS EXTENSIVAS “TOBIAS AGUIAR”, 2019b). Nesta, destaca-se ainda no histórico do batalhão, sua vinculação com a repressão da guerrilha e o combate aos remanescentes e seguidores de “Lamarca” e “Mariguela”, bem como a necessidade “de um policiamento enérgico, reforçado, com mobilidade e eficácia de ação” (RONDAS EXTENSIVAS “TOBIAS AGUIAR”, 2019c). Apesar de ser um batalhão de choque, em razão dessa origem a ROTA mantém até hoje atribuições de patrulhamento (SÃO PAULO, 2018). Em consonância à observação de Bicudo, forjou-se no referido batalhão e a despeito do processo de redemocratização do país, uma doutrina própria, a “Doutrina de Rota”, que, nos termos de Henrique Macedo (2015, 9. 95-6):

apesar de utilizar como referência alguns códigos e procedimentos da instituição, segue padrões valorativos e éticos que foram construídos seguindo uma “história singular”, que no limite prega a morte do “delinquente” como forma de justiça.

Cabe destacar que a “Doutrina de ROTA” não se limita a influenciar os agentes que integram esse batalhão específico. Vista como tropa de elite da polícia, sua metodologia de patrulhamento ostensivo torna-se referência para o restante dos agentes e banaliza a violência nas ações de policiamento cotidiano (NUNES, 2018, p. 204). Durante a última eleição, a ampliação da ROTA figurou como uma das principais promessas na área de Segurança Pública do atual governador de São Paulo, João Dória, a despeito das críticas quanto a efetividade da medida por parte de especialistas integrantes de sua própria campanha (ADORNO, 2018a). Quando da inauguração dos três primeiros Batalhões de Ações Especiais prometidos em campanha destacou o governador: ““Essas unidades especializadas atuaram [sic] no padrão Rota. Tínhamos cinco nos últimos anos e agora, em apenas 100 dias, já temos oito no Estado” (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2019). A promessa de campanha foi de chegar a 22 unidades.

Em que pese concordarmos com a pertinência da observação de nosso colaborador quanto a influência da Doutrina de Segurança Nacional no problema que hoje vivenciamos, posição na qual ele não está sozinho como pudemos ilustrar, nos cabe um ainda abordar outro aspecto dessa crítica, posto que, como apresentamos no início do capítulo anterior, a herança militar-ditatorial não é suficiente para compreender o fenômeno letalidade policial brasileira. O que havíamos discutido anteriormente é que a evolução das mortes e a comparação com outros países não acompanham a tese de que a herança da ditadura civil-militar pudesse, sozinha, ser considerada um fator causador para perpetuação e, principalmente, progressão dessas mortes. O que observamos na fala do juiz, portanto, mais do que esclarecimento ao nosso problema, deve ser lido justamente pelo que a introduz: o embate ideológico.

O que não está explícito na fala de nosso colaborador, mas é subjacente a sua fala, é que a ditadura civil-militar deixou uma outra herança ao sistema jurídico e político de nosso país, que não está vinculada exatamente, ainda que o esteja indiretamente, a uma economia das vítimas fatais do Estado. O que caracteriza a ditadura civil-militar brasileira, mais do que a violência contra seus opositores, é a sofisticação do aparato repressivo no sentido de tornar sua violência não apenas legal, mas moralmente legítima aos olhos da sociedade. Acerca dessas práticas encontramos em Coimbra (2002, p.29-30):

Ao lado da repressão, que cada vez se sofisticava mais, o país viveu a fase do 'milagre econômico' (...) o que fortalecia uma propaganda permanente e bem elaborada do Estado forte que massacrava no nascedouro todas as modalidades de lutas populares, fossem de reivindicação salarial ou de denúncia de violação dos direitos humanos. [...]. Foi o início do reinado da Rede Globo, da aldeia global que se fortaleceu gradativamente naquele período, produzindo/fortalecendo subjetividades então hegemônicas: formas de pensar, sentir, perceber e agir condizentes com o regime. Tais processos de subjetivação traduziam-se na importância dada ao consumismo, à necessidade de ascender socialmente; "subir na vida" tornava-se palavra de ordem. Foi produzida uma aceitação quase unânime das regras do sistema: a população passava a aceitar passivamente que compete ao governo a resolução dos problemas; a nós, compete trabalhar e/ou estudar, e não nos imiscuirmos em política.

A produção de subjetividades convenientes a um regime autoritário é o principal legado da ditadura civil-militar no Brasil. A política é assunto do governo e ao cidadão cabe o estudo, o trabalho e, se for merecedor, o consumo. Essa divisão de papéis entre governo e sociedade não se interrompe com a queda do regime e aprofunda-se na medida em que a ascensão social pela via do consumo é ilimitada e renovada

cotidianamente na competição liberal-capitalista. Com o reconhecimento individual parametrizado pelo poder de consumo, cada vez menos se pode perder tempo com assuntos políticos, até o ponto em que o interesse político seja reduzido às cobranças de poder consumir (bom funcionamento da economia) e de ter os bens protegidos (segurança privada). Vemos até hoje reflexos eleitorais desse modelo de gestão da vida pública e sintomas escancarados de seu poder de transmissão na cultura, com indivíduos utilizando-se de garantias constitucionais asseguradas pelo regime democrático para expressar seu desejo de autoritarismo desmedido. Ao se constituir como referência de normalidade, modela também os movimentos de resistência, institucionalizando-se em divisões como a de juízes “garantistas” e “linha-dura”. A profunda cisão entre vida política e vida privada, comunismo e consumismo e outras dicotomias decorrentes destas, têm o efeito deletério de normalizar as mortes resultantes da intervenção de agentes do Estado, tornando-as agenda política ou acadêmica ordinária, que deve ser combatida ou não a depender de seu alinhamento ideológico. Cria-se uma cortina de fumaça sobre o problema, deslocado para um campo onde a voz do morto não tem vez. Sob o nobre debate sobre qual regime político queremos viver, sepultam-se os corpos e as vozes das vítimas do regime político em que vivemos. Como nos aponta Benjamim (1987b, p. 226):

A tradição dos oprimidos nos ensina que o "estado de exceção" em que vivemos é na verdade a regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. [...] O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX "ainda" sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável.

Infelizmente a tradição dos oprimidos no Brasil ensina que seu extermínio pelo Estado é regra geral e não começa na ditadura civil-militar. Diferente do caminho suscitado pelo juiz, o promotor nos apresenta uma outra via, complementar, para compreender a configuração da violência letal por agentes do Estado no Brasil:

Eu falo pros promotores, vocês não podem fazer vista grossa pra violência de polícia. Porque se você deixar eles crescerem ali... por que você acha que surge milícia, por exemplo? Surge porque não tem controle. E eles começam a fazer o que eles querem, e eles passam a ter todo o poder pra fazer. E aí eles ficam incontroláveis. No Rio de Janeiro tinha uma época que pagava um adicional em caso de resistência seguida de morte. O cara chegava no morro, subia, falava assim "Ó, a partir de agora eles pagam mais caro pra eu matar vocês, viu, então agora, o que vocês pagam por mês pra mim, aumentou". Que que você consegue com isso, entendeu? Consegue aumentar a corrupção, consegue aumentar o poder do cara na rua...

Existem algumas diferenças na construção feita pelo promotor da que foi feita pelo juiz. Ambos apresentam uma perspectiva histórica em sua crítica da violência letal policial e da anuência do Sistema de Justiça Criminal a essas mortes, mas enquanto o primeiro trata de uma herança, o segundo preocupa-se com uma perspectiva futura. Outro ponto fundamental é que enquanto o primeiro se preocupa com a influência do discurso institucional na prática dos indivíduos, como extensão da instituição, o segundo fala de uma apropriação individual do contexto institucional, que não necessariamente obedece a lógica pretendida pelo sistema: “Ó, a partir de agora eles pagam mais caro pra eu matar vocês, viu, então agora, o que vocês pagam por mês pra mim, aumentou”. Podemos remontar parte do “processo civilizador” brasileiro a partir dessa perspectiva, a fim de encontrarmos uma melhor compreensão de nossa letalidade estatal.

Primeiramente é relevante compreender a origem do poder da polícia, apropriado pelo policial, na história brasileira. O Inquérito Policial é instituído no Brasil em 1871, ainda no período monárquico. Antes disso polícia e justiça compunham uma só organização (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2015). A existência de uma polícia da província (predecessora dos estados) militarizada também é pré-republicana. Antes disso, múltiplas unidades armadas particulares existiam sob o comando de políticos ou proprietários de latifúndios. Apesar de estatal, suas atribuições permaneciam atendendo às elites da época, tendo como principal função manter obedientes e ordeiros escravos e homens livres pobres (BRETAS, 1998, P.220) – uma de suas atribuições era, por exemplo, a captura de escravos fugitivos. Em São Paulo, a criação dessa corporação, sob o nome de Força Pública ocorre em 1831. Arquivos históricos da polícia (MUSEU DE POLÍCIA, Militia, ano II, n.10, 1949, apud BATTIBUGLI, 2010, p. 46-7) destacam seus feitos militares, na defesa de fronteiras, como instituição predecessora do Exército Nacional.

A partir de 1889, com o advento do Estado republicano, reorganiza-se a instituição policial, no sentido do desenvolvimento de técnicas criminais, da administração da justiça e da profissionalização e especialização de seus quadros. Em São Paulo, em 1905 é criada a Polícia Civil. No entanto, poderes inquisitoriais da época monárquica continuaram de posse dos agentes policiais, como destaca Souza (2000, p. 25-6):

Paralelamente ao aumento das responsabilidades da polícia administrativa [...], a polícia judiciária manteve poderes inquisitoriais na investigação de

crimes comuns e na instrução e formação da culpa em contravenções (...). Ou seja, práticas inquisitoriais decorrentes de uma “polícia do rei” coexistiram com as aquisições técnicas e jurídicas que deviam se ajustar melhor ao contexto republicano, de expansão das garantias constitucionais. [...] a instrução criminal e a polícia judiciária promoviam a culpabilização dos indiciados pelo segredo, pelo processo escrito e pela obtenção de informações [...] atitudes discricionárias, baseadas num sistema de desigualdades sociais (...) contaminavam os preceitos da *sciencia* policial e criminal. O processo todo deu uma feição impessoal ao desempenho das funções policiais, ao mesmo tempo em que aumentava o poder extralegal dos policiais sobre a sociedade. Do cruzamento da ciência e da tradição emergiu uma polícia afeita a práticas de “justiça sumária” em que atitudes policiais não condizentes com a lei não eram questionadas nem revistas

A Polícia Civil até hoje é responsável exclusiva pelos procedimentos do inquérito policial (diligências, inquirições e investigação). Para além do uso institucional da polícia para atender aos interesses da elite política e econômica, esse arranjo organizacional expõe e reforça uma prática informal de judicatura policial, que possibilita ao policial atuar de modo extralegal na resolução dos conflitos por meio da violência aberta e da corrupção (SOUZA, 2009, p. 51-2). O discurso da *sciencia* policial e criminal é suficiente e prescinde de um regime político autocrático para consolidar um quadro de poder discricionário do policial sobre o indiciado. Como já afirmamos anteriormente (KOHARA, 2017, p.156), a feição impessoal às práticas policiais discriminatórias do Brasil Império, não apenas foi incapaz de elidir os elementos de poder inquisitorial remanescentes na prática policial, como, por meio da legitimação de seu monopólio sobre o inquérito policial, revestiu-a de uma institucionalidade republicana que permitiu sua perpetuação, mesmo em tempos de democracia. A República manteve também o braço militarizado da polícia, fortalecendo-o por atender aos interesses das oligarquias locais (BICUDO, 2000, p. 92-3).

O fim da Primeira República e o início da Era Vargas também impactaram o fazer policial. Alçada a um protagonismo compatível à manutenção do poder político de um regime autoritário, surge, no âmbito da polícia judiciária, o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), contando com grandes investimentos no setor de investigação e repressão política (BATTIBUGLI, 2010, p. 34). A incorporação de um arbítrio político à herança de discricionariedade, potencializa a autonomia política da corporação policial e consequentemente seu poder em relação aos governos futuros. Já a polícia militar, em período de desprestígio político por representarem uma ameaça ao poder central, viveu uma fase de reforçamento de sua ideologia militar, com diminuição do poder bélico, mas vinculação institucional ao

Exército nacional (BATTIBUGLI, 2010, p. 41). A restauração democrática que sucedeu a era Vargas não trouxe grandes novidades para as polícias, como se poderia esperar, com as corporações vivendo uma continuidade do período autoritário. A legislação repressiva foi apenas remodelada, sustentada pela tradicional perseguição ao comunismo no Brasil e então reanimada pelo início da Guerra Fria, em 1947. Não por acaso o DOPS pôde servir a ditadura civil-militar como serviu a Vargas e chega em 1964 tendo inclusive uma tropa de choque sob seu controle (BATTIBUGLI, 2010, P.34-41). Thais Battibugli (2010, p.110) analisa o período da seguinte forma:

Apesar da União e dos Estados federados, formalmente, deterem o monopólio da violência legítima, cada qual em sua esfera de competência, não havia, efetivamente, supremacia de poder das decisões estatais sobre as agências responsáveis pela aplicação dessa força entre 1946 e 1964. Havia apenas um controle parcial do estado regional sobre o sistema policial de sua área de competência. Era frágil e inconsistente, portanto, o monopólio da força.

Se não possibilitou uma democratização das polícias, ao menos, para nossos fins, o período é significativo por deixar visível a fragilidade do monopólio da força no país. É emblemática uma notícia, veiculada pelo Estado de São Paulo, em 1961:

Os secretários são homens do governador [...] que chegam e partem de acordo com as conveniências da política [e] [...] não tomam pé no cargo. Militam na superfície apoiados por delegados, muitos dos quais pertencentes ao grupo que realmente dirige a polícia. Explicam-se assim, certos fatos estranhos: em meio a autoridades de exemplar conduta, subsistem impunemente indivíduos da pior espécie. Não estamos exagerando. Os exploradores de mulheres da Delegacia de Costumes são conhecidos e não são incomodados. Os arrecadadores de dinheiro dos banqueiros e cambistas do jogo do bicho não são arredados da Delegacia de Jogos. Os associados de certos ladrões, com seus dedos carregados de anéis de brilhantes, permanecem firmes na delegacia de furtos e roubos. Frequentemente desenvolvem-se movimentos de reação. Nessas ocasiões os jornais fazem escândalos e registram-se remoções e sindicâncias. Contudo, longe de ser extirpada a praga, expande suas raízes. E tudo logo depois volta à situação anterior, até que a rotina seja quebrada por algum fato que novamente agite a opinião pública. (O ESTADO DE SÃO PAULO, 5 de agosto de 1961, apud BATTIBUGLI, 2010, p. 61)

A relação histórica dos governos com a polícia resultava, já em 1961, no problema observado pelo promotor em 2017. A polícia criada e aperfeiçoada para atender ao interesse de classes governantes e cuja discricionariedade no uso da violência sempre atendeu a esses interesses, ganhava uma autonomia de funcionamento que culminou na associação entre violência e corrupção. Mas não foi só isso. Foi também nesse interstício democrático que a violência letal passa a compor repertório dos policiais, anda que o fenômeno tenha se intensificado apenas durante

o período da ditadura civil-militar em razão da natureza do regime e da impunidade dos agentes estatais. Com a mudança gradual dos padrões de criminalidade nas grandes cidades, com assaltos a mão armada e arrombamentos (MISSE, 2008, p. 376), a criação do “Grupo de Diligências Especiais”, comandado por Milton Le Cocq (ex-integrante da Polícia Especial da ditadura Vargas) em 1958 no Rio de Janeiro e seus métodos de extermínio como método de combate ao crime começam a ganhar notoriedade (MISSE, 2008, p.377, MANSO, 2012, p.113-4). Acompanhada da desconcentração da ocupação territorial nas grandes cidades, com ocupação precária das periferias e constituição das Regiões Metropolitanas (MANSO, p. 102-3) o país assistia ao nascimento do Esquadrão da Morte, que mais do que um grupo, tornou-se um signifiante que se irradiou nacionalmente, organizando e significando a prática do extermínio. As populações que no Brasil sempre estiveram historicamente submetidas à violência, passaram então, a partir do fim da década de 50, a estar vulneráveis a execução, até hoje um caminho sem volta. Inicialmente restrito a interesses de classes dominantes, a formal violência legítima do Estado privatiza-se a nível individual, como violência legítima de cada agente do Estado. A face autoritária dessa violência legítima hiper-privatizada, quando direcionada aos “inimigos”, segue atendendo a um interesse de classe e sendo por ela sustentada – com vistas grossas à abusos e à corrupção. Mais do que um mecanismo organizacional, ou uma diretriz governamental de momento, a violência policial foi forjada como produção de subjetividades, de onde emana a resistência a quaisquer mecanismos de controle e também por onde escapa a efetividade destes (mesmo quando se mostram eficazes, a responsabilização dos indivíduos “desviantes”, “violentos” ou “corruptos”, dá sustentação para a preservação do sistema). Em tempos de democracia, as corporações policiais tornam-se guardiãs da história de autoritarismo do Estado brasileiro, operando uma cultura de violência que sempre esteve presente na relação das elites governantes com as classes populares.

O que vem a sustentar a letalidade estatal no Brasil é, portanto, algo que vai além da mera ideologia e configura-se como forma de subjetivação do “processo civilizador” brasileiro. Durante a sua fala, o promotor vem associar a questão do julgamento de policiais à sua prática no tribunal do júri, o que nos abre também caminho para novas associações na análise do problema:

Pr: É muito mais raro, primeiro, caso envolvendo policial que acabe em julgamento. Não que é raro caso de violência policial, pelo contrário, tem um

monte de inquérito, que a gente arquiva todo ano. É [...] muito mais fácil você condenar uma pessoa [...] que não seja policial. É muito mais fácil você condenar uma pessoa que tem envolvimento com o crime. Tudo isso é muito mais fácil. Dependendo da vítima também isso conta. Quem morreu. Eu acho que aqui, nós temos uma tolerância com o homicídio. A gente não acha homicídio tão grave assim. Eu acho... eu penso assim. No geral, na população em geral, não acha homicídio tão grave assim.

Pe: Mesmo que seja um civil?

Pr: Não acha. Porque eu noto isso no júri. [...] As teses justificadoras da defesa do crime... a gente tem que acabar trabalhando contra essas teses, tem que tomar muito cuidado com essas teses, porque se não pode ter resultado... surpreendente sempre. É porque existe uma certa benevolência, eu acho, em relação ao réu, dependendo do perfil que o réu tem, na vida, sabe? Não importando muito assim... afinal de contas, qual que foi o resultado, afinal de contas é um homicídio, né? Mas aqui há uma tendência a se justificar. Assim, né, por que que ele matou? E não simplesmente ele matou. Mas tem assim se ele... porque que ele matou? Eu entendo que a justificativa é importante em caso assim "Eu tive que matar". Agora, na maioria dos casos não é isso. Na maioria dos casos teve um motivo para ele matar, mas que não foi preservar a própria vida. Então... mas isso leva muito em conta. E os advogados exploram muito isso, porque sabem que isso pode cair no ouvido do júri de uma forma boa. E a gente tem que trabalhar muito isso. A vítima é ruim, quando a gente fala assim a vítima é ruim, significa [...] que tem um monte de gente falando mal dela no processo, que a vítima tem antecedentes criminais, que a vítima tem um comportamento de violência e tal. Existe um cuidado da defesa em trabalhar isso pra ver se o jurado entende: "ah, nesse caso..." pelo menos pra não dar uma punição tão grande pro sujeito, entendeu? E não importa o que ele fez. E o meu trabalho muitas vezes é mostrar "Olha, importa sim! Olha o que ele fez!". Isso não é civilização. As vezes você fala isso as pessoas não... falam "ah, jurado não quer saber disso, você falar de civilização, tal". Mas as vezes eu... as vezes eu falo, porque eu chego a falar "Olha, que mundo é esse que vocês querem viver?". Eu sempre lembro pros jurados [...] "olha gente são cinquenta, sessenta mil mortes por ano. Como é que você acha que chega num resultado desse?" Chega num resultado desse porque fica por isso mesmo. As pessoas vão deixando, vão se acostumando e acabou. E esse é um problema.

O promotor destaca como em sua prática ele observa que o homicídio no Brasil não é "tão grave assim". O quanto ele é justificável no país. A esse respeito, confrontemos a observação do promotor com a dinâmica da violência nas regiões marginalizadas do país. Relata Alba Zaluar (2014, p. 44) sobre suas pesquisas em favelas do Rio de Janeiro:

Nas várias pesquisas de campo que realizei com assistentes de pesquisa no Rio de Janeiro, sempre foi assinalada, desde 1980, a facilidade e a quantidade de armas disponíveis para os jovens moradores das favelas tidas como perigosas. Nelas, jovens passaram a andar armados; juntaram-se a quadrilhas por crer que assim contariam com sua proteção militar, jurídica, política e pessoal; prepararam-se para a guerra, aprenderam a ser cruéis e a matar sem hesitação outros jovens pobres como eles que fazem parte dos comandos, quadrilhas ou favelas "inimigas". Pessoalmente, acreditaram que permaneceriam impunes nesse crime, porém acabaram vítimas nas estatísticas crescentes de homicídios. (...) Adicione-se nessa figuração o circuito infundável da vingança, próprio do etos guerreiro, e compreende-se por que falavam em uma "guerra sem fim".

Zaluar localiza nas favelas do Rio de Janeiro uma hipérbole dessa normalização do homicídio. Para além de uma questão ideológica, analisa-o por meio do mesmo mecanismo descrito por Norbert Elias em sua definição de *ethos* guerreiro. Cabe destacar que o “circuito infundável da vingança, próprio do *ethos* guerreiro” referido também pode ser observado no “para cada policial morto, dez bandidos não de morrer”. De fato, após a morte de um policial no Rio de Janeiro a chance que um civil seja assassinado no mesmo dia, na mesma região da morte, aumenta em 150%; em 350% no dia seguinte e em 125% entre cinco e sete dias depois (COELHO, 2017, p. 69).

Na análise da sociedade alemã em que Elias conceitua o *ethos* guerreiro e de onde Zaluar importa o conceito, este é ao mesmo tempo herdeiro de uma forma de socialização “pré-civilizatória” e *ethos* dotado de alto valor identitário, associado a própria possibilidade de grandeza da identidade nacional. Zaluar identifica então no Brasil a mesma promessa de identidade pela via da violência, que foi capaz de seduzir os jovens alemães ao chamado da violência letal legítima sem medida. Localiza também a falácia dessa promessa que enreda seus integrantes no circuito infundável da vingança. Mas, não partilhando da mesma história nem do mesmo momento das sociedades europeias modernas analisadas por Elias, Zaluar identifica outro elemento, capaz de ligar essa socialização “pré-civilizatória” como *ethos* de alto valor identitário: a hipermasculinidade.

A articulação entre identidade de gênero e violência pode ser melhor compreendida quando analisamos o fenômeno da violência em sua dimensão expressiva, tal como proposto pela antropóloga Rita Segato (2013). Na violência expressiva, o ato violento não tem a vítima específica como alvo. Nesses casos a vítima e o ato violento servem apenas como meio para comunicar algo a uma comunidade maior, da qual o sujeito que cometeu a violência faz parte ou quer fazer. Segato (2013, p. 73) identifica que em determinadas violências sexuais, como em muitos estupros de mulheres desconhecidas, por exemplo, o que se destaca é a dimensão expressiva do ato, uma vez que a violência provém de um mandato coletivo de violação que permite àquele sujeito, a partir de sua perspectiva, a inscrição em uma fraternidade viril. É esse mandato viril identificado pela autora na violência de homens contra mulheres que também está em jogo na violência de homens contra

homens e com o qual podemos ampliar a compreensão do *ethos* guerreiro para além das formulações eliasianas.

Zaluar (2012) aponta que dentre os diversos estilos de masculinidade observados em suas pesquisas etnográficas destacava-se aquele que estava mais claramente vinculado à ação violenta. Essa hipermasculinidade definia as identidades masculinas bem-sucedidas, na qual o consumo conspícuo obriga a ter dinheiro para ajudar amigos, vizinhos e parentes, ostentar joias e roupas, pagar bebidas em locais públicos, em suma, “dominar pelo poder das armas e de muito dinheiro no bolso”. Ainda segundo a autora, esses estilos de masculinidade exacerbada criaram o contexto social do conflito armado localizado sem fim, que opera pela desumanização do inimigo e que justificaria as atrocidades cometidas contra eles. Cabe destacar que são justamente em territórios como os investigados por Zaluar e que possuem o contexto social por ela descrito, aqueles em que a violência policial é mais recorrente e onde a quantidade de policiais mortos também é maior (ZALUAR, 2012 e FBSP, 2018b, p. 101). Aprofundaremos no próximo tópico como esse mandato viril se estende especificamente à construção identitária do policial.

A especificidade do contexto brasileiro no que se refere a constituição de um *ethos* violento, ou no qual a violência não é interdita, não se restringe às razões pelas quais ao uso da violência é atribuído alto valor identitário. Em consonância a uma análise eliasiana do problema, Zaluar (2014, p. 43) apresenta também sua hipótese sobre como as figurações ao longo da história brasileira resultaram no advento do *ethos* guerreiro na periferia das grandes cidades:

No Brasil, a ausência do monopólio legítimo do uso da violência, que gera conflitos armados e circuitos de vingança disseminados na sociedade, persistiu por séculos, mesmo depois da proclamação da República. A violência costumeira de proprietários de terra, com seus exércitos privados que lhes valeram o título de ‘coronéis’, mais tarde com seus capangas e pistoleiros atuando também nas cidades para matar seus desafetos, impediu que se concretizasse o monopólio legítimo da violência pelo Estado até mesmo no século XX. Hoje, a facilidade para obtenção informal ou ilegal de armas de fogo em alguns locais aumentou muito com o advento de novas formas de crime organizado vinculadas ao tráfico ilegal de drogas que adquiriu um estilo violento e vem se espalhando pelo país desde meados dos anos 1970. Com o aumento da criminalidade e do medo, a situação se agravou ainda mais com a multiplicação de grupos de extermínio e de justiceiros, de empresas de segurança privada, que tornaram essa ausência ainda mais clara e persistente do que há algumas décadas.

Do frágil e incompleto processo de consolidação do monopólio legítimo do uso da violência pelo Estado que apontamos anteriormente, decorre um processo de

subjetivação, para além da polícia, que retroalimenta a banalização da violência letal. Ao não garantir satisfatoriamente a segurança de seus cidadãos, promove-se a radicalização da expectativa de solução rápida e violenta para o problema da insegurança pública. “Isto é particularmente importante para todas as categorias minoritárias que não possuem meios para sua defesa no caso de ataque de quem está mais bem armado, pois precisam de proteção estatal contra seus predadores” (ZALUAR, 2014, p.44). Grupos mais distantes do poder encontram-se em situação de ter que promover seus próprios meios de sobrevivência, sendo o uso da violência um desses recursos. De outro lado os grupos detentores de poder ora utilizam-se de autorizados meios privados de uso da violência, ora utilizam-se da própria violência estatal em prol de seus interesses. Mais do que uma disputa por sobrevivência, impõe-se uma figuração social na qual a identidade social passa a depender dessa circulação da violência. Trata-se aqui de inflexão importante para compreensão e, especialmente diferenciação, da análise do problema em sua perspectiva ideológica, desta que estamos apontando como resultado do “processo civilizador” brasileiro. Para que o indivíduo se torne “matável” mais do que ser identificado como “bandido” é necessário que ele não tenha poder. O desenvolvimento do crime organizado no Brasil nas últimas décadas e a consequente identificação mais clara de uma hierarquia no mundo do crime ilustra bem essa questão. Observa Samira Bueno Nunes (2018, p. 199) a partir de sua pesquisa com policiais condenados por homicídio:

Os policiais homicidas mostram ter muita consciência sobre a hierarquia no mundo do crime. Assim, embora para esses policiais alguns sujeitos sejam matáveis do ponto de vista moral, eles sabem não podem matá-los porque o assassinato de um membro importante na facção pode levar à quebra da ordem de um acordo tácito ou, ainda, ameaçar a integridade do policial e seus familiares. Isso significa dizer que figuras que ocupam posições de poder dentro da facção não são matáveis, sendo a morte, sob essa lógica, reservada ao baixo clero do mundo do crime ou a jovens que com ele se relacionam. Desse modo, garante-se que figuras em posições de comando no Estado ou no PCC permaneçam como intocáveis, o que é altamente vantajoso para ambos porque garante a estabilidade do acordo, a “paz” no sistema prisional e os lucros da facção. É nesse contexto de rígida hierarquia social que quem morre e quem mata é, basicamente, o “peão”, de um lado representado por policiais e de outro por jovens que eventualmente estão envolvidos com a criminalidade.

A perspectiva de policiais homicidas quanto a regulação de sua conduta, naquilo que buscamos destacar, revela o quanto a posição de poder e a consequente capacidade de uso da violência sobrepõe-se a questão ideológica, no sentido de garantir ou não a vida de um sujeito. Quem morre e quem mata são os peões.

Pesquisas nas quais a classe policial foi analisada indicaram 71% dos policiais envolvidos em ocorrências com mortes eram cabos e soldados, patentes mais baixas da carreira de policial militar (SINHORETTO, SILVESTRE E SCHLITTLER, 2014, p. 18). De outro lado, eles também representaram 73% dos policiais mortos que foram (FERNANDES, 2016, p. 201). A paz social não é garantida pelo monopólio do uso legítimo da força pelo Estado, mas por um frágil equilíbrio de forças de violência privada a que estamos constantemente vulneráveis, inclusive os próprios agentes de segurança, quando policiais de baixa patente. Tal como para o guerreiro medieval, guardadas as devidas proporções, existe um grau de exposição, de preparação e de alerta para a violência física que todo brasileiro tem como condição de vida. Isso lhe é ensinado desde a mais tenra infância por sua família, independentemente de classe, etnia ou matiz ideológica, e, a depender de sua classe social e personalidade, o prepara para ocupar um lugar nessa economia da violência brasileira. Daí a interpretação de um *ethos* guerreiro consolidado nas favelas do Rio de Janeiro. E, em nossa interpretação, daí o homicídio não ser tão grave no Brasil, especialmente quando tem como alvo as vítimas preferenciais de nossa história de desigualdade social e racial.

Quando analisou a sociedade alemã, Elias destacou a importância que as vitórias militares da aristocracia tiveram para a perpetuação do *ethos* guerreiro e sua incorporação como *habitus* nacional, inclusive da classe burguesa e trabalhadora. Não temos esse mesmo modelo no Brasil. Se não estamos em condições de comparar o processo histórico descrito por Elias com o histórico brasileiro, procuramos reunir condições para afirmar que os assassinatos no Brasil expressam uma forma cotidiana de sociabilidade, privatizada pela fragilidade do monopólio legítimo da violência do Estado. Ao avesso, a valorização da violência como índice identitário não vem das glórias que esta poderia trazer a um grupo ou a nação, mas sim da necessidade de deter seu quinhão de violência, porque para aqueles que não a detêm a vida não vale nada. E cotidianamente são produzidos, treinados e equipados soldados para reafirmar essa mensagem.

O “processo civilizador” em marcha no Brasil, à sombra da pacificação que o monopólio do uso legítimo da força promete e dos interesses políticos das classes dominantes ao longo da história, aperfeiçoou o poder de fogo de nossas polícias sem consolidar seu uso em favor do Estado (e muito menos em favor da sociedade como um todo). Considerando a circulação social da violência e o ideário de guerra perene

no qual a polícia brasileira se assenta por meio de sua ideologia militar, o excesso de violência policial com relação a violência geral, dentro da interpretação que pretendemos lançar e influenciada por determinantes inconscientes do processo social, se dá por uma fórmula simples: considerando que a polícia é, institucionalmente, treinada, equipada e organizada para o uso da violência ela mata mais porque, no Brasil, é autorizado matar.

Indicadas as bases históricas que nos trouxeram ao assassinato, em especial de integrantes das classes populares, como prática enraizada na cultura, concluimos mais um elemento que compõe o silêncio e a anestesia à morte de Silva. Debrucemo-nos agora a compreender mais detalhadamente os processos subjetivos que possibilitaram que práticas tão destrutivas ao tecido social tenham podido atravessar atores, décadas, regimes políticos distintos e, principalmente, possibilitam sua atualização e repetição no presente.

3.3. Legitimação da violência e processos de subjetivação

A codificação da economia da violência na sociedade e, especificamente, com relação a violência estatal, que tratamos no tópico anterior, pode ser ilustrada pelo júri popular no julgamento de policiais. Em seus atos, identificamos as balizas do assassinato legitimado no Brasil. Na percepção do promotor:

Quando eu tenho algum elemento que mostre que está errado, eu denuncio. Embora muitas vezes a gente sabe que vai ser muito difícil condenação. Muito difícil. Um caso desse por exemplo, a gente sabe que é difícil condenação, porque mesmo que você mostre que foi execução eu acredito que há uma tendência muito grande no júri de nessa hora proteger o policial. Assim, se a vítima tem envolvimento com crime. [...] Eu já fiz vários júris de policiais. E é [...] curioso, porque assim, por exemplo, alguns estavam em serviço, foram absolvidos. Os que não estavam, foram condenados. Tem essa diferença também. [...] Mesmo quando a vítima não tem envolvimento com o crime [...] é difícil condenar. [...] Já condenei vários PMs, mas eram sempre situações assim, eles não estavam trabalhando, eles estavam fazendo algum bico, ou alguma coisa assim, usaram de violência excessiva, mataram.

O promotor informa dois elementos que dificultam seu papel acusatório e transcendem o caso concreto em que esteja trabalhando por legitimar o uso do assassinato por parte do agente público de maneira generalizada. O primeiro refere-se ao envolvimento da vítima com o crime. Com relação a esse aspecto, como aponta Misse (2013), esse envolvimento não precisa nem mesmo ser direto, mas

circunstancial: basta que a vítima tenha sido alvejada em um local onde ocorram crimes ou onde supostamente residam ou atuem criminosos, de modo que seja plausível que tenha sido confundida com um deles. O segundo que se refere a circunstância da morte, implica que seu acontecimento tenha se dado, em tese, no exercício da atividade policial. Nesse caso, é preciso que fique caracterizado que não houve um ganho particular por parte do agente com essa morte, mas que ela tenha se dado no cumprimento do dever profissional – que se assemelha a um dever moral no caso dos policiais.

Os dois elementos apresentados na fala do promotor podem ser articulados a partir do conceito de sujeição criminal (MISSE, 2014, p. 205):

a sujeição criminal refere-se a um processo social pelo qual se dissemina uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos, fazendo-os crer que essa expectativa não só é verdadeira como constitui parte integrante de sua subjetividade.

Trata-se de um processo social estabilizado em uma crença compartilhada de que o crime habita o sujeito criminal e seu tipo social mais geral. O crime assim é reificado no sujeito autor de crimes e associado a tipos sociais (como por exemplo o “malandro”, o “marginal”, o “vagabundo”) em oposição as “pessoas de bem” (MISSE, 2014, p. 205-7). Articulando o conceito com o argumento que vimos desenvolvendo até aqui, é possível identificar que esse processo social remonta ao processo de constituição de nossa polícia e de nosso sistema de justiça criminal, no qual pobreza e criminalidade estão associadas, como destaca Coimbra (2002b, p. 84).

Constatamos que a relação entre a pobreza e criminalidade, disseminada por todo o século XX, hoje atualiza-se e está presente nas falas daqueles que defendem a militarização da segurança pública, temerosos pelas ondas de violência que os meio de comunicação alardeiam. [...] Tais crenças têm acompanhado ao longo do último século – pelo menos – os pensamentos, percepções, sentimentos e comportamentos dos brasileiros. Daí a urgência em produzir subjetividades que percebam tais segmentos [sem-teto, sem-terra, sem-casa, sem-emprego e entre outros associados à pobreza] como perigosos, e potencialmente criminosos, para que se possa, em nome da manutenção/integridade/segurança da sociedade, não somente silenciá-los e/ou ignorá-los – o que já não é mais possível – mas eliminá-los, exterminá-los através da ampliação/fortalecimento de políticas de segurança públicas militarizadas que apelem para a lei, a ordem e a repressão.

Se a origem do processo de sujeição criminal brasileiro acompanha o processo de formação do Estado e de formação das polícias, é possível afirmar também que, como um processo social, ele é autônomo. Nascido de um interesse de classe, quando codificado por um sistema de justiça criminal e por um sistema de valores morais da

sociedade, ele passa a produzir efeitos que independem do comando direto da classe dominante. Mesmo quando essa vinculação existe, nem sempre se trata de uma ação consciente de seu viés de favorecimento de classe, sendo subjetivamente vivida como dedicação a um interesse coletivo irrestrito – o que pode ser explicado por uma percepção do subjetiva de que os sujeitos criminais não pertencem a essa mesma coletividade, mas, ao contrário, a maculam. Lembra o promotor durante sua fala:

os promotores [...] criminais de São Paulo [...] fizeram uma carta aberta apoiando a PM, dizendo que era um absurdo a PM ser acusada disso [crimes de maio de 2006], que eles apoiam a PM, na luta da PM, etc. e tal, e assina um monte de promotor, quase todos os promotores criminais de São Paulo. Então, você vê, é um erro isso, né? Porque assim, tá, e se amanhã você descobrir que [...] foi execução, você vai assinar o negócio? Você vai achar que tá certo isso? Mas não sei, muitos acham. Muitos acham que tá certo, isso que é o problema.

A compreensão da letalidade policial como processo social autônomo nos mostra que não é suficiente um despotismo esclarecido, ou uma vitória eleitoral de viés progressista, que concorde com o quanto esse processo é maléfico para o conjunto da sociedade, para que ele seja revertido. A crença de que o crime habita determinados sujeitos e tipos sociais, atravessa conjunturas políticas distintas e é compartilhada inclusive pelas classes que compartilham o tipo social alvo dessa presunção de culpabilidade. Em pesquisa recente realizada pelo IBOPE (2018, p. 8-9) verifica-se que 50% da população concorda com a afirmação “bandido bom é bandido morto”, proporção que se mantém consistente mesmo se considerados os grupos em função de raça/cor (50% daqueles que se declararam pretos ou pardos concordam com a afirmação, sendo que destes 43% concordam totalmente), renda familiar (47% dos que recebem até um salário mínimo e 50% daqueles que recebem entre 1 e 2 salários mínimos concordam com a afirmação) ou condição do município (48% dos que residem em periferias concordam com a afirmação). Em pesquisa do início da década (BRASIL, 2010), anterior à conjuntura conservadora cujo resultado eleitoral pode ser observado nas últimas eleições presidenciais, 73% dos entrevistados já eram favoráveis ao endurecimento das condições dos presidiários, 71% à redução da maioria penal, 70% à prisão perpétua, 45% à pena de morte e 67% da população eram tolerante ao desrespeito dos direitos de presos e bandidos (26% da população acreditava que não deveriam ser respeitados e outros 41% acreditavam que deveriam ser respeitados somente em parte).

O conceito de sujeição criminal, que nos auxilia a compreender esse quadro, pode, segundo Misse (2014, p. 209-10), ser expresso em seis principais dimensões: 1) expectativa de que determinados indivíduos e grupos sociais tenham propensão a cometer crimes como parte inelutável de seu ser; 2) transferência do foco criminalizador do crime para seu autor, cujos atributos caberia à ciência conhecer; 3) as características associadas a esses indivíduos autores de crimes passam a ser justificadas como critérios preventivos de controle social; 4) os indivíduos e grupos sociais, colocados pela sua relação com a justiça e com a polícia nessa condição de suspeição potencial, passam a se reconhecer nesse papel, buscando justificações para sua “diferença” ou “trajetória” individual. Em caso de confirmação das suspeitas, o sujeito admite ser irrecuperável e perigoso, ou simplesmente cala-se por se tratar de uma condição que não carece de explicações. Aos seus perseguidores confirma-se ideal de que é necessário exterminá-lo; 5) não há presunção de inocência: antes de qualquer crime, desvio ou reforço identitário, constitui-se uma subjetividade tendente ao crime associado a um determinado tipo social; 6) sua condição é de normalidade e não de desvio, organizando a expectativa de que existem certos indivíduos e tipos sociais “do mal” e outros “do bem”. Reforça a desigualdade social, já que reproduz a crença de que a diferença do outro em relação a mim não pode conviver com a igualdade de direitos entre nós.

É importante sublinhar que se trata de processo institucionalizado, não manifestado apenas pela opinião pública leiga, ou no foro das convicções pessoais dos operadores do direito, mas materializa-se também na forma de teorias criminológicas, que se propõem, cientificamente, a esclarecer a natureza do crime.

A tensão fundamental, que expressaria efetivamente os conflitos mais amplos no âmbito dos debates criminológicos e que revelaria as racionalidades distintas presentes quando se trata de crime e de punição na contemporaneidade, [...] apresentaria essa nova dualidade: criminologia do consumidor racional *versus* criminologia do pária ameaçador ou do estrangeiro inquietante. A “criminologia do eu” é invocada com frequência para banalizar o crime, administrar os medos despropositados e promover a ação preventiva. A “criminologia do outro”, por seu turno, estimula formas de populismo penal, ao estigmatizar o criminoso e justificar os excessos por parte do poder punitivo estatal (ALVAREZ, 2014)

Destacamos essa discussão daquela realizada na sessão anterior, pois, apesar de vinculada a questão histórica e ideológica, que preenchem de conteúdo e sentido as características desse indivíduo ou tipo social criminoso, trata-se de um processo social de subjetivação que não deve ser confundido com seu conteúdo. No contexto

internacional, podemos observar o quanto a figura do “terrorista” ocupa lugar subjetivo similar ao do “bandido” no Brasil, no sentido de se configurar como essa alteridade radical e perigosa¹⁸. Isto nos permite compreender como a desestigmatização de um determinado grupo social associado a criminalidade pode ser feita sem que isso altere o processo mais amplo de que outro(s) tipo(s) social(is) sempre preencham o espaço de bode expiatório da maldade no mundo. Existem exemplos diversos nas metrópoles brasileiras de bairros e comunidades que com o avanço da urbanização transitaram do estigma de bairros perigosos, onde habitariam sujeitos criminais e nos quais o homicídio estaria autorizado, para bairros “comuns”. Entretanto essa periculosidade é apenas deslocada.

Nossa ênfase com relação ao processo de subjetivação repousa nos desdobramentos de internalização dessa conjuntura social e no enlace inconsciente entre dimensões individual e coletiva. Em um momento em que compartilho com o juiz a impressão de que o julgamento de policiais me parecia uma acusação do Estado contra o Estado, o juiz contrapõe:

Estado acusando pessoas. Aí são pessoas. É atividade policial, mas são pessoas, são indivíduos, é individual, a acusação é individual. Que aliás, nessa questão, eu acho que um processo como esse revela muito bem uma coisa: nós escolhemos os policiais, os policiais são transformados em réus, os policiais são transformados, com toda a acusação, como se eles fossem [...] pessoas más, pessoas que vão lá e matam, e na verdade o problema é sistêmico, é muito maior que simplesmente uma atuação policial. Quer dizer, todo o organismo policial é ótimo, mas esses caras, os acusados, é que são malvados, que são os criminosos, que são os bandidos. E a coisa é muito maior que isso, é sistêmica. Você [...] pode ter uma polícia militar mal preparada. E é ideologicamente influenciada. [...] uma polícia militar, como é treinada? Como ela vê o cara? Na hora que enfrenta, o sujeito vai atirar, eles vão atirar, vai exceder, vão lá, vão... matam, e a situação acaba sendo legitimada até socialmente. Tem uma parcela da sociedade que legitima [...] essa atuação forte do policial, da polícia. [...] O problema é muito mais institucional, a falha está muito mais na instituição do que na moral. “Ah esse mundo está perdido nós estamos sem valores”. Não é verdade. São as instituições que estão falhando. Na proteção dos interesses livres, dos interesses maiores da sociedade, quer dizer, no abuso policial tem dois aspectos: tem o policial que abusa, mas existe todo um sistema que permite

¹⁸ Durante o estágio doutoral realizado junto a Universidade Paris XIII/Universidade Sorbonne Paris Cité, pudemos acompanhar *in loco* o julgamento de réus acusados de terrorismo junto à *Cour d’assises* de Paris. Chamou-nos atenção no julgamento, a semelhança na retórica da acusação com os casos que estudamos no Brasil, no sentido de evocar nos julgadores a periculosidade dos autores de atos terroristas e o esforço em associar os réus a essa figura. Parte significativa do argumento passava por comprovar que os réus eram radicais e, em razão disso, seus atos deveriam ser interpretados como a preparação de um ato criminoso, ainda que o ato não tivesse sido concretizado ou que um plano específico tenha sido encontrado. A ausência de materialidade do crime nesse sentido era justificada por um suposto padrão de conduta dos terroristas, de modo que para prevenir futuros atentados o debate acabava se centrando em demonstrar se os réus eram ou não radicais o que por sua vez resultaria em uma interpretação de que seus atos eram mais ou menos perigosos.

esse abuso. E muitas vezes até incentiva o abuso, instiga o abuso, induz o abuso.

A fala do juiz nos alerta para o efeito da sujeição criminal no processo de subjetivação do policial. A existência de um outro criminoso e violento implica a necessidade de um Eu igualmente violento, ainda que sob justificativa de defesa. Entretanto, a especialização de funções em nossa sociedade faz com que essa tarefa seja destinada apenas a um pequeno conjunto de indivíduos. Norbert Elias (1997, p. 165 e 402) observa que mesmo em Estados onde a pacificação social tenha sido mais integralmente atingida por meio do monopólio legítimo do uso da violência, existe lugar para os “especialistas em violência”, devido às relações interestatais nas quais a guerra de todos contra todos ainda é potencialmente uma realidade:

todos os grandes Estados e muitos menores mantêm especialistas em violência, em condições de constante prontidão, para que possam entrar em ação no caso de uma ameaça de invasão violenta por um outro Estado, ou alternativamente, se o próprio Estado deles ameaça um outro (...). Aliás, as pessoas que, por um lado, são criadas e educadas num nível relativamente elevado de civilização, numa comparativamente forte aversão ao uso da força física em relações intra-estatais, são as mesmas que, por outro lado, conscritas para o serviço militar, por exemplo, são treinadas para tornar-se especialistas em matar (...). A diferença no nível de civilização em relações internas e externas das sociedades-Estados atuais está refletida, pois, em desequilíbrios e conflitos pessoais específicos das pessoas afetadas. Expressa-se em sua estrutura da personalidade. Em tempos de paz, dentro dos espaços pacificados onde os atos de violência são punidos, as pessoas são treinadas para a guerra, na qual os atos de violência são permitidos e exigidos.

Elias destaca as repercussões no indivíduo que ocupa o papel do “especialista em violência” frente às expectativas contraditórias que a ele se impõem. A construção destacada pode ser aplicada também aos “especialistas em violência” responsáveis por garantir a paz social intraestatal, especialmente no contexto brasileiro onde o combate à criminalidade é significado como uma guerra e a condição de pacificação não é plena. A diferença é que o “inimigo” é interno e militar é a polícia. Em um contexto “civilizatório” de aversão ao uso da força física para resolução dos conflitos, pessoas são treinadas e instigadas a matar. Posteriormente lhes é exigido que só o façam em determinados contextos e momentos, contra determinadas pessoas, devendo nos demais momentos comportar-se com zelo pelo não uso da violência.

Num contexto em que a violência letal não se insere como ferramenta de um projeto de disputa de poder consciente de classes ou grupos - não se trata de revolução ou repressão a uma revolução, guerrilha ou repressão a uma guerrilha - a

atenção para essas repercussões é fundamental para compreender a tendência de crescimento da violência letal policial. O mandato policial, como destacam Muniz e Proença Junior (2014, p.496) prevê um amplo poder discricionário ao policial, que engloba a autorização para o uso da força, a avaliação de oportunidade e propriedade de seu uso e alcança a pertinência e a forma de toda e qualquer atividade policial, “uma vez que corresponde ao exercício da governança da polícia, ao exercício da tomada de decisão política na esquina (*street corner politics*)”. A “ação policial está sujeita à apreciação política, social ou judicial apenas *a posteriori*”. No frígir dos ovos, isso significa, como apontou o juiz, que, apesar de todo o contexto que procuramos elucidar até aqui, é a pessoa do policial que responde pelo homicídio. Não haverá em cada caso um comando formal para que o policial execute outra pessoa. Na apreciação *a posteriori*, caso seus atos sejam validados, o policial permanecerá sendo um dos sujeitos “de bem”, sendo o eu da “criminologia do outro”. Caso contrário, poderá rapidamente juntar-se aos sujeitos criminais como “outro”. Em audiência pública promovida pelo CONDEPE em agosto de 2015, por ocasião da chacina de Osasco e Barueri, em que 18 pessoas foram assassinadas, o então comandante do policiamento militar na região, Ernesto Puglia Neto, afirma: “Não somos compostos por bandidos, mas infelizmente tem bandidos que envergam temporariamente nossa farda”. Trata-se de uma lógica que não pode ser refutada pela experiência: caso a “pessoa de bem” cometa um crime, o que se revela apenas é o criminoso antes desconhecido.

O impacto desse contexto de franca exposição à violência a que o policial está submetido lhe exige, pela via do trabalho, um nível de autocontrole, controle de suas pulsões, de seus afetos, que comumente faz com que os valores da corporação policial extrapolem o exercício da função e passem a se configurar como um modo de vida (LHUILIER, 1987; MUNIZ, 1999; SOUZA, 2013; FERNANDES 2016 e NUNES, 2018). Utilizando-se dos termos que iniciamos no tópico, constitui-se um *ethos* no qual a violência possui valor identitário. E também como indicamos anteriormente, esse *ethos* é fortemente marcado por um estilo de masculinidade específica.

Cabe destacar que a inclusão de mulheres nas polícias militares iniciou-se apenas em 1955, em São Paulo, sendo que somente a partir da década de 70 um maior número de estados passou a incluir mulheres em suas tropas. Mesmo com a inclusão de mulheres a atuação de mulheres foi recorrentemente circunscrita a batalhões e atuações específicas (RIBEIRO, 2018). Sendo assim, a identidade grupal

e o reconhecimento identitário que a corporação oferece aos indivíduos que a compõem resta intrinsecamente ligado ao que na origem foi um conjunto de homens, com valores *viris* exacerbados, relacionados a aptidão para uso da violência e coragem para submeter-se a situações de risco.

O processo de subjetivação ao qual policial está submetido a partir desse *ethos*, pode ser ainda compreendido a partir das repercussões psíquicas mobilizadas pela realização de seu trabalho. Conforme apontam os trabalhos de Christopher Dejours (1980) e Pascale Molinier (2000 e 2006), mais que um processo consciente, a adesão do trabalhador a esse conjunto de valores *viris* refere-se a um sistema de defesa que procura fazer frente às exigências da organização/instituição a fim de garantir a saúde do sujeito. O risco do policial efetivamente ser ferido ou morto como decorrência do trabalho que escolheu exercer exige o estabelecimento dessas defesas psíquicas. Assim o sistema de defesa viril da perspectiva do sujeito é, antes de tudo, uma defesa mobilizada contra o sofrimento no trabalho. Quanto menor a possibilidade de modificar as contingências a que o trabalhador está submetido em seu ambiente de trabalho, mais o sofrimento e o medo se recrudescem e mais a defesa em forma de virilidade, ou hipermasculinidade, é mobilizada. Por esse processo, a virilidade é erigida em valor em lugar de todos os outros valores, funcionando como se tratasse de uma expressão do desejo.

Dejours (1998a) que a virilidade como sistema de defesa permite anestesia o senso moral do sujeito. A virilidade defensiva não está ancorada no mesmo registro subjetivo que os outros valores morais, secundários em termos psíquicos. Assim, basta que uma ação seja associada a condição de virilidade do sujeito para que ela se justifique, seja para o grupo, seja para o indivíduo. A virilidade como sistema defensivo do Eu permite, a um só tempo, acomodar a violência juntamente às interdições civilizatórias e aos demais recursos defensivos de autocontrole.

Cabe ainda a ressalva que, estabelecido o sistema de valores *viris* como defesa dos integrantes desse conjunto, à presença de mulheres na corporação não muda necessariamente esse cenário, sendo o mais provável que esse sistema se imponha sobre elas como violência adicional. Em pesquisa de Camila Gripp e Alba Zaluar (2017, p. 9-15) sobre as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) do Rio de Janeiro, as autoras destacam a feminização da polícia por essa política em especial. Enquanto na PMERJ em geral 4% do efetivo é composto por mulheres, esse número chegava a 14,3% nas UPPs. A estratégia de comunicação da política pública, inclusive, fazia uso

dessa feminização, explorando na propaganda oficial as imagens das policiais a fim de transmitir a ideia de uma polícia mais comunitária e conciliatória. A pesquisa de campo, no entanto, identificou que nessas unidades havia uma grande unidade grupal em torno da compreensão tradicional de masculinidade, com recurso a práticas informais de ataque a feminilidade e a masculinidades alternativas. As mulheres são afastadas das atividades de campo, sendo colocadas em atividades de status identitário mais baixos, no qual não há riscos. Independentemente do nível hierárquico da polícia todas são tratadas indistintamente como *fem*. O comportamento sexual é também utilizado para destacar a assimetria de poder, sendo comum os policiais partilharem entre si suas “conquistas”, frequentemente realizadas dentro de um contexto de relações extraconjugais. As mulheres não ocupam postos de comando e mesmo a sugestão dessa possibilidade é desprezada.

Uma vez que as condições de risco que envolvem o trabalho policial permanecem os mesmos, impõem-se as policiais a mesma exigência de recursos defensivos que aos colegas homens, com o agravante de se tratar de uma corporação hegemonicamente masculina. Para serem aceitas no grupo ou elas aderem ao sistema viril, no qual elas devem provar diariamente não apenas serem tão viris quanto os homens, mas mais viris que eles (MOLINIER, 200 E DEJOURS 1998b). Ou aderem a defesa de uma feminilidade como máscara (RIVIÈRE, 1929), expressando uma feminilidade exacerbada que oculta sua capacidade de fazer frente aos mesmos desafios que os homens em prol de atender as expectativas (reais ou fantasiosas) do grupo. Cabe destacar que, tal como a virilidade, a feminilidade mascarada nos termos inaugurados pela psicanalista Joan Rivière não é processo consciente e como tal não se limita ao campo do trabalho, se espraiando para outros campos de vida dessas agentes. É emblemática na pesquisa de Gripp e Zaluar (2017, p.11) a fala de uma policial feminina que diz aceitar bem o papel que lhe é delegado no trabalho nas funções administrativas porque ao contrário dos seus colegas homens ela ainda terá muito trabalho quando chegar em casa, não tendo uma esposa para alimentá-la.

Em comum, restam aos policiais e às policiais o risco e a discricionariedade sobre a violência que a sociedade lhes entrega. Equilibrando-se entre as expectativas da sociedade, os riscos reais de ferimento e morte e a necessidade de uma identidade mantenha tudo isso em funcionamento, aos indivíduos que ocupam esse lugar social à defesa viril emerge como solução. Desinteressada sobre como esses agentes e

essas agentes desempenharão seus papéis e o impacto dessa atividade na constituição subjetiva desses homens e mulheres, grande parte da sociedade nutre a expectativa de que a violência possa ser utilizada apenas na justa medida de seus interesses. Assim, fechando os olhos para o que enlaça indivíduo e sociedade, ao que une “Billy”¹⁹, “bandido de farda” e policial comum, produzimos parte do problema que desejamos solucionar.

A atenção aos processos de subjetivação, para além da questão dos Agentes de Segurança, nos preserva também de uma interpretação histórica ingênua quanto ao que alimenta a sujeição criminal ou a “criminologia do outro”. Ao comentar sua surpresa com a reforma da decisão pelo Tribunal de Justiça no caso de Silva o promotor faz a seguinte construção:

o que me surpreendeu foi o Tribunal. Surpreendeu porque eu esperava uma análise técnica do Tribunal. E não foi técnica. [...] Assim como não foi técnico [...] no caso do Carandiru [...]. Não foi técnico. Assim como não foi técnico do primeiro caso do Carandiru lá do Coronel, que eles absolveram. [O] relator do caso do Carandiru [...] querendo que o sujeito fosse absolvido. Isso não pode! O Tribu... você não pode passar por cima do júri, você tem que anular e mandar a novo julgamento. [...] minha opinião: eles olharam, "ah o sujeito era bandido. Mataram. E daí?". Então, tira do júri. Acho que foi isso que eles fizeram. Não teve nada de[...] técnico. [...] E assim, eu entendo a raiva que o PM tem de PCC, e policial tem de PCC, eu também tenho. [...] Interceptação telefônica, você ouve as conversas, vê como que são, como que eles pensam, como que eles falam. Que que importa pra eles, que que não importa. [...] esse povo [...] não tem dó de ninguém, eles são terríveis, né? Eu não tenho o menor sentimentalismo em relação a eles, assim é... agora, a gente tem que cumprir a lei, né?

A primeira questão que nos é relevante na colocação do promotor é que sua posição crítica com relação à decisão do Tribunal, devido a uma suposta concepção de que Silva seria um bandido e por isso não importaria a razão pelo qual teria sido morto, não o impede de afirmar seu alinhamento com os policiais de raiva contra o crime organizado ou, nos termos de nossa análise, de compartilhar do processo de sujeição criminal, ao deslocar do crime para o sujeito um caráter malfeitor – “esse povo não tem dó de ninguém [...] Eu não tenho o menor sentimentalismo em relação a eles”. Ocorre que ele evoca sua experiência no enfrentamento do crime organizado para fundamentar sua posição e não uma teoria criminológica, social ou da personalidade. Assim não se pode menosprezar o caráter real e impactante da

¹⁹ Referência positiva utilizada por policiais em reconhecimento aos agentes que se destacam no enfrentamento violento aos “bandidos” (NUNES, 2018, p.23).

violência em sua forma criminal como componente importante na alimentação desse processo.

A descrição de Misse, (2014) com relação ao fenômeno da sujeição criminal, aborda a questão de que os indivíduos e grupos sobre os quais recaem a suspeita de potencial para o crime tendem a incorporar essa expectativa em sua constituição subjetiva. Internalizam essa expectativa como algo real, o que resulta em um desenvolvimento que tem como referência a capacidade do indivíduo em concretizar ou contrariar essa expectativa mediante esforço e mérito pessoal. Aqueles que, por alguma razão, confirmam as expectativas sobre eles depositadas, têm fortalecida essa identidade criminal, violenta e perigosa, que garante um estatuto de normalidade à violência extrema. O indivíduo que comete a violência não a compreende como desvio, mas como parte de sua “natureza”. Pelo avesso dos policiais, os “bandidos” são, no plano subjetivo, igualmente autorizados ao uso da violência, uma vez que deles se espera isso. O processo descrito por Misse, no que se refere a internalização das expectativas sociais como evento crucial na formação subjetiva de seus integrantes e sobre as expectativas e valores que atribuem a si mesmos, assemelha-se às observações feitas por Norbert Elias (2000) sobre a figuração estabelecidos e *outsiders*:

Assim como, costumeiramente, os grupos estabelecidos veem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam afetivamente sua inferioridade *de poder* como um sinal de inferioridade *humana*.

Tanto Misse quanto Elias apontam para a radicalidade com que a figuração social²⁰ produz subjetividades e, naquilo que se refere ao nosso problema, resultam em sujeitos violentos. Seja o policial, seja o criminoso, sua violência (inclusive a letal) derivaria dessa figuração social na qual a expectativa de violência alimenta a violência real e vice-versa. Entretanto, no que se refere especificamente a dimensão inconsciente da violência letal, a questão pode ser ainda mais complexa.

Adeptos da “criminologia do eu”, que se opõem a “criminologia do outro” que vimos criticando, tendem a colocar o criminoso “como uma espécie de agente econômico racional” (ALVAREZ, p.57). Com o crime tomado como um ato trivial, as decisões sobre cometê-lo ou não, resultariam de uma ponderação de riscos e

²⁰ Ainda que sujeição criminal descrita por Misse seja mais que uma figuração social ela também o é.

benefícios. Trata-se de um modelo bastante pertinente para crimes patrimoniais ou para os tráficos, mas que apresenta lacunas com relação aos crimes contra a vida. Mesmo nos casos em que o homicídio tenha sido motivado por uma escolha racional de ponderação entre riscos e benefícios, tal reificação da vida como um bem disponível acomoda uma evidente irracionalidade. No polo oposto, Elias (1997, p. 401) entendia que não havia cabimento em se postular uma tendência inata aos seres humanos de atacar seus semelhantes. Isso o faz atribuir grande nexos causal entre os conflitos identitários e as manifestações de violência. Face a este impasse, recorremos a psicanálise como uma terceira via de esclarecimento, que nos permitirá adentrar a um segundo aspecto da fala do promotor nesse tema: “Eu não tenho o menor sentimentalismo em relação a eles [...] agora, a gente tem que cumprir a lei, né?”.

Se a pedra angular do pensamento social freudiano está na cena do parricídio como apresentamos no capítulo anterior, ela revela que para Freud o assassinato seria, não fossem as interdições, uma forma acessível de expressão dos instintos, balizada exclusivamente pelos limites de força física disponíveis ao indivíduo. No caso do policial, o conflito que se coloca para o “especialista em violência” não está então apenas na violência treinada ou estimulada, mas na desinterdição de seus instintos violentos. Como consequência, a violência letal autorizada socialmente para que cumpra determinados fins, irrompe no sujeito como alternativa de resolução de conflitos de diversas ordens, como observa Nunes (2018, p. 124) após suas entrevistas com policiais homicidas: “Para quem já está habituado com a morte no ambiente profissional matar pode ser apenas uma forma de resolução de um conflito doméstico ou de ganhar um dinheiro extra”. Em suas entrevistas com ex-policiais condenados por homicídios em contextos diversos, não necessariamente cometidos no exercício da função, a pesquisadora observa como tais crimes emergem como consequência do envolvimento desses sujeitos em ocorrências prévias de assassinatos cometidos no exercício da função e pelo qual não foram responsabilizados.

Como abordamos anteriormente, Freud inscreve a interdição que impediu os sucessivos assassinatos do chefe da horda primeva, na ordem da herança arcaica, repetida em intensidade e frequência suficiente na espécie para que pudesse ser transmitida como resto mnemônico, possibilitando o advento da cultura. Trata-se de algo que no princípio foi ato, mas que se atualiza a cada geração na constituição do

psiquismo, podendo ser observada na clínica e em especial no complexo de Édipo – no qual reedita-se, no desenvolvimento de cada pessoa, a repressão de uma violência de morte em potencial. De maneira sintética, o que se coloca como conflito psíquico para os “especialistas em violência” e para os “bandidos”, é a sobreposição de sistemas de interdição e desinterdição dos instintos que constituem o sujeito.

No plano psíquico, independentemente da identidade profissional ocupada pelo sujeito ou do tipo social que lhe é atribuído, a instância que representa os valores da “civilização”, reprimindo a expressão de instintos que possam vir a maculá-los (sejam eles agressivos ou eróticos), é o Super-Eu ou ideal do Eu:

O que a biologia e as vicissitudes da espécie humana criaram e deixaram no Id é assumido pelo Eu, através da formação do ideal, e revivenciado nele individualmente. Graças à história de sua formação, o ideal do Eu tem amplos laços com a aquisição filogenética, a herança arcaica do indivíduo. O que fez parte do que é mais profundo na vida psíquica de cada um se torna, através da formação do ideal, no que é mais elevado na alma humana, conforme nossa escala de valores. (...) Não é difícil mostrar que o ideal do Eu satisfaz tudo o que se espera do algo elevado no ser humano. Como formação substitutiva do anseio pelo pai, contém o gérmen a partir do qual se formaram todas as religiões. (...) No curso posterior do desenvolvimento, professores e autoridades levam adiante o papel do pai; suas injunções e proibições continuam poderosas no ideal do Eu, e agora exercem a censura moral como consciência. A tensão entre as expectativas da consciência e as realizações do Eu é percebida como sentimento de culpa. Os sentimentos sociais repousam em identificações com outras pessoas, com base no mesmo ideal do Eu. (FREUD, 1923/2011, p. 33-4)

É pelo ideal do Eu que a herança arcaica se atualiza individualmente na experiência edípica. Como formação substitutiva dos anseios do pai, ao tempo em que esta formação tem laço com a aquisição filogenética, ela também representa a base sobre as quais as injunções e proibições sociais são internalizadas e passam a exercer censura moral como consciência. Essa dinâmica se estabelece ao custo de uma violência intrínseca, intrapsíquica, do ideal do Eu/Super-eu, contra o Eu, a lhe apontar implacavelmente sua insuficiência.

Do ponto de vista da restrição instintual, da moralidade, pode-se dizer que o Id é totalmente amoral, o Eu se empenha em ser moral, e o Super-eu pode ser hipermoral e tornar-se cruel como apenas o Id vem a ser. É notável que o homem, quanto mais restringe sua agressividade ao exterior, mais severo, mais agressivo se torna em seu ideal do Eu. Para a consideração habitual é o oposto, ela vê na exigência do ideal do Eu o motivo para a supressão da agressividade. Mas o fato permanece como o enunciamos: quanto mais um indivíduo controla sua agressividade, tanto mais aumenta a inclinação agressiva do seu ideal ante o seu Eu. É como um deslocamento, uma volta contra o próprio Eu. Já a moral comum, normal, tem o caráter de algo duramente restritivo, cruelmente proibitivo. Daí vem, afinal, a concepção de um ser superior que pune implacavelmente. (FREUD, 1923/2011, p. 51-2)

O instinto de destruição que é a base da violência do homem contra seus semelhantes refere-se ao mesmo instinto de morte voltado contra o próprio Eu, desviado em sua finalidade para um objeto externo. O reconhecimento dessa violência constitutiva tem consequência para a compreensão da violência como fenômeno social, como elucida Endo (2005, p. 196-7):

Justamente porque a violência é uma experiência intrínseca e fundante do aparelho psíquico é que não haverá meios para o sujeito de não ser, profundamente, marcado por ela. Seja por intermédio do sentimento de responsabilidade, ou da exacerbação do sentimento de culpa, ou da construção de modelos identificatórios plausíveis e outros insustentáveis, ou das formas de relação pré-genitais afogadas na repetição compulsiva; seja em as formas de heterodestruição que degradam, ao mesmo tempo, o sujeito que as comete impactando o psiquismo e excedendo-o desde fora. [...] [O] sujeito paga caro toda restrição imposta ao id, e [...] a agressão dirigida ao exterior não é mais do que uma tentativa de fazer o outro pagar esse ônus da auto-agressão, ou ainda fazer jus a ela.

A expressão da violência pelo sujeito não é um processo de escolha racional e tampouco maldade inata, predisposição pura de agredir ao outro. A complexidade da internalização da violência nos termos que procuramos apresentar é de que ela é um caminho de dupla via na qual a violência institucionalmente treinada, pela polícia por exemplo, ou socialmente compartilhada pela figuração social, encontra uma violência constitutiva do sujeito que procura vazão. Desse modo é ilusório pensar que a expressão da violência, uma vez autorizada, possa ser restringida exclusivamente no âmbito da decisão discricionária do policial informada por treinamentos e formações em direitos humanos. O processo de injunções e proibições estabelecidos pelo Estado Democrático de Direito para a vida em sociedade, o respeito aos direitos humanos, não se dá sem um alto custo psíquico. Se, por necessidade, conveniência ou conjuntura, a um determinado grupo essas injunções e restrições são relativizadas, seja em maior ou menor grau, é esperado que indivíduos, motivados por suas dinâmicas internas, excedam seus papéis ou utilizem da violência letal como meio para atingir fins outros. Quanto mais esses grupos forem instigados a “guerrear”, maiores serão os resultados desses excessos e desses desvios. Nessa perspectiva o aumento do índice de letalidade da ação policial estaria menos ligado ao regime político a que os “especialistas em violência” estariam servindo, e mais vinculados ao quanto eles estariam sendo instigados a combater “inimigos” a qualquer custo e impunemente, uma vez que em qualquer cenário eles detêm a autorização para o uso da violência.

Em suma, se as razões pelas quais nossa histórica desigualdade social é incomparavelmente letal perpassam pelos elementos que apresentamos, o enfrentamento dessa letalidade não deve ter como foco exclusivo a redução dessa desigualdade ou a desestigmatização dos grupos marginalizados. Há que se considerar uma alteração na figuração social (e não apenas dos tipos sociais extermináveis) e o grau de violência real e desinterditada que circula entre os grupos. Compondo nossa análise sobre o silenciamento de Silva, temos que o silenciamento da vítima na figuração social brasileira deriva também de um processo de subjetivação onde não há vítimas, só inimigos. A violência é legítima e suspende sua interdição civilizatória para os grupos em guerra. As mortes decorrentes da intervenção policial não são desvios, mas a regra.

Mas ocorre que sempre há resistência. Sempre há vítimas e a resistência insuperável de seus corpos mortos. Dedicaremos o próximo tópico a ela.

3.4. Inconsciente jurídico: vítimas, trauma e repetição

Diante de nosso apontamento sobre o impacto que o dilatado tempo do processo, apontado pelo juiz, teria na vida dos familiares das vítimas, ele responde:

Aí a vítima não é parte do processo. [...] Aí se estabelece apenas uma relação entre [...] interesse do Estado em punir, *jus puniendi*, o poder de punir do Estado, de um lado, que é representado pelo Ministério Público, para fazer acusações, que tem o interesse de punir, de prender, e do outro lado o réu, uma pessoa que eventualmente será acusada. O juiz ele não toma partido, nem de um lado nem do outro, numa hora dessas. E a família ela é afastada do embate aí dessa... ela pode até atuar como assistente de acusação, depois que começa o processo, pode até atuar com um advogado, para acompanhar, etc. e tal, mas não há um interesse processual da família diretamente nisso. Há um interesse, obviamente, pessoal, interesse moral, interesse é... até como cidadão, mais em termos de cidadania, mas não há um interesse direto na investigação. Então, a vítima não é chamada a participar disso tudo, é o Estado que tem a responsabilidade mesmo de fazer a apuração, é o interesse do Estado acusar.

O processo criminal opera deliberadamente uma redução que exclui o interesse da vítima em investigar e punir. O interesse pessoal da vítima é substituído por um interesse do Estado, conduzido por seus representantes, que por sua vez, formalmente, o fazem em nome de um interesse da sociedade. Sobre os operadores do direito isso repercute também subjetivamente, de modo internalizado, o que os cega ou torna insensíveis a algumas questões. O promotor em sua fala sobre o

assistente de acusação contratado pela defesa, por exemplo, revela sua opinião de que considera tratar-se de uma atuação que não acrescenta nada. Revela que normalmente a atuação desse advogado é de ir ao júri cobrar o andamento do processo, comparecer às audiências e muitas vezes sequer ele fala no momento do júri. Apesar de não recusar a contratação de assistente de acusação pela família, quando consultado sobre o tema, sempre compartilha essa sua posição, assegurando que fará seu trabalho acusatório como obrigação e que a família não precisaria pagar por isso. No entanto, quando questiono que, considerando que não há lugar no processo para os familiares da vítima, normalmente elas não têm qualquer informação sobre o andamento do processo (o que ocorre no caso dos familiares de Silva), ele pontua: “Isso é muito comum [...]. ‘A gente achou que não tinha virado nada’. Porque na verdade as pessoas não esperam muita coisa. Quando o tempo passa e ninguém chama, elas não esperam grande coisa”. A relevância de saber do andamento do processo, de ser comunicado sobre ele, e a importância para a família de que ele tenha em desfecho rápido não estão no horizonte do promotor em sua análise, mesmo que conscientemente ele conheça essa informação. Na fala do juiz isso aparece de outra forma, percebida nos momentos em que escolhe interromper a narrativa do caso e acelerá-la. Durante o relato do depoimento dos pais de Silva o juiz interrompe: “Bom, mas de toda forma eles não viram os fatos, não assistiram. Nem a mãe, nem o pai. [...]. Então vamos pular os depoimentos que já estou satisfeito. Eu não me lembro do fato, mas... não vamos longe aí”.

Em abstrato, compartilha-se a ideia de que a exclusão da vítima do polo acusador, substituída pelo interesse da sociedade, é importante para tirar da punição criminal um caráter revanchista, parametrizando-a a partir do ato criminoso e não do caráter do réu ou da vítima. Considerar o dano subjetivo da vítima ou de seus familiares “contaminaria” o processo judicial, uma vez que a percepção viesada destes com relação ao crime afastaria a justiça de sua objetividade processual. No *setting* do processo criminal, mesmo quando falam, familiares tem sua fala desqualificada. Mesmo para a construção do perfil da vítima, considerado relevante para a condenação ou absolvição do réu, a fala de seus familiares é menosprezada, como aponta o promotor:

O efeito é muito pequeno, eu acho. É muito pequeno. Porque... eu acho que, aí cai um outro chavão também, que pra família o cara é bom. Entendeu? Então ninguém leva muito a sério. Isso em geral no processo né? Quando... pega um civil, sendo processado, tal. Geralmente ele chama pessoas pra

depor em favor dele, pra dizer que ele é bom, etc. e tal. Geralmente é gente da família. Ninguém leva a sério. Quando você tem álibi, "você tem um álibi?" "tava com a minha mãe", não sei o que, ninguém leva a sério. "Tava com a minha esposa". Ninguém, sabe? Então, tem aquela história, pra mãe o filho é sempre bom.

O fato de existirem razões para que a vítima seja excluída do polo acusador e para que a fala de seus familiares seja menosprezada no processo, remete a função necessariamente redutora do direito. Nos termos apresentados pelo juiz:

esse negócio de verdade real não existe, para nós. A verdade real é o que aconteceu, e o que aconteceu exatamente não é o que o processo retrata. O processo tem uma verdade processual. E essa verdade processual se busca com provas.

Buscar a verdade processual com provas não é excluir apenas o que é falso, mas é excluir também, preventivamente, o que seria falseável, no caso, o testemunho de pessoas afetivamente implicadas com o crime. Paradoxalmente, no *setting* jurídico as pessoas que mais poderiam falar sobre a importância do evento, sobre a importância daquela morte e de seus efeitos, que poderiam transmitir o legado daquela morte, são as pessoas cuja palavra menos tem validade para a verdade processual.

Sem a palavra das vítimas, mortas, e de seus familiares, desqualificada como prova, o roteiro jurídico se repete indefinidamente: assassinato de um bandido (ou de alguém que pudesse ser confundido com um), versão policial, arquivamento/impronúncia/absolvição. As poucas exceções a esse roteiro servem apenas para confirma-lo, pois só ocorrem caso a vítima ou o acusado sejam destituídos de seu papel (sendo substituídos pela vítima que era "cidadão de bem" ou pelo acusado "bandido de farda"). Fosse contado o caso de Silva ou de qualquer outra vítima de policiais no exercício da função, nossa impressão é de que os temas tratados ou as associações disparadas, ainda que valorosas para nossa análise, seriam as mesmas. No entanto, da escuta psicanalítica da repetição jurídica pela voz de nossos colaboradores, da negação da vítima em seu estatuto de sujeito, podemos entrever uma outra repetição: uma repetição de cunho traumático.

Para que seja compreensível ao leitor não familiarizado com a psicanálise a interpretação da qual lançaremos mão, é importante frisar que, sucintamente, o que caracteriza o traumático, na perspectiva psicanalítica, não é a violência do golpe, do agente do trauma, mas sim, em um tempo posterior, a impossibilidade desse golpe

ser inscrito, ser representado. A dissociação entre afeto e sua representação é o que caracteriza o traumático e impele o sujeito à repetição por meio do sintoma²¹.

O que nos alertou quanto à repetição traumática presente na fala de nossos colaboradores, apesar de imediato na percepção, não é tão simples de traduzir em reflexão, tendo sido necessário percorrermos os três primeiros tópicos de análise para chegarmos aqui. Primeiro pela diferença de *setting*. Não estamos nos referindo aqui a um trauma da pessoa do juiz ou da pessoa do promotor. Tampouco é possível fazer uma analogia simples de que se trataria de um trauma do Sistema de Justiça, posto que o sistema não é uma pessoa. Para que seja possível a compreensão da escuta do traumático é preciso primeiramente retomar, como desenvolvemos no tópico 3.1, o quanto a fala própria do juiz e do promotor são, ao mesmo tempo, falas que lhes pertencem e falas que ecoam a *voz do conjunto*, internalizadas por meio da constituição de sua identidade profissional e senso de pertencimento institucional. Segundo pelo dimensionamento temporal. Se o traumático do qual tratamos refere-se ao que pôde ser ouvido da *voz do conjunto*, ele não se limita ao tempo de pertencimento de nossos colaboradores à instituição, mas à história da própria instituição, o que exige minimamente a reflexão que realizamos no tópico 3.2. E em terceiro, porque reconhecida a pertinência da análise como escuta da *voz do conjunto*, para que exista alguma pertinência da crítica psicanalítica é necessário retornar ao sujeito, ao processo de sua constituição singular e a sua relação com a violência, o que abordamos no item 3.3.

Interpretaremos então a repetição. Aquilo que está na fala de nossos colaboradores, mas também já circula socialmente em outros meios, acadêmicos ou não, por ser conformado pelo explícito enquadramento do discurso jurídico. Interpretaremos a violência jurídica, na medida em que ela se repete não apenas nas relações sociais, mas também no psiquismo dos sujeitos.

Somente os mortos podem julgar a pura violência da apropriação histórica de filosofias da justiça: somente a partir da perspectiva dos mortos pode essa violência disfarçada de justiça e mascarada como direito ser vista em sua nudez e submetida a julgamento.

O direito – e o tribunal em si mesmo – estão, portanto, não inteiramente (e não por definição) do lado da justiça: partilham da violência da história. Assim o direito deve ser julgado juntamente com a própria história. Como a história, o direito tem uma relação inerente com a morte. É precisamente essa relação constitutiva do direito com a violência e a morte que tem de ser desnudada e,

²¹Para um itinerário sobre a teoria do trauma em Psicanálise e sua articulação com a violência ver Endo (2005), p. 121-146.

por sua vez, denunciada. “A tarefa de uma crítica da violência” – Benjamin observa – “pode ser resumida como aquela de expor suas relações com o direito e com a justiça. (FELMAN, 2014, p. 45).

Shoshana Felman (2014, p. 95), a partir de sua análise sobre julgamentos históricos e de narrativas artísticas que articulam direito e trauma, propõe uma teoria das repetições jurídicas que se assentariam em um inconsciente estrutural do Direito. Nos apresenta que o que daria a um julgamento sua dimensão filosófica e sua profundidade histórica são três características: (1) sua complexa estrutura traumática; (2) sua natureza transjurídica, ou a repetição que projeta de outros julgamentos; (3) sua tentativa de definir juridicamente algo que não é redutível a conceitos jurídicos. Em sua visão, o julgamento como narrativa de trauma seria uma “das respostas humanas ao choque de uma realidade insuportável de morte e de dor”, ato linguístico de intervenção cultural e social (FELMAN, 2014, p. 92). Defenderemos que, mesmo sem a repercussão histórica dos casos analisados por Felman, as características elencadas pela autora se aplicam ao julgamento do caso de Silva, o que nos permitirá também compreendê-lo como resposta a um trauma coletivo que o excede e cuja reparação ele estava fadado a falhar.

Para compreensão da complexa estrutura traumática do caso de Silva e dos casos que envolvem o policial no exercício da função como autor do assassinato, é necessário que se compreenda outra característica do evento traumático, na perspectiva da psicanálise. Informamos anteriormente que o traumático se refere à impossibilidade de inscrição, de representação, da violência sofrida. Em outros termos, nos referimos a falência dos recursos defensivos do Eu em processar a agressão. Para além do excesso de violência, a surpresa é um fator preponderante para a instalação de uma neurose traumática, como destaca Endo (2005, p. 136-8):

A surpresa, a impossibilidade de preparação anímica frente ao perigo e às mudanças bruscas daí decorrentes definem de antemão um enorme obstáculo ao trabalho psíquico. Trata-se de uma desabilitação total das defesas do ego [Eu], colocado previamente, fora de jogo. [...] O choque traumático representa o horror que advém do fracasso das defesas egóicas, capazes de tomar posse das atribuições psíquicas e se impor para além de qualquer mediação, submetendo o aparelho psíquico à repetição estancada e empobrecedora. Isso faz do ego, após seu fracasso, um vassalo da situação traumatogênica, condenado a repeti-la

Um dos aspectos que configura a violência cometida por agentes de segurança pública como violência traumática, é a expectativa de que se tratam de agentes encarregados de nossa proteção. É a surpresa da violência. Não é possível

desvencilha-los desse papel, como é possível fazê-lo com os “bandidos”. Não acreditar na boa fé do agente de segurança pública seria abdicar de algo fundamental do contrato social, no qual abdica-se do uso da força física e da luta de todos contra todos, sob a perspectiva de que a violência, desde então e por meio desses agentes, somente será utilizada, se necessário, para a própria preservação do laço social. A inscrição traumática dessa violência na cultura, manifesta-se no julgamento como denegação do ato, como cegueira. Trata-se, no caso de Silva, da cegueira da segunda instância em ver a mensagem que seu corpo morto e espancado veiculava: a impossibilidade de que a versão policial fosse verdadeira.

ver – como a essência da atividade cognitiva e como o fundamento tanto da consciência quanto da memória – é [...] um ato que não é simplesmente fisiológico; pode [...] ser inerentemente, inconscientemente político. [...] Eu sustentaria [...] que as limitações das possibilidades de ver, as exclusões estruturais a partir de nossos quadros factuais de referência, são determinadas não só por ideologia (consciente ou inconscientemente), mas também por uma intrínseca *deficiência cultural para ver o trauma*. [...] trauma é precisamente o que não pode ser visto; é algo que inerente, política e psicanaliticamente derrota a visão, mesmo quando esta entra em contato com as regras de evidência e com a investigação jurídica do julgamento em busca de visibilidade. Assim o político está essencialmente ligado à estrutura do trauma. É, portanto, para a estrutura do trauma (e não simplesmente para uma diferente ideologia) que nossos “olhos” deveriam ser precisamente *educados* (FELMAN, 2014, p. 115-6)

O fracasso do julgamento em reconhecer o trauma, em enxergar o corpo espancado de Silva, ecoa um fracasso cultural em reconhecer o ódio. Para além da condição estrutural de surpresa pela violência perpetrada por um agente de segurança pública de um Estado Democrático de Direito, denega-se o histórico e o caráter elitista das instituições brasileiras, como veículo de um ódio racial, como veículo de um ódio de classe. A legalidade dos atos jurídicos que, reiteradamente, inocentam os matadores de negros, pobres e periféricos, repetem a incapacidade dessas instituições em fazer justiça ao todo social e em reconhecer as razões desse fracasso. Repetem inconscientemente sua história de perseguição às classes populares. Cego para ver o corpo espancado de Silva, o julgamento o mata uma vez mais, decretando a irrelevância de sua morte. O corpo morto e espancado que reclamava comunicar o ódio do sistema contra sua classe, contra seu tipo social, que promoveu seu extermínio, ao contrário, passa a veicular a soberania da sujeição criminal em conformar não apenas subjetividades, mas também seus corpos. No momento em que o corpo espancado se torna corpo acidentado pela força da lei, desnuda-se “a

violência disfarçada de justiça e mascarada como direito”. Pergunto ao juiz a capacidade do Sistema de Justiça em conseguir minimizar suas influências ideológicas históricas ao que ele responde:

Acho que não consegue. Esse é o tipo do processo que mostra que não consegue. O sistema não consegue, você depende de várias pessoas, de vários entendimentos, a questão extrapassa a técnica processual... Da mesma forma que um juiz é técnico o outro é técnico também, quer dizer, a técnica não é suficiente. [...] Esse negócio de legalidade não persegue isso. Cumpra-se a lei, pronto, cumpra-se a lei e não chegamos a lugar nenhum.

O caso de Silva pode ser caracterizado ainda por sua natureza transjurídica. Relembremos a percepção do promotor, ao comentar a decisão da segunda instância:

o que me surpreendeu foi o Tribunal. Surpreendeu porque eu esperava uma análise técnica do Tribunal. E não foi técnica. E essa análise do Tribunal não foi técnica. E assim como não foi técnico [...] no caso do Carandiru [...]. Não foi técnico. Assim como não foi técnico do primeiro caso do Carandiru lá do Coronel, que eles absolveram. [O] relator do caso do Carandiru [...] querendo que o sujeito fosse absolvido. Isso não pode! O Tribu... você não pode passar por cima do júri, você tem que anular e mandar a novo julgamento. [...] minha opinião: eles olharam, "ah o sujeito era bandido. Mataram. E daí?". Então, tira do júri. Acho que foi isso que eles fizeram. Não teve nada de[...] técnico.

O caso de Silva remete ao caso do Carandiru. Assim como remeteu também aos Crimes de Maio e ao apoio dos promotores à Polícia Militar no caso. Esses três casos remetem ao mesmo trauma coletivo e à mesma cegueira da justiça em reconhecer os crimes cometidos em nome do Estado, ou por consequência de seus atos, contra classes populares. Remete ao direito e à justiça criminal escravocrata, cuja preservação da vida era relativa ao valor da pessoa. Ao direito de nossos regimes autocráticos de assassinato e tortura preventiva dos opositores políticos. A cada vítima do Estado o sistema de justiça criminal tem nova oportunidade de fazer justiça a essas vítimas e a cada nova oportunidade, falha retumbantemente, fadado a repetição traumática de uma sociedade que insiste em denegar seus crimes e resiste a fazer justiça às vítimas de seu “processo civilizador”. O direito assim não apenas reflete o trauma, mas constitui-se como agente traumatizante em seu próprio âmbito, por dispor das ferramentas perfeitas para a denegação do crime:

aí eu não tenho dúvida. Porque é aquela visão que mataram um bandido, não vou ferrar o policial que matou o bandido, e precisava ter uma coisa muito escandalosa pra fazer isso. Por isso que eles fazem... e no direito, assim, se você quer chegar a um resultado... você tem o caminho, você tem caminhos. Né... o direito não é uma ciência exata. Então você tem caminhos pra chegar

naquele resultado. Então vai, vai achar argumento. E acharam. [fala do promotor ainda sobre a reforma da decisão em segunda instância].

Depositamos no Direito e na Justiça a expectativa de que eles possam encerrar nossos traumas individuais. A eles recorreremos, ainda que simbolicamente, diante de uma ofensa, de um dano, de um trauma. É recurso que dispomos para enfrentar as mazelas da coexistência, da vida em sociedade. Porém nem sempre ele dispõe das ferramentas necessárias para fazer frente a traumas coletivos, principalmente quando estes o incluem. Articulando as duas passagens destacadas nas falas do juiz e do promotor, vemos que a legalidade não só é incapaz de deter a violência traumática que matou Silva, como a repete, é sua cúmplice. É a margem interpretativa do sistema jurídico que legitima, pela legalidade, sua cegueira. Mas essa cumplicidade não pode ser vista no processo judicial e não pode, assim, ser julgada por ele. Assim como não podem ser vistos os demais cúmplices (quiçá mandantes) que selecionaram, treinaram e não controlaram os policiais que efetuaram os disparos, que desferiram os golpes. Estes nunca estarão no processo, nunca poderão ser julgados por ele.

A terceira característica apontada por Felman que daria a dimensão filosófica e profundidade histórica de um julgamento é sua tentativa de definir juridicamente algo que não é redutível a conceitos jurídicos. A análise do julgamento de policiais como resposta a um trauma coletivo, revela que a expectativa que depositamos sobre esses julgamentos está fadada ao fracasso, pela insuficiência do processo judicial, e da linguagem jurídica, em reparar integralmente o trauma coletivo da violência de Estado brasileira. A crítica que se direciona ao processo judicial nesses casos, à impunidade dos policiais, à violência estatal seletiva, não seria revertida mesmo que todos os policiais que excederam suas funções fossem presos. Como frisou o juiz, no processo acusam-se as pessoas, a pessoa do policial. A tentativa de elaboração do trauma da violência de Estado brasileira se repete a cada julgamento de um de seus agentes, mas o excede invariavelmente. O que, de outro lado, não significa que eles não sejam importantes.

Acerca do julgamento de Eichmann em Jerusalém, Hannah Arendt (*apud* FELMAN, 2014, p.195) em comunicação com Karl Jaspers defende a importância do julgamento, mesmo frente a um objeto que seria “maior que o direito”: “Não temos ferramentas a mão, exceto as jurídicas”. Comenta Felman (2014, p. 195) sobre a defesa de Arendt da relevância do julgamento:

Por enquanto, a ferramenta da lei está às mãos, por excelência, *uma ferramenta de apreensão da banalidade*, uma ferramenta especificamente de *desmitologização* e de redução deliberada, sóbria. E se o ofensor deve ser banalizado e desmitologizado para ser entendido em sua luz própria, assim também deve ser a vítima. A inocência da vítima não pode mais ser permitida para estourar a estrutura jurídica ou para explodir a ferramenta do direito. A vítima não deve mais ser poupada da banalidade da inocência.

O ensaio de Arendt (1999) sobre o julgamento de Eichmann, com o subtítulo “um relato sobre a banalidade do mal”, é normalmente referido por sua análise sobre a burocracia alemã e a banalidade do agressor, sendo recorrentemente denegada sua análise, que originalmente gerou muitas críticas à autora, sobre a implicação das vítimas, no caso os judeus, nesse processo. Apesar da defesa do julgamento, Arendt em sua obra é bastante crítica à maneira como ele é conduzido pelo Estado de Israel, como uma forma de reparação a histórica perseguição aos judeus e como reparação às milhões de vítimas da Shoá. Seu relato sobre a banalidade do mal é, como destaca Felman, não apenas um relato sobre a banalidade do agressor como um relato sobre a banalidade da inocência das vítimas. Sobre a responsabilidade dos judeus na Shoá, relata Arendt (1999, p. 141):

A questão da cooperação foi mencionada duas vezes pelos juízes; o juiz Yitzak Raveh arrancou de uma das testemunhas da resistência a admissão de que a “polícia do gueto” era um “instrumento nas mãos dos assassinos” e conseguiu também o reconhecimento da “política de cooperação dos Judenrat com os nazistas”; e no segundo interrogatório, o juiz Halevi descobriu com Eichmann que os nazistas tinham visto essa cooperação como pedra angular de sua política para judeus.

O julgamento, em sua forma, é capaz de veicular uma verdade que independe da vontade do Estado. Ao contrário do que pretendia o Estado de Israel, o julgamento suscitou em Arendt não uma empatia com as vítimas, que se enfileiraram uma após uma no banco de testemunhos, mas sua desmitologização. Dessa perspectiva ela pode analisar os processos pelos quais as vítimas tornavam-se partícipes da Shoá, abdicando definitivamente de qualquer valoração intrínseca aos grupos, nazista e judeu, de maldade ou inocência, que ocultaria a necessidade de compreensão do fenômeno em sua unicidade:

a aceitação de categorias privilegiadas – judeus alemães acima de judeus poloneses, judeus veteranos de guerra e condecorados acima de judeus comuns, famílias cujos ancestrais eram nascidos na Alemanha acima de cidadãos naturalizados recentemente etc. – fora o começo do colapso moral da respeitável sociedade judaica. [...] Para aqueles que não queriam fechar os olhos, deve ter ficado claro desde o começo que “era prática geral permitir certas exceções a fim de conseguir manter a regra geral com maior facilidade” (nas palavras de Louis de Jong num esclarecedor artigo sobre “Jews and

Non-Jews in Nazi-Occupied Holland”). [...] Moralmente, o mais desastroso na aceitação dessas categorias privilegiadas era que todos os que pediam uma “exceção” para o seu caso reconheciam implicitamente a regra, mas esse ponto aparentemente nunca foi percebido por esse “bons homens”, judeus e gentios, que se ocupavam com esses “casos especiais” para os quais pediam tratamento preferencial. (ARENDT, 1999, p. 148-9)

Se o julgamento como repetição traumática, exclui a vítima e a revitimiza por seus próprios meios, é também o julgamento, em sua redução deliberada e consciente, que pode reestabelecer alguma integralidade compreensiva, para além de uma intenção pré-determinada, que auxilie na elaboração de eventos traumáticos. A idealização da vítima, assim como a do “bandido”, eterniza uma condição que, retirada da história, barra também a possibilidade de mudança. A descrição arendtiana do processo que possibilitou a colaboração de judeus no extermínio de outros judeus devolve para a história algo que, de outro modo, poderia ser internalizado como propensão natural ou sobrenatural de um povo ao flagelo e alerta sobre a possibilidade de ocorrência do mesmo fenômeno em outros povos. Em nossa análise, nos alerta especificamente para uma desmitologização das classes populares brasileiras. Ainda que ao longo da história nacional tenham sido elas sempre vítimas, tal fato não garante uma imunidade de seus integrantes ao populismo penal ou a qualquer outra política ou ideologia que sustente o extermínio. Nesse sentido, suas vozes podem ser de resistência, mas podem também ecoar os mesmos valores do sistema que as oprime, sem que isso deva nos escandalizar de modo especial.

O julgamento de Eichmann nos ensina ainda outra questão sobre a relação julgamento/vítima, não abordada por Arendt (1999), mas destacada por Felman (2014). Por meio da estratégia escolhida pelo promotor israelense, Felman destaca que o julgamento de Eichmann é, jurisprudencialmente, revolucionário, por trazer para o centro da prova o testemunho, normalmente, como já mencionamos, desqualificado das vítimas. Relata o promotor israelense sobre sua escolha (HAUSNER *apud* FELMAN, p. 189-90):

Há uma vantagem óbvia na prova escrita; seja lá sobre o que precise convencer, está lá em preto e branco [...]. Nem pode um documento ser [...] derrubado em interrogatório. Fala com voz firme; não pode gritar, mas também não pode ser silenciada....

Este foi o percurso adotado nos julgamentos de Nuremberg [...]. Foi [...] eficiente [...] Mas foi também uma das razões pelas quais os procedimentos falharam em alcançar os corações dos homens [...].

Em quaisquer procedimentos criminais, a prova de culpa e a imposição de uma pena, apesar de suma importância, não são os objetos exclusivos. Qualquer julgamento também [...] conta uma história. Nossas percepções e nossos sentidos são configurados para experiências limitadas... Nós paramos

de perceber criaturas vivas atrás dos crescentes números de vítimas; eles se transformam em estatísticas incompreensíveis.
[...]. Juntas, as várias narrativas de pessoas diferentes seriam concretas o suficiente para serem apreendidas. Desse modo, esperei sobrepor a um fantasma uma dimensão de realidade.

Felman destaca no julgamento de Eichmann que é justamente a falibilidade jurídica das testemunhas que o permite ser juridicamente pioneiro, ao explodir a estrutura jurídica “para legalmente dizer algo dizer algo (ou mostrar algo) que não é precisamente apreensível pelos conceitos e pela lógica jurídica” (p. 219). A autora sustenta “que o julgamento é, primária e centralmente, um *processo legal de tradução* de milhares de traumas privados, secretos, para um trauma coletivo, público e comunitariamente reconhecido” (FELMAN, 2014, p. 167).

O que de nossa parte pretendemos destacar é que justamente a fala da vítima, juridicamente falível, que constitui o caminho possível para que as instituições possam operar sobre o trauma, seja pela produção jurídica, seja pela mobilização do aparato extralegal que envolve o funcionamento do sistema de justiça. Durante sua fala o promotor conta de uma experiência com um sobrevivente de um homicídio múltiplo cometido por policiais. Esse sobrevivente, um jovem, estava cometendo um crime, de modo que não se tratava do estereótipo do trabalhador comumente presente em processos mais célebres de letalidade policial. No entanto, devido a necessidade de proteção da testemunha, o promotor acabou conversando com ela em mais oportunidades que o habitual, conhecendo sua história de vida e construindo um vínculo com o rapaz.

Pr: Então você começa a conhecer. Então você começa a ver esse lado [...], saber quem que é [...]. Apesar dos relatos de ser uma pessoa difícil, aqui não [...], então você vê uma outra... outra figura, né. Mas assim, eu não tenho dúvida de que [...] vai ser pintado como um assaltante, e...e...e assim que [...] vai ser visto. O cara que era o assaltante. E... pra mim, começa, você começa até a ter um certo afeto pela pessoa assim né? Começa a entender a pessoa, ver...

P: Muda a sua posição?

Pr: Mu...em relação ao caso? Não, em relação ao caso não, porque assim, é... pra mim... acho que até... assim... afeta um pouco, né? Porque você começa a querer mais que o cara pague pelo que ele fez.

O promotor relata o quanto isso o impacta, apesar de, em outro ponto, negar que isso interfira na condução da investigação, que seria feita da mesma forma, tendo ele se aproximado ou não da vítima. Entretanto, considerando que o trauma coletivo excede o direito, é interessante observar o quanto o processo judicial, para além de sua verdade oficial analisada em estudos jurídicos, sociológicos e filosóficos sobre o

tema, movimentando relações e afetos extraleais. O promotor relata, inconsciente de sua atuação nessa seara, a construção de um vínculo com o jovem que aparenta ter sido fundamental, não só para que o jovem sustentasse seu testemunho perante o júri, como para a própria elaboração da violência sofrida (talvez duas dimensões indissociáveis do mesmo fenômeno).

Ocorre que mesmo essa via de se operar sobre o trauma, tende a ser interditado pela configuração do processo legal e por aquilo que ele informa do processo de subjetivação de suas carreiras. Confessa o promotor sobre o contato pessoal com familiares de vítimas de homicídios

Eu não gosto de ter muito contato com vítima. Com família de vítima, essas coisas. Porque, pra... não me deixar envolver pelo sentimento deles né? Eu não gosto, mas é inevitável e acaba você ficando... então, quando você tem um caso desses, aí você fica... você fica naquela história, assim, poxa, vai ser um baque pra eles se não for condenado. Então aumenta tua responsabilidade. Então num caso desses você, acho que nesse sentido, aumenta minha responsabilidade comigo mesmo, sabe, pra... pra dar uma resposta praquelas pessoas. Aí sai um pouquinho daquela história da responsabilidade pelo trabalho que eu tô fazendo só. Fica uma coisa um pouco mais pessoal. E eu não gosto muito disso [...]. Homicídio é outra... é duro, né? [...] Eu acho que pior ainda não é nem quando você tem o processo, sabe, pelo menos você passou por aquela etapa, você tem um processo, você tem um acusado. Eu não iludo as famílias "ah não, fica tranquilo, vai condenar" [...]. Pelo contrário, já preparo a cabeça deles. Mas assim, o duro é quando você tem uma fase de investigação e que você não vê muita perspectiva de solucionar o caso. Aí é duro. É duro porque você vê o sofrimento deles. É... é duro.

A fala juridicamente falível da vítima e de seus familiares é então afastada não apenas por sua falta, mas por sua força em mobilizar afetos que devem ser reprimidos na atuação judicial. É interessante notar que essa afetação extraprocessual ocorre também com relação a interações com “bandidos” e com policiais que cometeram homicídios, tendo efeitos distintos no promotor. Com relação aos primeiros:

Mas, é... eu acho que essa história do... do... da vítima ser “bandido”, é... ninguém quer ver o lado, que que é aquilo, né? Quem que são, tal. Mas eu já conversei tanto com “bandido” [...], teve alguns que a gente conversava assim, no intervalo de um depoimento e outro, ficava conversando, e o cara conta algumas coisas da vida dele, você começa a ver umas coisas ali, sabe? Onde o cara foi parar. Como o cara veio parar aqui. Tem uns que são uns psicopatas. Você percebe ali, que você conversa com o cara... esse cara é doente. Mas tem cara que não. Tem cara que não é doente. Simplesmente ele foi, foi, foi, foi, foi, cresceu. Aí não para. Vais fazer um cara desse parar? Tem dinheiro, tem poder, tem não sei o que. Não para.

Já com relação aos policiais:

Às vezes eu vejo o PM lá na audiência, vejo que é um PM que trabalha, né, você vê, pô, o cara tá lá trabalhando, tal. Eu conheço, sei como é que é o trabalho deles, trabalhei com eles né... em operações... convivo... sei que é duro. Mas assim, fazer o que? Foi ele que optou por sair da lei. Então assim, nesse ponto não dá pra negociar.

[...]

[posteriormente, com relação ao impacto subjetivo sobre os promotores de se conhecer a pessoa envolvida no processo] Afeta, lógico, né? Afeta. Afeta a gente também, afeta, me afeta também, eu fico com dó muitas vezes do policial. Às vezes eu cindo, sabe? Fico com dó do policial. Assim o cara vai se ferrar, se for condenado, o cara tá enrolado.

Com relação a esse aspecto, avaliamos que é possível que elas anunciem um campo extralegal de análise, que caminha ao lado do funcionamento formal do sistema de justiça criminal e no qual as falas juridicamente imperfeitas, excluídas do processo formal, poderiam operar. Para além do processo pedagógico de formação dos bacharéis em direito ou dos atores do sistema de justiça criminal, poderia ser um campo importante de intervenção para modificação dos processos de subjetivação hegemônicos do sistema de justiça e para alguma intervenção sobre as repetições jurídicas traumáticas.

Reconhecer que a memória jurídica é constituída para além da repetição consciente de precedentes, nos termos propostos por Felman (2014, p. 92), “também por uma cadeia esquecida de feridas culturais e por compulsivas ou inconscientes repetições jurídicas”, expõe “na arena histórica o inconsciente político do direito”. Mais do que sua função de revelação informativa, é possível conceber assim o julgamento como uma oportunidade analítica, na concepção psicanalítica do termo, no qual os determinantes inconscientes de uma violência que é política, jurídica e institucional, podem ser interpretados e quiçá, elaborados.

CONCLUSÃO

O que pode nos dizer um corpo morto?

Toda a construção da tese foi sobre escutar o que tinha a nos dizer o corpo morto de Silva e que não foi ouvido pelo direito. Corpo espancado, executado, matável e silenciável. Foi sobre restituir-lhe sua autoridade narrativa. Sobre ser o interlocutor necessário para um testemunho do inconsciente.

Aquilo que se revelou dessa escuta, mais do que um testemunho sobre a existência e morte singulares de Silva, é um testemunho sobre as condições necessárias para o silenciamento de seu corpo. Sobre os mecanismos necessários para que um corpo assassinado violentamente nada diga sobre os horrores de nossa vida em sociedade. Sobre os processos subjetivos necessários para se apagar o horror da morte.

Primeiramente, o Estado de Direito. O Estado de Direito impõe uma hierarquia dos que estão vivos sobre os que estão mortos e, em uma morte privada (sem testemunhas para lhe conferir um estatuto público), faz prevalecer a versão do que se manteve vivo. A organização do Estado por meio de suas instituições e organizações, especializações e corporações, permite ainda a construção de subjetividades específicas, particularmente resistentes em lidar com o horror da morte e aptas a negá-lo. Nesse campo subjetivo, a legitimidade do Estado de Direito como meio mais adequado de resolução dos conflitos confere aos integrantes do Sistema de Justiça, que lhe representa, um alto grau de coesão identitária, que constitui um *esprit de corps* quase que inabalável, anterior ao corporativismo e resistente às mais profundas divergências. Como resultado, na poderosa narrativa jurídica sobre os fatos, a Justiça resta subordinada à legalidade e a legalidade, de modo velado, subordinada à dinâmica do conjunto dos sujeitos que compõem o Sistema de Justiça. Assim, a razão do apagamento da violência de uma morte, diferentemente do que preconizam os códigos, pode, ao mesmo tempo, não estar nos autos e não se configurar em ilegalidade.

Em segundo, o “processo civilizador” brasileiro e a construção de relações sociais que produzem mortes violentas em escala industrial e naturalizam sua ocorrência. Na história da constituição do Estado brasileiro e de suas polícias, a fragilidade do monopólio do uso legítimo da força e o emprego da violência letal em prol de interesses de classe e/ou para fins particulares resultou em uma sociabilidade

violenta, um *ethos* no qual a violência, seja como forma de se atingir alto valor identitário, seja como mera estratégia de sobrevivência, faz parte do laço social que constitui o sujeito que nasce no Brasil. Num contexto em que a segurança não é garantida satisfatoriamente pelo Estado a todos os cidadãos, floresce, no campo ideológico, a radicalização da expectativa de solução rápida e violenta para o problema da insegurança pública. Onde a violência letal é meio legítimo para se atingir determinados fins e o direito à vida é secundário face a outros direitos – em especial, o direito à propriedade – o reconhecimento da violência de uma morte não é suficiente para despertar horror nos sujeitos. Parte importante daquilo que o corpo morto de forma violenta poderia denunciar não pode ser ouvido em uma sociedade na qual o direito à vida é relativo e por sujeitos cuja constituição os anestesia para os horrores da violência letal.

Em terceiro, a legitimação da morte e seus efeitos na produção de subjetividades violentas. Em um ciclo de retroalimentação da violência letal, os processos que referendam o assassinato no Brasil produzem subjetividades efetivamente violentas que, impossíveis de se controlar ou de serem mantidas servis, por sua vez autorizam o uso da violência letal como estratégia de repressão a indivíduos desviantes. Esse ciclo de morte, no entanto, não atinge a todos igualmente, seja em seus reflexos intrapsíquicos, seja em relação àqueles que efetivamente farão o trabalho sujo ou pagarão com sua própria vida o preço desse pacto social. São especialmente vulneráveis a essa dinâmica os sujeitos criminais e os especialistas em violência e, dentre eles, os de “baixa patente” em sua maioria. O pertencimento de Silva a essa classe de sujeitos em guerra na qual o homicídio não é desvio, mas regra de resolução dos conflitos, serve como mais um elemento para silenciar a covardia que seu corpo espancado denuncia.

Por fim, o trauma coletivo da sociedade brasileira em sua prática de extermínio seletivo, histórico e institucionalizado, o qual os julgamentos fazem só repetir e revitimizar. Revela-se na cegueira estrutural do processo judicial em reconhecer o corpo espancado e executado de Silva, sintoma de uma repetição traumática a partir da qual estabelecemos a interpretação do inconsciente jurídico do Sistema de Justiça Criminal brasileiro. O que repousa no que, como Felman (2014), nomeamos de inconsciente jurídico é o caráter político das instituições de justiça e seu limite em fazer frente a violência da qual ela também é veículo: a violência dos poderosos contra os oprimidos. O uso do Estado como veículo de um ódio de classe, de um ódio racial,

incorporado nas subjetividades de policiais, acusadores, julgadores, é traumático na medida em que excede a capacidade do julgamento em fazer justiça e golpeia a democracia por meio de suas próprias instituições reguladoras. Essa repetição traumática de arquivamentos, impronúncias e absolvições face a agentes de Estado que matam no exercício de sua função, esforça-se em apagar os rastros dos reais mandantes desses crimes, dos quais inconscientemente somos cúmplices ao não nos horrorizarmos com os inúmeros corpos sobre o qual edificamos nossa sociedade. O último elemento a contribuir para o silenciamento do corpo espancado e executado de Silva refere-se, portanto, àquilo que implica a todos nessa violência e a que mesmo a penalização do(s) autor(es) dos disparos e golpes não seria suficiente para fazer justiça.

No entanto, ao fim e ao cabo, o corpo morto resiste em sua capacidade e autoridade narrativa e sobre ela se assenta a possibilidade da construção de novas narrativas, como a inaugurada por esta tese. Um dos aspectos desencadeados pela história de Silva que ocuparam as falas de nossos colaboradores, ainda que veladamente, foram histórias de sua inserção no Sistema de Justiça Criminal e uma visão crítica deste. Pudemos acessar com a metodologia proposta nesse trabalho um mosaico de narrativas pessoais latentes sobre justiça, crime e identidade que, somado ao mosaico já existente de atos jurídicos, provas, evidências e indícios documentados, nos trouxeram até aqui. Por meio do método que propomos, a história que se pode contar a partir do processo judicial torna-se uma história ambivalente, não só sobre o caso concreto, mas, a cada vez, sobre o valor da vida que pode ser vivida.

A metodologia aplicada permitiu ainda que, para além das considerações e entendimentos racionais sobre o tema, pudessem emergir, de maneira mais visível, o quanto o trabalho no meio jurídico pode mobilizar o sujeito, mesmo com todas as defesas psíquicas que a técnica e o discurso ideológico (de qualquer ordem) oferecem. Embora a análise tenha optado por organizar as falas dos colaboradores em função dos tópicos da reflexão sobre o processo judicial como um todo, acompanhando a percepção de que o *setting* estabelecido favorecia a escuta dessa integração, seriam também possíveis análises individuais, o que pode ser feito em pesquisas futuras por psicanalistas que pretendam contribuir com o campo.

No plano teórico, procuramos circunscrever um campo de análise das determinantes inconscientes de um fenômeno social específico, inspirado principalmente pelas leituras da psicanálise e da sociologia de Norbert Elias. É

indicador relevante para a pertinência dessa perspectiva a constatação de que propostas concretas de alteração da realidade já existam, mas ainda assim não sejam aplicadas, como ocorre no caso da letalidade policial brasileira. O estudo de determinantes inconscientes do fenômeno social, evidentemente, não pretende minorar a importância do enfrentamento consciente do problema, e em nosso caso específico, o necessário debate sobre os mecanismos de controle da atividade policial, bem como a discussão sobre a estrutura das polícias brasileiras. Mas, de outro lado, aponta que o político excede o debate consciente, constitui-nos de forma profunda enquanto sujeitos e, por esse motivo, faz com que nosso problema resista às boas intenções.

Procuramos ainda destacar que o “processo civilizador”, tal como o conhecemos e o experimentamos, tem, duplamente, na violência sua fiadora: uma violência contra todos os cidadãos a garantir sua paz interna, e uma violência contra outros estados a garantir sua identidade nacional. Na incompleta constituição de seu monopólio legítimo da violência, o “processo civilizador” brasileiro acirra ainda mais a presença de atos violentos no interior do tecido social, uma vez que os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis social e economicamente, não se sentem seguros pelo Estado. Nesse contexto, a polícia formalmente equipada, treinada e autorizada a agir em prol do Estado de Direito, pode apenas exercer seu mandato de uso da violência de modo errático, seja em favor de anseios do extermínio de “inimigos”, seja organizado em novas formas de criminalidade (milícias), ou ainda motivado por interesses ou conjunturas pessoais. Ao policial, resta o processamento intrapsíquico da violência em sua forma mais brutalizada, estimulada e autorizada. Às vítimas, restam as balas.

A legitimidade da letalidade policial, atrelada a uma cultura de segurança pública e a uma visão criminológica vigentes no país, estão pactuadas nos níveis mais profundos de subjetivação dos indivíduos e da sociedade brasileira, caracterizando masculinidades hegemônicas, qualificando sujeitos em função da cor de sua pele, do território que ocupam, do dinheiro que possuem nos bolsos. Na medida em que se legitima um homicídio, denega-se do ato a representação de seu caráter violento, abrindo caminho para o traumático como forma padrão de apreensão do fenômeno. Em contrapartida, todo ato de elaboração desse traumático passa a se configurar como ato político, uma vez que exige o reconhecimento do assassinato institucionalizado como algo ilegítimo e denuncia a violência excessiva do Estado-

tirano contra a fratria. Dessa perspectiva, iniciamos uma discussão que desloca o enfrentamento do problema da análise exclusiva das corporações policiais e de seus agentes, para tratá-lo como fenômeno social arraigado na construção de um Estado brasileiro, de suas instituições e de sua sociedade civil. Como corolário dessa compreensão, o alto índice de mortes causadas por agentes de segurança pública não deve ser tratado como desvio, sejam individuais dos agentes que efetivamente efetuam os disparos, seja corporativo das culturas das organizações policiais, mas como sintoma de um trauma coletivo e em sua função de manutenção de um ideário social brasileiro de Segurança e de Justiça, assentado na possibilidade de extermínio de outrem. Sob o Sistema de Justiça repousa inconsciente o estatuto político dessas mortes, “disfarçada de justiça e mascarada como direito” (FELMAN, 2014, p. 45).

Nesse processo de individuação e internalização de uma dinâmica social incapaz de reconhecer, ou mesmo enxergar determinados homicídios, forja-se a banalidade do assassinato, que tem na letalidade policial legitimada sua face mais visível. É importante frisar que tal entendimento não afasta, quando o caso, a necessária penalização dos agentes públicos envolvidos com esses crimes. Sendo próprio do traumático a cisão entre afeto e representação, o que se destaca é que tais medidas carecerão de efetividade enquanto o uso da violência letal pelo Estado não for majoritariamente representado, primeiro, como violência e, segundo, como ferramenta ilegítima. Nesse sentido, os atores envolvidos nos julgamentos compartilham responsabilidades e implicações na perpetuação das mortes, mas, de outro lado, possuem também ferramentas privilegiadas para construção dessas representações. Tal interpretação se estende, em maior ou menor grau, às demais políticas públicas de superação da desigualdade social e à sociedade civil, que como pudemos demonstrar, contribuem para manutenção ou mudança do modelo vigente. Enquanto nas relações entre Estado e sociedade o direito à propriedade preponderar sobre o direito à vida, nossa perspectiva de alteração do quadro será bastante limitada.

Longe de pretender esgotar a questão, essas articulações visam contribuir, pela inclusão de campos de análise até agora negligenciados, para a criação de uma solução mais efetiva do problema. O assassinato socialmente legitimado possui muitos “cúmplices”. Se os agentes de segurança pública são os responsáveis em tornar ato um desejo de morte que não lhes é exclusivo, a investigação sobre os “mandantes” desses crimes está apenas no começo.

Existe ainda caminho a percorrer na elucidação dos determinantes inconscientes da letalidade policial, mas procuramos submeter ao crivo do leitor o ponto até onde chegamos para tratar de uma violência que, em tese, se deve inibir em um Estado Democrático de Direito e que irrompe apesar disso. Considerando que, em tese, os altos índices de letalidade policial são uma preocupação do Estado e das próprias polícias, entendemos que a análise conduzida é não só acadêmica, mas institucionalmente pertinente, independente da conjuntura política que nos encontramos.

Ainda que seja imprescindível e necessária a afirmação dos mais altos valores morais da civilização esclarecida, representada no ocidente pelo advento dos Direitos Humanos, é preciso reconhecer que este embate não é travado apenas no plano das abstrações racionais e seus correspondentes mecanismos formais de institucionalização. Sem isso, os mecanismos de controle internacional sobre a letalidade do Estado brasileiro, bem como os diversos mecanismos internos de controle da polícia seguirão fadados ao fracasso. Espera-se que a partir dos elementos discutidos nesta tese, novas perspectivas de enfrentamento do problema se inaugurem. Vivemos um momento histórico importante onde a violência contra a mulher, a violência racial, a violência em razão da identidade de gênero ou orientação sexual, a violência contra povos indígenas, entre outras, historicamente também traumáticas, passam por um crescente processo de representação. Ainda que nenhuma dessas frentes tenha atingido status majoritário, todas elas apontam e colaboram para uma efetiva universalização do direito à vida. A soberania do discurso jurídico em narrar a justiça pode e deve ser denunciada e subvertida sempre que ela for violência. Assim, talvez, a narrativa dos oprimidos e de seus corpos mortos possa, enfim, ser ouvida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS²²

ADORNO, L. **Crimes de Maio completam 9 anos; 564 pessoas morreram**. Ponte, São Paulo, 12 de mai. de 2015. Disponível em <https://ponte.org/crimes-de-maio-completam-9-anos-564-pessoas-morreram/>. Acesso em 3 de jun. de 2019.

_____. (2018a). **Contra ampliação da Rota, coronel deixa campanha de Doria em SP**. UOL, São Paulo, 2 de ago. de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/08/02/coronel-deixa-campanha-de-doria-por-considerar-ampliacao-da-rota-amadora.htm>. Acesso em 21 de jun. de 2019.

_____. (2018b). **Justiça mantém anulação e determina novo júri sobre massacre do Carandiru**. Folha de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/11/justica-mantem-anulacao-e-determina-novo-juri-sobre-massacre-do-carandiru.shtml>. Acesso em 2 de jun. de 2019.

AFFONSO, J. **STM solta nove militares dos 80 tiros contra músico no Rio**. O Estado de São Paulo, Brasília, 23 de mai. de 2019. Disponível em <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/stm-liberta-nove-militares-dos-80-tiros-contramusico-no-rio/>. Acesso em 4 de jun. de 2019.

ALESSI, G. **Justiça ignora evidências para inocentar PMs matadores**. El País, São Paulo, 09 de fev. de 2016. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/03/politica/1454506442_494958.html. Acesso em 10 de fev. 2016.

ALVAREZ, M. C. Teorias clássicas e positivistas. In: LIMA, R. S., RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (orgs.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 51-9.

ANISTIA INTERNACIONAL. **Brasil: “Eles entram atirando”**: Policiamento de comunidades socialmente excluídas. 2005. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/80000/amr190252005pt.pdf>. Acesso em: 9 de nov. 2016.

_____. **Brasil: “Entre o ônibus em chamas e o caveirão”**: em busca da segurança cidadã. 2007. Disponível em: <https://www.amnesty.org/download/Documents/60000/amr190102007pt.pdf>. Acesso em: 9 de nov. 2016.

_____. **Você matou meu filho!**: homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

_____. **Anistia Internacional Informe 2015/2016**: o estado dos Direitos Humanos no mundo. 2016. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp->

²² De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

[content/uploads/2016/02/Informe2016_Final_Web-1.pdf](#). Acesso em 9 de nov. de 2016.

_____. **Anistia Internacional Informe 2017/2018: o estado dos Direitos Humanos no mundo.** 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>. Acesso em 14 de jun. de 2019.

ARENDT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AULAGNIER, P. (1975). **A violência da interpretação.** Rio de Janeiro: Imago Editora, 1979.

BARBOSA, A. **Mortes provocadas por policiais, e 10 casos de violência que chocaram o Rio.** O Globo, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/mortes-provocadas-por-policiais-10-casos-de-violencia-que-chocaram-rio-19654901>. Acesso em 2 de jun. de 2019.

BARROS, C. BARCELOS, I. SILVA, J. C. **396 mortes pela PM paulista: as histórias por trás dos BOs.** Pública, São Paulo, 10 de dez. de 2015. Disponível em: <http://apublica.org/2015/12/396mortes-e-o-padrao-da-pm-paulista/>. Acesso em 15 de dez de 2015.

BATTIBUGLI, T. **Polícia, democracia e política em São Paulo (1946-1964).** São Paulo: Humanitas, 2010.

BENJAMIN, W. (1921) **Crítica da Violência – Crítica do Poder.** In: _____. **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos.** São Paulo: Cultrix: Editora da Universidade de São Paulo, 1986. p. 160-175.

_____. **O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.** In: _____. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 197-221.

_____. **Sobre o conceito da história.** In: _____. **Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1987b. p. 222-232.

BETIM, F. **Morte de menino de 10 anos questiona atuação da polícia do Rio.** El País, Rio de Janeiro, 3 de abr. de 2015. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/03/politica/1428077169_424197.html. Acesso em 1 de jun. de 2019.

BICUDO, H. A unificação das polícias no Brasil. In: **Estudos avançados.** São Paulo, v. 14, n. 40, p. 91-106, Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 2 de novembro de 2015.

BLEGER, J. **Psicanálise do enquadramento psicanalítico.** In: _____. **Simbiose e Ambiguidade.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. p. 311-328.

BOEHM, C. **Mortes de civis por policiais aumentam 15% no primeiro trimestre em SP**. Empresa Brasil de Comunicação, São Paulo, 22 de mai. de 2019. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mortes-de-civis-por-policiais-aumentam-15-no-primeiro-trimestre-em>. Acesso em 4 de jun. de 2019.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Direitos humanos: percepções da opinião pública**: análises de pesquisa nacional. Organização VENTURI, G. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 272 p.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final CPI Assassinato de Jovens**. Relator: Lindbergh Farias, 2016. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens>. Acesso em 8 de nov. de 2016.

BRETAS, M. L. A polícia carioca no Império. In: **Revista Estudos Históricos**, v. 12, n. 22, p. 219-34, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075/1214>. Acesso em 2 de novembro de 2015.

CARAMANTE, A. **Em 20 anos, PMs de SP mataram 11.300. Nos EUA, todas as polícias mataram 7.300 em duas décadas**. R7, São Paulo, [out. ou nov.] de 2015. Disponível em <http://noticias.r7.com/sao-paulo/em-20-anos-pms-de-sp-mataram-11300-nos-eua-todas-as-policias-mataram-7300-em-duas-decadas-23112015>. Acesso em 7 de nov. de 2016.

CARVALHO, A. L. de **Bancada da bala deverá ser três vezes maior no Congresso a partir de 2019**. Congresso em Foco, Brasília, 16 de nov. de 2018. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bancada-da-bala-quase-triplica-em-2019-aponta-levantamento/>. Acesso em 9 de jun. 2019.

COELHO, H., GIMENEZ, E. **Morre catador de lixo baleado ao tentar ajudar família que foi alvo de 80 tiros do Exército no Rio**. G1, Rio de Janeiro, 18 de abr. de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/18/morre-catador-atingido-por-tiros-em-acao-do-exercito-em-guadalupe-no-rio.ghtml>. Acesso em 1 de jun. de 2019.

COELHO, T. H. **Medindo forças**: a vitimização policial no Rio de Janeiro. 2017. Dissertação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

COIMBRA, C. M. B. Doutrina de Segurança Nacional e produção de subjetividade. In: RAUTER, C., PASSOS, E., BARROS, R. B. (Org.). **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia Editora Te Corá, 2002. p. 25-38.

_____. Violência do Estado e violência “doméstica”: o que têm em comum? In: RAUTER, C., PASSOS, E., BARROS, R. B. (Org.). **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia Editora Te Corá, 2002b. p. 77-88.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Relatório No. 141/111** Mérito casos 11.566 e 11.694 Cosme Rosa Genoveva, Evandro de Oliveira e outros (Favela Nova Brasília). 2011

_____. **Caso Favela nova Brasília vs. Brasil** Sentença de 16 de fevereiro de 2017. 2017. Disponível em http://www.itamaraty.gov.br/images/Banco_de_imagens/SENTENCIA_FAVELA_NOVA_PORTUGUESfinal.pdf. Acesso em 14 de jun. de 2019.

COSTA, A. O., ENDO, P. C. Corpo, transmissão e processo civilizador: Sigmund Freud e Norbert Elias. **Trivum**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 16-32, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912014000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 01 de maio de 2017.

DEJOURS, C. **Travail: usure mentale** - Essai de psychopathologie du travail, Paris: Le Centurion, 1980.

_____. **Souffrance en France**. Paris: Le Seuil, 1998a.

_____. Centralité de travail et théorie de la sexualité. **Adolescence**, 14, 2, 9-29, 1998b.

ELIA, L. Psicanálise: clínica e pesquisa. In: ALBERTI, S. e ELIA, L.(org.) **Clínica e pesquisa em psicanálise**. Rio de Janeiro: Rios ambiciosos, 2000. P. 19-35.

ELIAS, N. (1939a). **O processo civilizador**. Volume 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. (1939b). **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **O processo civilizador, vol. I: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

_____. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ENDO, P. C. **A violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico**. São Paulo: Escuta, 2005.

ESCÓSSIA, F. da, FIGUEIREDO, T. **Júri livra policiais do caso do ônibus 174**. Folha de São Paulo, Rio de Janeiro, 12 de dez. de 2012. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1212200201.htm>. Acesso em 2 de jun. de 2019.

FÉDIDA, P. **O sítio do estrangeiro**. São Paulo: Editora Escuta, 1996.

FELMAN, S. Educação e crise ou as vicissitudes do ensino. In: NESTROVSKI, A., SELIGMANN-SILVA, M. (orgs.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000. p. 13-71.

_____. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FERENCZI, S. (1909). Transferência e introjeção. In: _____. **Obras completas: Psicanálise I**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 77-108.

FERNANDES, A. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo v. 10, n. 2, 192-219, Ago/Set 2016.

FERNANDES, M. G. **O esquadrão da morte de São Paulo e a imprensa paulista**: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo (1968-1978). 2018. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/T.8.2018.tde-06092018-111924. Acesso em: 2019-06-02.

FERNANDES, S. **Justiça foi covarde, diz mãe de menino morto por PM no Alemão**. Rede Brasil Atual, São Paulo, 5 de dez. de 2016. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/12/2018a-justica-foi-covarde2019-diz-mae-de-menino-de-10-anos-assassinado-por-pm-no-alemao-2065/>. Acesso em 4 de jun. de 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2018**. São Paulo, 2018.

_____. 2018b. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2014 a 2017**. São Paulo, 2018. Disponível em http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf. Acesso em 16 de jun. de 2019.

FRANCO, L. **Eleições 2018: Wilson Witzel, o ex-juiz que venceu a eleição de governador do Rio com discurso linha-dura**. BBC News Brasil, São Paulo, 28 de out. de 2018. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46013245>. Acesso em 9 de jun. de 2019.

FREUD, S. (1893-5). **Estudos sobre a histeria**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974. (Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud, vol. II)

_____. (1900). **A interpretação dos sonhos**. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. IV. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. (1912). A Dinâmica da transferência. In: _____. **Artigos sobre a técnica / Sonhos no folclore e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976. p. 31-43. (Pequena coleção das obras de Freud).

_____. (1913). **Totem e Tabu**. Edição Standard Brasileiras das Obras Completas de Sigmund Freud, v. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. (1921) **Psicologia das Massas e Análise do Eu** e outros textos - Obras completas volume 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. (1923) **O Eu e o Id**. In: _____. **O Eu e o Id, “Autobiografia”** e outros textos (1923-1925) - Obras completas volume 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

_____. (1937-9) **O homem Moisés e a religião monoteísta**. São Paulo: L&PM, 2014.

GRIPP, C. A., ZALUAR, A. Police and gendered labor performances: hypermasculinity and policing as a masculine function. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, 14(2), e142037. Epub August 07, 2017. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/1809-43412017v14n2p037>. Acesso em 17 de jun. de 2019.

HERINGER, C., QUEIROGA, L. **Militares do Exército dão 80 tiros em carro e matam músico na Zona Norte**. O Globo, Rio de Janeiro, 7 de abr. de 2019. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/militares-do-exercito-dao-80-tiros-em-carro-matam-musico-na-zona-norte-23580901>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Police Brutality in Urban Brazil**, 1997.

_____. **Lethal Force: Police Violence and Public Security in Rio de Janeiro and São Paulo**, 2009.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Pesquisa sobre violência/segurança**. Disponível em [http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0104_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(justi%C3%A7a\).pdf](http://www.ibopeinteligencia.com/arquivos/JOB_0104_BRASIL%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(justi%C3%A7a).pdf). Acesso em 31 de maio de 2019.

INSTITUTO IGARAPÉ. **Observatório de Homicídios**. Disponível em <https://homicide.igarape.org.br/>. Acesso em 12 de jun. de 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

_____. **Atlas da Violência 2019**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

JUSTIÇA GLOBAL. **São Paulo sob ataque: Corrupção, Crime Organizado e Violência Institucional** em Maio de 2006. 2011. Disponível em <http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>. Acesso em 3 de jun de 2019.

KAËS, R. **O grupo e o sujeito do grupo**: elementos para uma teoria psicanalítica do grupo. Tradução José de Souza e Mello Werneck. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 333 p.

KOHARA, P. K. I. **A instituição para o sujeito**: metapsicologia da prática psicanalítica na instituição. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.

_____. Letalidade policial e segurança pública: uma análise metapsicológica da violência legítima. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. v. 130. ano 25. p. 145-176. São Paulo: Ed. RT, abr. 2017.

LAGACHE, D. (1951). **A transferência**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAPLANCHE, J. **A tina**: a transcendência da transferência. São Paulo: Martins Fontes, 1993. (Problemáticas V)

LAPLANCHE, J., PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2008;

LHUILIER, D. **Le Policiers au quotidien** Une psychologue dans la police. Paris: Éditions L'Harmattan, 1987.

MACEDO, H. L. S. **“Confrontos” de ROTA**: a intervenção policial com “resultado morte” no estado de São Paulo. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

MANSO, B. P. **Crescimento e queda dos homicídios em SP entre 1960 e 2010**: Uma análise dos mecanismos da escolha homicida e das carreiras no crime. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **Dos esquadrões ao PCC, 52 anos de violência mataram 130 mil pessoas**. Estadão, São Paulo, 13 de out. de 2012. Disponível em <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dos-esquadroes-ao-pcc-52-anos-de-violencia-mataram-130-mil-pessoas,945059>. Acesso em 01 de jun de 2019.

MISSE, M. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. **Civitas**, v. 8, n. 3, set.-dez. 2008. p. 371-385, Porto Alegre.

_____. et al. **O inquérito policial no Brasil**: uma pesquisa empírica. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS/UFRJ; BOOKLINK, 2010.

_____. et al. **Quando a polícia mata**: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011). Rio de Janeiro: NECVU; BOOKLINK, 2013.

_____. Sujeição criminal. In: LIMA, R. S., RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (orgs.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 204-12.

MOLINIER, P. Virilité défensive, masculinité créatrice. **Travail, Genre et Sociétés**, 3 – Mars 2000, 25-44.

_____. **Les enjeux psychiques du travail**: introduction à la psychodynamique du travail. Paris: éd. Payot & Rivages, 2006.

MOURA, C. **PM confunde guarda-chuva com fuzil e mata garçom no Rio, afirmam testemunhas**. El País, Rio de Janeiro, 19 de set. de 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/19/politica/1537367458_048104.html. Acesso em 1 de jun. de 2019.

MUNIZ, J. de O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser**: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1999.

MUNIZ, J., PROENÇA JUNIOR, D. Mandato policial. In: LIMA, R. S., RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (orgs.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 491-502.

NUNES, S. B. **Trabalho sujo ou missão de vida?**: persistência, reprodução e legitimidade da ação da PMESP. 2018. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresa, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 2018.

ONOFRE, R. **‘O Exército não matou ninguém’, diz Bolsonaro sobre morte de músico após 80 tiros no Rio**. O Estado de São Paulo, Macapá, 12 de abr. de 2019. Disponível em <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,o-exercito-nao-matou-ninguem-afirma-bolsonaro-sobre-morte-de-musico-no-rio,70002789168>. Acesso em 4 de jun. de 2019.

ONU. **Relatório sobre a Tortura no Brasil**. Relatório do Relator Especial sobre a Tortura da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, Nigel Rodley, 2001.

_____. **Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais incluindo o direito ao desenvolvimento**. Relatório do Relator Especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Philip Alston, 2007.

_____. **Report of the Special Rapporteur on extrajudicial, summary or arbitrary executions**. Philip Alston, 2010.

_____. **Report of the Special Rapporteur on torture and other cruel, inhuman or degrading treatment or punishment on his mission to Brazil**. Juan E. Méndez, 2016.

PERES, J. NETO, M. DOMENICI, T. **Como se absolve um policial**. Pública, São

Paulo, 24 de março de 2015. Disponível em <http://apublica.org/2015/03/como-se-absolve-um-policial/>. Acesso em 02 de out. de 2015.

REBELLO, A. **'Bancada da bala', antes sem senadores, agora conquista 18 vagas para 2019**. UOL, São Paulo, 9 de out. de 2018. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/09/eleicoes-2018-bancada-da-bala-senado-major-olimpio-bolsonaro.htm>. Acesso em 9 de jun. de 2019.

RIBEIRO, L. Polícia Militar é lugar de mulher?. **Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-15, 2018.

RIVIÈRE, J. (1929). La féminité en tant que mascarade. In: HAMON, M-C. (org.) **Féminité mascarade**. Paris: Le Seuil, 1994. p. 197-213.

Rondas Extensivas "TOBIAS AGUIAR". (2019a). **Sobre**. Disponível em https://www.facebook.com/pg/rotapoliciamilitarsp/about/?ref=page_internal. Acesso em 20 de jun. de 2019.

_____. (2019b). **Atribuições**. Disponível em <http://policiamilitar.sp.gov.br/unidades/1bpchq/atrib.htm>. Acesso 20 de jun. de 2019.

_____. (2019c). **História**. Disponível em <http://policiamilitar.sp.gov.br/unidades/1bpchq/hist.htm>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 60.175**, de 25 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60175-25.02.2014.html>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

_____. **Decreto nº 63.784**, de 08 de novembro de 2018. Dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63784-08.11.2018.html>. Acesso em 20 de jun. de 2019.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Histórico**. Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/Institucional/Historico/Historico.aspx>. Acesso em 02 de out. de 2015.

_____. **A inauguração de três novos batalhões de ações especiais de**. Polícia Militar do Estado de São Paulo, Presidente Prudente, 11 de abr. de 2019. Disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/noticias/noticia-interna/2019/4/2074/a-inauguracao-de-tres-novos-batalhoes-de-acoes-especiais-de>. Acesso em 21 de jun. de 2019.

SEGATO, L. R. **La escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2013.

SINHORETTO, J., SILVESTRE, G., SCHLITTLER, M. C. **Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo** - Letalidade policial e prisões em flagrante, Sumário Executivo. Disponível em http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf. Acesso em 21 de jun. de 2019.

SOUZA, A. P. de. **O guardião da cidade**: reflexões sobre casos de violência praticados por policiais militares. São Paulo: Escrituras, 2013.

SOUZA, L. A. F. **Lei, cotidiano e cidade**: Polícia Civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889/1930). São Paulo: IBCCRIM, 2009.

SOUZA, P. de **Percival: descobri que o esquadrão da morte planejou meu assassinato**. R7, São Paulo, 13 de abr. de 2018. Disponível em <https://noticias.r7.com/prisma/arquivo-vivo/percival-descobri-que-o-esquadrao-da-morte-planejou-meu-assassinato-13042018>. Acesso em 01 de jun. de 2019.

SOUZA, R. M. de **Para familiares, policiais foram autores de 12 mortes em Campinas**. Terra Notícias Brasil Polícia, Campinas, 14 de jan. de 2014. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/policia/para-familiares-policiais-foram-autores-de-12-mortes-em-campinas,976e1bb5b3193410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>. Acesso em 2 de mai. 2014.

VALIM, E., GOMES, L., PRADO, T. **Mães de Maio pedem, há 13 anos, justiça para filhos vítimas de onda de crimes**. G1, São Paulo, 18 de mai. de 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/educacao/noticia/2019/05/18/maes-de-maio-pedem-ha-13-anos-justica-para-filhos-vitimas-de-onda-de-crimes.ghtml>. Acesso em 3 de jun de 2019.

VELASCO, C., REIS, T. **Com mortes pela polícia, queda de assassinatos no Brasil em 2018 é menor**. G1, São Paulo, 7 de mai. De 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/05/07/com-mortes-pela-policia-queda-de-assassinatos-no-brasil-em-2018-e-menor.ghtml>. Acesso em 1 de jun. de 2019.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015**: Homicídios de mulheres no Brasil. Brasília: FLACSO, 2015a.

_____. **Violência Letal Contra As Crianças e Adolescentes do Brasil**. Brasil: FLACSO, 2015b.

_____. **Homicídios de Crianças e Adolescentes no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

WASHINGTON POST. **Letal Force**. Disponível em https://www.washingtonpost.com/graphics/2018/national/police-shootings-2018/?utm_term=.29e3ecd8d19f. Acesso em 14 de jun. de 2019.

ZALUAR, A. Juventude violenta: processos, retrocessos e novos percursos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 327-365, 2012. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582012000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582012000200003>.

_____. Etos guerreiro e criminalidade violenta. In: LIMA, R. S., RATTON, J. L. e AZEVEDO, R. G. **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 35-50.

ZUAZO, P. **Casos de mortos por PMs que confundiram objetos com armas continuam sem solução**. Extra, Rio de Janeiro, 2 de jun. de 2019. Disponível em <https://extra.globo.com/casos-de-policia/casos-de-mortos-por-pms-que-confundiram-objetos-com-armas-continuam-sem-solucao-23712392.html>. Acesso em 4 de jun. de 2019.